
Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito

Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialidade em Direito Civil



**Apadrinhamento civil: avanço ou recuo no
desenvolvimento de relações familiares**

Uma análise crítica do Instituto

Dissertação de:

Sílvia Sofia Quirino Milheiro

Orientadora:

Professora Doutora Maria Margarida Silva Pereira

Maio de 2019

“(…) em Direito, a verdadeira defesa das pessoas tem de conseguir-se através de uma análise cuidada dos problemas e de uma dogmática aperfeiçoada.”

(António Menezes Cordeiro, *Tratado de direito civil português: As pessoas*, 2004)

“No início do ser da família está a relação. A relação interpessoal exprime mais completamente na família a estrutura originária do ser. Em que o ser só se realiza no acolhimento do outro. É por isso que na família é particularmente fácil, mas necessário, conjugar todos os verbos em nós.”

(Diogo Leite de Campos e Mónica Martínez de Campos, *A Comunidade Familiar*, 2016)

“A Humanidade deve à criança o melhor que tem para dar.”

(Preâmbulo da *Declaração dos Direitos da Criança* de 1959)

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Maria Margarida Silva Pereira, de quem fui aluna nas disciplinas de Direito da Família e das Sucessões e Direito dos Menores do Mestrado em Direito Civil, pela potencialização de um estudo mais dirigido e seletivo, pelo despoletar de entusiasmo e olhar crítico sob as temáticas lecionadas, no particular prisma de incentivo e apelo à valia, necessidade e até oportunidade do estudo deste instituto, assim como pela disponibilidade que me concedeu amavelmente.

Às Doutoradas Elisabete Caramelo e Mónica Calado, pelo inquebrável sentido de tolerância, bondade e, acima de tudo, amizade, com que suportaram as minhas ausências.

À minha Mãe, urge um colossal obrigado, pela sua infalibilidade e amor, compreensão e apoio, suporte e ânimo, exemplo e porto seguro, insubstituível a todo o tempo, e em especial, ao longo do meu percurso académico.

Ao Miguel, ao companheiro de todas as horas, pela sua constância e assertividade, pelo conforto dos seus conselhos e pela segurança dos seus abraços.

NOTA PRÉVIA

Na dissertação que agora se apresenta, é adotado o novo Acordo Ortográfico, exceto nas citações dos autores, estas serão transcritas na sua formulação original.

Por uma questão de facilidade linguística e textual, sempre que nos referirmos a «*criança* (s)» estão implícitas as aceções de *menor, infante, jovem*.

Pertencem à Lei do Apadrinhamento Civil em vigor, Lei n.º 103/2009, de 11 de Setembro, com as alterações posteriores, as disposições legais citadas sem referência expressa ao diploma a que pertencem, salvo se do contexto resultar que se trata de outra fonte.

Quando uma obra do mesmo autor é citada mais do que uma vez, a citação é efetuada através da indicação do nome do autor, seguido de *cit.*, exceto quando o nome do autor já resulte do texto, nessa circunstância a citação será acompanhada por *ob. cit.*.

Quando uma obra é citada mais do que uma vez, existindo citações de outras obras do mesmo autor, a citação é efetuada através da indicação do nome do autor, exceto se o nome já resultar do texto, seguido da(s) primeira(s) palavras da obra que se pretende citar.

Os acórdãos constam do índice jurisprudencial ordenados pela cadência com que surgem mencionados ao longo da dissertação.

SIGLAS E ABREVIATURAS

A.	Autor/Autora
AAFDL	Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa
Ac.	Acórdão
Al(s).	Alínea(s)
Art(s).	Artigo(s)
CC	Código Civil
CDirCR	Convenção sobre os Direitos das Crianças
CEDH	Convenção Europeia dos Direitos do Homem
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
Cfr.	Confrontar
Cit.	Citado/a
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRP	Constituição da República Portuguesa
DL	Decreto-lei
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
LAC	Lei do Apadrinhamento Civil
LPCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
LTE	Lei Tutelar Educativa
Nº(s)	Número(s)
Ob.	Obra
OPA	Observatório Permanente da Adoção
OTM	Organização Tutelar de Menores

P.	Página
PIDCP	Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional Dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais
PP.	Páginas
RGPTC	Regime Geral do Processo Tutelar Cível
RRJAC	Regulamentação do Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil
SS.	Seguintes
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TEDH	Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
TRC	Tribunal da Relação de Coimbra
TRL	Tribunal da Relação de Lisboa
TRP	Tribunal da Relação do Porto
V.g.	Verbi gratia

RESUMO

A razão de *ser* pessoa encontra o seu predicado na razão de *ser* relação. O acolhimento no outro potencializa o desenvolvimento e a consciencialização do *eu* e do *nós*, conjugáveis sob todos os tempos verbais.

Por sua vez as dinâmicas familiares e as relações sociais encontram-se ligadas sob um forte elo, numa articulação com as mudanças sociais globais e o novo paradigma da axiologia da família. Dos comportamentos da estirpe familiar, resultam, hoje, incontornáveis laços de estima, afeição e solidariedade, que curam o bem estar do seu par, sedimentam a identidade pessoal e o catapultam para a vivência individual, assistimos a um derradeiro processo de individualização. Dentro das diversas esferas que compõem o projeto de vida de cada ser, a família é a primogénita, o berço da privacidade e da urbanidade, sem prejuízo de ser o espaço a que regressamos continuamente. É este o contributo da família para os indivíduos, é a sua dimensão de salvaguarda, que se se espera, infalível. Apesar de que, por múltiplas circunstâncias, essa perpetuidade pode não ser alcançável, entraremos, pois, no domínio das crises/disfuncionalidades familiares, que se esperam uma exceção.

Nessa incumbência, a cautela e satisfação do interesse superior da criança pode ser alcançada por meio do estabelecimento de um vínculo afetivo tendencialmente permanente, o denominado Apadrinhamento Civil. Trata-se de uma medida tutelar cível, que visa suprir o exercício das responsabilidades parentais por impossibilidade, incapacidade ou vontade dos pais. Origina uma relação a meio caminho entre o regresso à família biológica e a adoção, pois os pais continuam a ser os pais.

Dadas as suas características, parece ser uma figura *tertium genus*, vislumbrando ser uma efetiva alternativa de integração familiar.

PALAVRAS-CHAVE: *Família – Crianças e Jovens – Apadrinhamento Civil – Medida Tutelar Cível – Princípio da Afetividade*

ABSTRACT

The reason for being a person finds its predicate in the ratio of being a relationship. The acceptance in the other potentializes the development and awareness of the *us* and the *we*, conjugable in all verbal times.

In turn, family dynamics and social relations are linked under a strong link, in conjunction with global social changes and the new paradigm of family axiology. From the behaviors of the family strain, today, there are inescapable bonds of esteem, affection and solidarity, which heal the well-being of their pair, sedate their personal identity and catapults them to individual experience, we have witnessed a final process of Individualization. Within the various spheres that compose the life project of each being, the family is the firstborn, the cradle of privacy and urbanity, without prejudice to be the space to which we go back continuously. This is the contribution of the family to individuals, it is their safeguard dimension, which is expected, infallible. Although, by multiple circumstances, this perpetuity may not be achievable, we will therefore enter the field of family crises/dysfunctions, which are expected to be an exception.

In this task, the care and satisfaction of the child's superior interest can be attained through the establishment of a biased affective bond, the so-called civil sponsorship. This is a Special Guardianship measure, which aims to fulfill the exercise of parental responsibility for the impossibility, inability or willingness of parents. It originates a relationship halfway between the return to the biological family and the adoption, because the parents remain the parents.

Given its characteristics, it appears to be a *tertium genus*, a glimpse of an effective alternative of family integration.

KEY WORDS: *Family – Children and Youth – Special Guardianship – Civil guardianize measure – Principle of affectivity*

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	3
SIGLAS E ABREVIATURAS	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
I – MATRIZ INTRODUTÓRIA	9
II – JURIDICIDADE DA REALIDADE PESSOAL: RELAÇÃO FAMILIAR	11
III – FAMÍLIA: CONJETURA LEGAL	15
1. NOÇÃO ELEMENTAR	15
2. ATRIBUTOS DO SISTEMA FAMILIAR	23
3. FONTES DAS RELAÇÕES JURÍDICAS FAMILIARES	30
4. COMPOSIÇÕES JURÍDICAS DE TIPO PARAFAMILIAR	35
IV – DIREITO DA CRIANÇA OU JOVEM A UMA FAMÍLIA	37
1. O MARCO DAS SITUAÇÕES DE AUSÊNCIA E DISFUNCIONALIDADE DA FAMÍLIA	44
V – O INSTITUTO DO APADRINHAMENTO CIVIL	53
1. ESPÍRITO DO INSTITUTO: ORIGEM E CONCEITO	53
2. FUNCIONALIDADES:	59
2.1. PREENCHIMENTO DE LACUNAS	59
2.2. PROVIDÊNCIA TUTELAR CÍVEL	65
3. FIGURA “ALÉM-FRONTEIRAS”: O PANORAMA DE OUTROS ORDENAMENTOS JURÍDICOS	69
4. ANÁLISE CRÍTICA DO REGIME JURÍDICO	73
4.1. CARATERES FRATURANTES: REQUISITOS, EFEITOS, EXTINÇÃO	79
5. NATUREZA JURÍDICA	87
5.1. STATUS FAMILIAR VS. PARAFAMILIAR	87
5.2. PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE	95
VI – SÍNTESE CONCLUSIVA	100
ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO	102
ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA	113

I – MATRIZ INTRODUTÓRIA

O Direito da Família é por excelência um ramo jurídico permeável aos estados pessoais e às relações humanas, por essa razão deve progredir no sentido em que a prática social ascender. Na verdade, a «*família*» antes de *ser direito* é razão de *ser pessoa*, simbiose que depois se reflete nas construções dogmáticas e legislativas. Outra verdade, “*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,/Muda-se o ser, muda-se a confiança;/Todo o mundo é composto de mudança,/Tomando sempre novas qualidades.*”¹. Esta quadra não podia estar mais atual, se fosse uma tendência seria intemporal, por ser um poema é um delito sem regras, fundindo-se com a ciência jurídica é uma regra de ouro.

Um retrato fiel da sociedade contemporânea revela que os seus traços não têm sido homogeneizados, pelo contrário, têm sofrido inegáveis mutações, pelo que o Direito tem sido invariavelmente marcado e contagiado por esse circunstancialismo, estar a par e passo com os ditames sociais arroga-lhe esta reapreciação cíclica. É o que acontece com a nova dinâmica familiar, temos vindo a assistir no panorama jurídico português a profundos sinais disruptivos. Podemos evidenciar, por meio de um percurso analítico, os focos em que denotamos maior inovação face à tradição jusfamiliar: o afastamento do modelo tradicional de casamento e a crescente união de facto dos casais; a gradual paridade de direitos e deveres entre os cônjuges; a progressiva afirmação das famílias reconstruídas; a atribuição de papel de relevo às relações de cariz homossexual; o avanço da procriação medicamente assistida e, em especial, da gestação de substituição; o desenvolvimento do regime da adoção internacional; a revogação da modalidade de adoção restrita e a introdução de um novo instituto jurídico, o apadrinhamento civil.

Avocando esta realidade, é merecido que depositemos algum do nosso tempo na procura do *conceito de família modernizado*, pois que, todas as mudanças de paradigma encontram sustento nesse denominador comum, o qual prolonga os seus efeitos nos novos modelos de relacionamento e no posicionamento que cada indivíduo detém nesse contexto. É-nos dito em todos os diplomas fundamentais que

¹ Estrofe retirada de poema de LUÍS VAZ DE CAMÕES, «*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*» in *Sonetos*.

o direito a constituir e a ser parte integrante de uma família é universal, o que bem compreendemos, desde logo porque a relação familiar sustenta a juridicidade da realidade pessoal sendo por isso indissociável do Homem; o que não é transponível na letra da lei é que, todo e cada sujeito merece a cobertura e estabilidade de uma composição familiar, *independentemente da conjectura que esta assuma*, a Ode à Família não se pode circunscrever ao casamento e à adoção. Louvamos por isso, todas as investidas que, na sua génese, traduzam a desconstrução do formalismo da origem das relações jurídicas na rítmica normativa, ainda consideravelmente centradas no biologismo e no matrimónio, e o acentuar da axiologia dos afetos. Acreditamos que um longo caminho ainda está por percorrer no que concerne à fixação ordinária das fontes constitutivas de relações juridicamente relevantes, parece existir nesse ponto um desacerto entre a realidade social e a transposição legal. Se por variadas ocasiões o ânimo tem sido de modernização, não raras as vezes a inércia e falta de esclarecimento são detetáveis. Razão pela qual se impõe um estudo profundo acerca do verdadeiro significado da Família, para compreender e assimilar todos os seus componentes e traçar uma linha evolutiva, pois só assim poderemos estender a mão a novas situações que partilhem a mesma essência. O foco, terá de estar, sem dúvida, o conceito de «Mundividência Familiar», que tão bem retrata a hodiernidade do assunto.

Esta questão ganha particular relevo quando analisada através do prisma infantojuvenil, numa associação bem patente entre Direito da Família e Direito das Crianças. Apesar de tudo, o legislador nem sempre tem estado alheio à mudança, o que se percebe pelas atualizações no tocante à defesa do, comumente aclamado, «*superior interesse da criança*», com mestria nas alterações advindas da ausência ou disfuncionalidade da Família, e do princípio da «*prevalência da família*» quando se trata de dar resolução a tais carências. Por essa razão, quando procuramos uma segunda via para a criança prosperar num ambiente familiar, temos, obrigatoriamente, de considerar as opções que mais se aproximem dos carateres inabaláveis que a família natural possui, assim, uma família alternativa, onde quer que se encontre, tem de respeitar requisitos mínimos. Não é fácil estruturar mecanismos legais que respeitem copiosamente estas aspirações mas, reconhece-se que muito têm contribuído os avanços da aplicação de medidas de promoção e proteção das crianças e jovens em perigo, os acertos perpetrados quanto à regulação

do exercício das responsabilidades parentais e o desenvolvimento do perímetro das providências tutelares cíveis.

Nesta órbita e sem prejuízo de deixar à margem alguns institutos preponderantes, a revelação final desta investigação, pelo interesse que suscita, pretende ser, detidamente, sobre a dogmática subjacente ao *«Instituto do Apadrinhamento Civil»*. É nosso intento refletir acerca da sua valia enquanto família alternativa centrada nos afetos, dispositivo de salvaguarda do bem estar da criança e garante de uma vida equilibrada. Cumpre manifestar que, o seu surgimento não acolhe unanimidade na doutrina, nomeadamente, quanto à natureza jurídica, ao alcance e efeitos jurídicos, alguns apontamentos de regime e inclusive a necessidade da sua criação em comparação com algumas figuras de proximidade que comportariam resultados análogos. Por conseguinte, esta reflexão procura debruçar-se sobre questões controversas, porventura merecedores de análise numa vindoura revisão legislativa; responder às principais interrogativas que o regime suscita; apontar soluções de entendimento e interpretação; sublinhar os fatores de avanço face a figuras tangentes, mantendo como linha orientadora os conceitos de «Família» e «Afetividade» e as considerações que dessa correlação se possam retirar.

Em suma, e circunscrevendo toda a problemática a uma interrogativa: a Família conhece múltiplos heterónimos, será que o Apadrinhamento Civil é o mais recente?

II – JURIDICIDADE DA REALIDADE PESSOAL: RELAÇÃO FAMILIAR

As sociedades ocidentais orientam e funcionalizam o seu panorama jurídico *“sobre uma base substancial unívoca e forte. Essa base é a pessoa humana”*², tanto mais que, em nosso entendimento, configura a haste da bandeira legislativa, uma autêntica aresta extensível a todos os vértices do ordenamento jurídico português. Neste quadro, proclama a Constituição da República Portuguesa, no artigo 1.º,

² JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, *Pessoa, Direitos Fundamentais e Direito da Personalidade in Estudos de Direito da Bioética*, Vol. III, APDI – Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Almedina, 2012, p. 51.

enquanto princípio fundamental, que a «*dignidade da pessoa humana*» é a sua base, consubstanciando esta um pressuposto da República soberana ao invés de uma criação da mesma. Na sua essência, a estatuição deste preceito quer significar que o Direito existe para as Pessoas. Diremos mais: a Pessoa figura como sujeito, fundamento e fim do Direito.

Nesta ordem de ideias, e para melhor nortear a presente dissertação, impõe-se num primeiro momento, não só, refletir sobre a noção de «Pessoa», enquanto dado ontológico mas, também, que se envidem todos os esforços para uma explicação que satisfaça o positivismo, bem assim, encontrando um esclarecimento positivo, que só poderá residir na noção jurídica de pessoa.

Detidamente, sobre esse aspeto, assume foros de um imperativo quase absoluto, evocar os estudos de *DIOGO COSTA GONÇALVES*³, pelo suporte dogmático que tais formulações desencadeiam. Centram-se, sobretudo, na busca da consolidação da qualidade de ser pessoa em detrimento de qualquer ensaio aprofundado sobre os direitos existentes no sistema jurídico, na medida em que, todos se reportam e têm como pontos de partida e chegada a Pessoa, titular de situações jurídicas. Para tanto, conduz o seu raciocínio à realidade pessoal protegida, promotora da tutela jurídica da personalidade, entendida tanto na sua formulação geral como especial, traçando uma rota entre *Homem – Pessoa – Direito*. E porque esta questão não é, de todo, evanescente, já a escola preconizada por *OLIVEIRA ASCENSÃO*⁴ assumia que esta trajetória era imprescindível pois, se todo o Direito é constituído para o Homem e o Homem é Pessoa, se não tivermos consciência do que a Pessoa é, todo o progresso do Direito é vão.

Neste particular, detenho-me de extensos desenvolvimentos e cinjo-me ao que despoletou este encadeamento lógico, por considerar ser a pedra basilar da questão e que torna clara a posição de relevo que assumimos enquanto sujeitos nas mais diversas conjecturas observadas pelo Direito. Pois que: o Homem só se conhece a si mesmo, só é capaz de se definir, numa *relação*. Quando pergunta a si mesmo

³ Cfr. *DIOGO COSTA GONÇALVES, Pessoa e Direitos de Personalidade – Fundamentação Ontológica da Tutela*, Almedina, 2008.

⁴ “Se todo o Direito se centra na pessoa, há antes de mais que fixar a essência e as implicações deste núcleo determinante” vide *JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, A dignidade da pessoa e o fundamento dos direitos humanos in Revista da Ordem dos Advogados, Doutrina, Ano 68 – Vol. I, Ano 2008*, disponível em: <https://portal.oa.pt>.

«quem é», a resposta será sempre a revelação do conjunto de *relações* que o definem. O desenvolvimento da personalidade, o alcance dos fins da pessoa, a realização de si mesmo, só se verificam com os outros e em função dos outros. A *abertura relacional* é constitutiva do próprio ser, de tal forma que, apenas nos conhecemos em *relação*. O alcance destas premissas é tamanho, à vista do qual emerge o fundamento para todo o debate jurídico, nas suas múltiplas vertentes: «*Pessoa é a unidade da relação*».

Com efeito, ser «Pessoa» para o Direito significa autopossuir toda a sua realidade, a singularidade *per se* (a chamada, dimensão subsistente); bem como, deter uma abertura relacional constitutiva, ou seja, conhecer-se em relação e, ainda, uma dimensão realizacional unitiva, ou seja, o reconhecimento de “*participação no ser*”, através das próprias escolhas e por influência do meio relacional envolvente. Está, portanto, em causa um verdadeiro trinómio: i. experiência que temos de nós próprios, ii. experiência da relação e iii. experiência de vários modelos de realização (esferas familiar, social, profissional e cultural). Somente nestes termos é que a aceção jurídica de pessoa fica completa e identificável, depois de coligidos todos os elementos distintivos das relações que nos compõem.⁵

Desta feita, importa deixar expresso que o primado da juridicidade da realidade pessoal faz emergir a suscetibilidade de criar ou ser titular de relações juridicamente relevantes. O préstimo desta abordagem, ainda que invariavelmente de carácter preliminar, desagua precisamente neste ponto de convergência, que é genuinamente o que nos importa: ser pessoa é ser produto da relação, por seu turno, o Direito intervém nesse espectro relacional no sentido em que atua como moderador e regulador dos factos e situações jurídicas provenientes do relacionamento entre sujeitos, se bem compreendemos, é um moderador e garante de personalidades.

Aqui chegados, é imperioso exortar o acabamento final destes axiomas: na verdade, de todas as formas de nos relacionarmos, a paradigmática, a que se espera mais duradoura e impreterível é a «*relação familiar*».⁶ Esta possui uma amplitude

⁵ “A pessoa, para ser, edifica uma comunidade de próximos e, negando-se, reencontra-se nos outros, na universalidade da pessoa. Só se encontra renunciando. Existe, comunicando.” vide DIOGO LEITE DE CAMPOS, *As Relações de Associação*, Almedina, 2011, p. 36.

⁶ “É na família que cada um primeiro se apercebe da sua incompletude radical e se humaniza no intercâmbio constante com os outros. Completando-se. Ninguém existe sem os outros. Na família cada

tão avassaladora que, “o ser humano, sendo ser em si, mas também com os outros e para os outros, é ser familiar. (...) É a família que humaniza o ser humano fazendo a ponte para o ser com os outros (...) e para os outros”⁷. Sendo certo, desde logo, que a antropologia revela-nos o ser humano como ser relacional e, nessa incumbência, como um ser familiar⁸, é ainda de nosso conhecimento que a familiaridade se encontra no topo da pirâmide que comporta todo o conjunto de relações com relevo e alcance jurídico e, porventura, sobre a qual mais urge refletir.

Do explanado podemos concluir, sem margem para dúvidas, que a família constitui um dos focos legislativos do nosso ordenamento, potencializando a existência de um ramo de direito próprio e autonomizado, por ser um núcleo complexo e potencializador de estudos profundos com a maior pertinência, porquanto se movimentam pelas areias movediças da realidade humana, nomeadamente, no seio das esferas de dimensão íntima e sentimental.

De harmonia com esta corrente de pensamento, mas avançando novas considerações, MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA identifica a família como sendo uma «*entidade social inerente à vida humana*», porquanto se assume como um sistema de convivência social. No fundo, a família consubstancia a forma de relacionamento mais rudimentar e incólume, o que permite o seu reconhecimento imediato já que, de tudo quanto fica exposto, resulta, a sua qualidade de realidade pré-jurídica⁹ e inerente ao próprio substrato pessoal. Por constituir a célula distintiva de cada sujeito, “a família é, ainda hoje, o grande «mediador» cultural, nela se operando o segundo nascimento do homem como personalidade sócio-cultural, depois do primeiro nascimento como indivíduo físico. Assim o dizem os sociólogos. Assim, também, o sentimos nós – os de hoje.”¹⁰.

um descobre que o eu é os outros, os outros fazem parte do eu.” vide DIOGO LEITE DE CAMPOS, cit., p. 34.

⁷ DIOGO LEITE DE CAMPOS/MÓNICA MARTINEZ DE CAMPOS, *Lições de Direito da Família*, 3.ª edição, Almedina, 2016, p. 13.

⁸ “O ser humano é ou é integralmente na medida em é ser familiar”, DIOGO LEITE DE CAMPOS/MÓNICA MARTINEZ DE CAMPOS, cit., p. 15.

⁹ Neste sentido cfr. MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família*, 2.ª edição revista e actualizada, AAFDL Editora, 2018, p. 15.

¹⁰ GELÁSIO ROCHA, *Os Direitos de Família e as Modificações das Estruturas Sociais a que respeitam in Temas de Direito da Família – Ciclo de Conferências no Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados*, Livraria Almedina, 1994, p. 35.

Nestes termos, se por um lado atingimos o foco da juridicidade da realidade pessoal e encontrámos o denominador comum na proteção da dignidade da pessoa humana – a posição que detemos em face de uma concreta relação – abrimos a porta para um outro conjunto de interrogações quando sublinhamos o papel de relevo da Família enquanto relação de supremacia, designadamente: quais os critérios que definem uma relação como familiar ao invés de quase familiar ou parafamiliar? Pertencer a um núcleo familiar constitui um direito universal? Existe um único modelo familiar? Quais as relações jurídicas familiares protegidas no nosso sistema jurídico? Por fim, o apadrinhamento civil é equacionável na derradeira resposta a qualquer uma destas indagações? É o que pretendemos desvendar.¹¹

III – FAMÍLIA: CONJETURA LEGAL

1. NOÇÃO ELEMENTAR

A conjectura legal da família encontra substrato em três realidades ímpares, que podem ou não verificar-se conjuntamente, as quais, cremos serem capazes de assumir interpretações dualistas, designadamente: uma *realidade biológica*, em razão da consanguinidade e da procriação, ainda que com recurso a procedimentos medicamente assistidos; uma *realidade social*, porquanto compõe um conjunto social, é uma área de socialização e de aculturação de gerações contemporâneas e pode consubstanciar um lugar de convivência quando a família biológica falha ou entra em crise; e uma *realidade afetiva*, na medida em que radica, em primeiro lugar, de sentimentos de afeição, de coadjuvação e de companheirismo entre os seus membros e, em segundo, porventura merecedor de maior ênfase, mesmo quando o biologismo não está presente, pode ser a afetividade que sustenta a criação da família. Sob este prisma, incumbe, então, ao direito respeitar a família como uma realidade pré-jurídica, tratamento que se irá refletir na amplitude com que consagra e adapta os recentes modelos familiares às consagrações legais. Neste sentido,

¹¹ “As leis, ou as práticas jurídico-sociais (...) têm sofrido uma evolução no sentido da dissociação entre as bases jurídicas tradicionais assentes na biologia, na antropologia, na bioética, e os novos “direitos” da pessoa. É preciso saber se os instrumentos jurídicos tradicionais continuam a reflectir esta evolução jurídica e legislativa, ou se se ela cai fora do quadro dos tradicionais direitos da personalidade, para se inserir numa “pessoa” nova, nuns direitos novos.” vide DIOGO LEITE DE CAMPOS, cit., p. 41.

partilhamos da opinião de *JORGE DUARTE PINHEIRO* quando este afirma que “*o Direito não está imune à influência dos fenómenos sociais, que, aliás, visa modelar. E o Direito da Família participa das características do todo a que pertence. No entanto, a sua permeabilidade à realidade social é superior à da generalidade dos sectores do Direito. De tal modo superior que quase parece ser um sensor da geografia e da cronologia social, das concepções de vida, políticas e apolíticas, religiosas e laicas.*”¹².

Reduzindo-nos ao particular, o Direito da Família¹³, na sua matriz primitiva e conservadora, constitui o ramo do Direito que suporta o manancial de preceitos jurídicos que regem a instituição «Família»¹⁴. Não obstante ser intuitivamente reconduzível a esta aceção¹⁵, não se afiança com igual convicção a noção de família¹⁶, na medida em que nos defrontamos com a carência de uma concreta definição deste conceito-quadro nos diplomas fundamentais do nosso ordenamento jurídico. Porventura, poderemos encontrar várias normas onde surge mencionado, no entanto, o legislador nunca se comprometeu com a sua determinação.

Com o intuito de deslindar a matriz normativa sobre a família e as propriedades do sistema familiar é preponderante considerar o acervo normativo constitucional. Neste quadro, é o art. 36º da CRP que introduz o conceito, em sede de direitos, liberdades e garantias, sendo que, na sua formulação esboça um conceito de família através de uma aceção ampla. Ulteriormente, o legislador procurou sedimentar um pouco mais essa aceção e apelidou a família como «*elemento fundamental da*

¹² *JORGE DUARTE PINHEIRO, Perspectivas de evolução do Direito da Família em Portugal in Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 347 e 348.*

¹³ “(...) o Direito de Família parte da lídima afirmação de uma autonomia pessoal, intimista e geradora de uma convivencialidade perfeitamente recortada pelos sujeitos que a partilham.” vide *CARLOS PAMPLONA CORTE-REAL, Relance crítico sobre o direito de família português in Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 108.*

¹⁴ “Na história dos agrupamentos humanos, a família precede todos os outros.” vide *JORGE AUGUSTO PAIS DE AMARAL, Direito da Família e das Sucessões, 5.ª edição, Almedina, 2018, p.15.* Disso, não resta a menor dúvida.

¹⁵ Numa tentativa de aproximação ao conteúdo do Direito da família: “Tal como sucede com a noção de família, o conteúdo do seu Direito afigura-se, a uma visão menos atenta, óbvio, intuitivo, cognoscível através da experiência individual e social. Há, dissemos, uma espécie de evidência a clarificá-lo, que logo o exame científico contradiz”, *MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, cit., p. 30.*

¹⁶ Várias aceções do conceito de família cfr. *JOÃO DE CASTRO MENDES/MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, Direito da Família, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1990/1991, pp. 17 a 20.*

sociedade»¹⁷ no n.º 1 do art. 67.º da CRP. Com esta implementação não afastou a dificuldade interpretativa deste conceito indeterminado, porém, deixou claro que “*a protecção do agregado familiar nas leis portuguesas é bem vinculada*”¹⁸, na medida em que consagrou um vasto rol de obrigações do Estado cuja observância se roga «*para protecção da Família*» (n.º 2 do art. 67.º da CRP), que, aliás, prolongou em diversos preceitos que redundam na aspiração de abonar e diligenciar o sucesso da vida familiar. Tanto assim é que, consagrou normas que pregoam a maternidade e a paternidade como «*valores sociais eminentes*» e que qualificam a figura dos progenitores como «*insubstituível*» (art. 68.º, n.º 1 e n.º 2 da CRP), normas que conferem aos pais «*o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos*» (art. 36.º, n.º 5 da CRP) e que instituem um direito à protecção das crianças «*com vista ao seu desenvolvimento integral*» (art. 69.º, n.º 1 da CRP), extensível à protecção da juventude (art. 70.º da CRP).

Já no que tange à conjectura da lei ordinária, releva-se tão ostensivo como evidente que o Código Civil não formula uma noção de família; em boa razão, *JORGE DUARTE PINHEIRO* destaca que “*a ausência de uma noção de família num diploma que geralmente não se inibe quando se trata de apresentar definições (...) talvez possa ser entendida como um sinal da dificuldade do recorte da própria instituição familiar.*”¹⁹.

Dito isto, não deixa de ser notório que o CC não se exonerou da incumbência de ajuste à CRP, visto que a primeira norma do Livro da Família tem por objetivo retratar o conceito jurídico de família, todavia, não é especialmente inovador e clarificativo, porquanto, sublinhamos, tem um alcance unicamente formal que, infelizmente, tem perdurado intato ao longo de todo o progresso social. Com efeito e nesses termos, “*a família é entendida como o grupo de pessoas unidas entre si por qualquer uma das relações jurídicas familiares que se extraem do art. 1576.º. É família em sentido jurídico, nomeadamente, o grupo constituído por duas pessoas que*

¹⁷ “(...) não se trata de uma proclamação vazia: a especial dignidade da instituição no ordenamento jurídico resulta da constante intervenção do Estado no momento da constituição ou extinção do nexo de pertença ao grupo familiar.” vide *JORGE DUARTE PINHEIRO, O Direito da Família Contemporâneo*, 6.ª edição, AAFDL Editora, 2018, pp. 14 e 15.

¹⁸ *GUILHERME DE OLIVEIRA, Protecção de Menores – Protecção Familiar in Temas de Direito da Família 1, 2.ª Edição aumentada, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2001, p. 295.*

¹⁹ *JORGE DUARTE PINHEIRO, O Direito da Família Contemporâneo*, p. 13.

casaram uma com a outra (...), por pai e filho (...), por sogro e genro (...) ou por adoptante e adoptado (...). À família de uma pessoa pertencem o seu cônjuge, os seus parentes, afins, adotantes e adotados. E uma pessoa poderá ter várias famílias: uma família conjugal, uma família parental, uma família por afinidade e uma família adoptiva."²⁰.

O balanço possível até este momento revela que, as disposições fulcrais da família no que concerne à Lei Fundamental são demonstrativas de que a família é indubitavelmente mais abrangente do que assinala a visão da lei ordinária. Esta aponta, categoricamente, fontes que potenciam o desenvolvimento de relações de família; em contrapartida, a CRP não opera esta restrição gritante e manifesta, que perpetua a omissão de uniões informais ou de facto, entre outras realidades, como seja o apadrinhamento civil.

Ademais, nesta senda, a título de contributo para a discussão que aqui nos ocupa, julgo premente, justamente, chamar à colação a perspetiva do Direito Internacional, dado que a CRP tem subjacentes inúmeras normas que, de acordo com o n.º 1 do seu art. 8.º, são aplicáveis pelo direito interno. Assim, a orientação do direito perante a realidade familiar é enfatizada noutras disposições legais que retratam a família como «*elemento natural e fundamental da sociedade*» (art. 16.º, n.º 3 da DUDH, art. 23.º, n.º 1 do PIDCP e art. 10.º, n.º1 do PIDESC) ou mesmo como um «*elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros*» (Preâmbulo da CDirCR).

O que equivale, ainda, a dizer que, a celeuma em volta do conceito de família não é exclusiva da realidade jurídica portuguesa conforme salientámos *supra*, trespassa o direito na sua globalidade e espelha-se nas arduidades interpretativas dos diversos diplomas, aos quais se associa a distinta CEDH. Porquanto “*o conceito de família inscrito na CEDH é difuso e por isso, sujeito a considerações casuísticas, a critérios pontuais. (...) A família referenciada no art. 8.º (...) olha estados familiares constituídos a partir de vínculos e reconhecidos e identificados pelos titulares do direito.*”²¹, ao que nos apraz prestar a nossa concordância, em virtude da pouco feliz

²⁰ JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo*, pp. 13 e 14.

²¹ MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família – Elementos de estudo*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa Editora, 2013, p. 22.

consagração de um direito vazio na letra convencionada – “Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar (...)” – o que sugere uma evidente dificuldade interpretativa, dada a sua vagueza e cariz potencializador de barreiras lógicas, nomeadamente, entre o que pode ser considerado como pertencente à ordem privada e à ordem familiar. Condicionalismos tamanhos que se transportam para própria posição do TEDH ao abordar esta temática, que, diga-se, não é de todo uniforme. Diante disso, tem vindo a preconizar uma interpretação lata de vida familiar, nela abarcando, para além das ditas relações jurídicas tradicionais, as relações familiares de facto. Todavia, acabou por atenuar a contraposição entre vida privada e vida familiar, originando um conceito uno de «vida privada e familiar», de modo a melhor decidir as suas causas. Para além de que, concede igual dignidade familiar aos casais homossexuais. O que, aparentemente, demonstra que a jurisprudência do TEDH²² tem dado passos no sentido de uma extensão do conceito de família.²³

Remanesce uma brecha sobre a família ocidental fora da Europa²⁴, que fique claro que, já no ano de 1994 (Ano da Família), as Nações Unidas traçavam as linhas orientadoras do conceito, “*entendiam por família: duas ou mais pessoas que partilham recursos e responsabilidades por decisões compartilham valores e finalidades e têm um compromisso umas com as outras de um tipo duradouro, independentemente de laços de sangue, adopção ou casamento*”²⁵, significado que não vinga atualmente.

²² V.g. *Ac. Salgueiro da Silva Mouta c. Portugal*, de 21 de Dezembro de 1999 (TEDH entendeu que a decisão judicial de recusa de atribuição do exercício das responsabilidades parentais a um pai homossexual violava os valores consagrados nas disposições 8.º e 14.º da CEDH, na medida em que a orientação sexual daquele foi preponderante na tomada de decisão do Tribunal Nacional. Disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt>.) e *Ac. Schalk e Kopf c. Áustria*, de 24 de Junho de 2010 (TEDH abriu um precedente ao admitir as uniões de facto entre pessoas do mesmo sexo como constitutivas de vida familiar, sendo esta a primeira decisão nesse sentido. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int>).

²³ Cfr. MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família*, pp. 71 a 84. E, ainda, CRISTINA M. ARAÚJO DIAS, *A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e as novas formas de família in* IPJ, Revista Jurídica, n.º 15/2012, Editora Universidade Portucalense, Instituto Jurídico Portucalense, pp. 35 a 48. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11328/1102>.

²⁴ “*The nature and scope of family law: the meaning of ‘family’*” cfr. NIGEL LOWE/ GILLIAN DOUGLAS, *Bromley’s Family Law*, Oxford, University Press, 2015.

²⁵ ROSA BARROSO, *A adopção e o direito da criança a uma família in* Jurisdição da Família e das Crianças. Jurisdição Civil, Processual Civil e Comercial. Ações de Formação 2011-2012. Textos dispersos. Centro de Estudos Judiciários, 2013, pp. 53 e 54. Preste-se ainda atenção a MARIA

Na decorrência deste escrutínio, tendo em conta as próprias linhas de evolução legislativa e as posições sustentadas pela doutrina e jurisprudência²⁶, é inegável que a família “*trata-se de um grupo de pessoas entre as quais se estabelece uma teia muito extensa de relações*”²⁷, não obstante, não nos podemos cingir à noção constante no art. 1576º do CC, que restringe a familiaridade às relações de matrimónio, de parentesco, de afinidade e de adoção.²⁸ O sentido e alcance jurídico tem de ser maleável por referência às novas formas de relacionamento da contemporaneidade. A razão para este entendimento filia na incontestável diferenciação que opera entre o sistema normativo e a realidade sociológica.²⁹ Concludentemente, a relevância social da diversidade de construção de laços relacionais, tem de surgir transponível na lei, logo, tem de assumir, com certeza, relevância jurídica.

Como antecipámos, a família é uma realidade que se tem transmutado, tracejando linhas de uma evolução muito expressiva. Nos seus primórdios, foi ARISTÓTELES (384-322 a.c.) que introduziu a noção para aludir ao conjunto de pessoas que vivem em economia comum e, até ao século XVIII, simbolizava a casa, seus habitantes e pertences. Aceções jurídicas que deixaram de fazer sentido, de mais a mais, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA sustenta que, atualmente, o direito privado que o nosso sistema jurídico preserva comporta um reconhecimento bipartido da célula familiar, “*num primeiro sentido, a família é um grupo de pessoas unidas por relações jurídicas familiares e formando um grupo social económico unitário. É a este conceito de família como um conjunto de pessoas que constituem uma comunidade de vida e de economia (...). Num segundo sentido jurídico, a família de certa pessoa é o conjunto de indivíduos unidos àquela por relações jurídicas*

MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família*, pp. 131 e 132, nomeadamente, no que diz respeito à interpretação dada pelas Nações Unidas mas no ano de 1997.

²⁶ Cfr. GUILHERME DE OLIVEIRA, *A Jurisprudência Constitucional Portuguesa e o Direito das Pessoas e da Família in XXV anos de Jurisprudência Constitucional Portuguesa*, Coimbra Editora, 2009, pp. 193 a 207; não só acerca do conceito de família em concreto, como também todas as alterações das realidades conexas e ambivalentes que sustentam a juridicidade familiar.

²⁷ FRANCISCO PEREIRA COELHO/GUILHERME DE OLIVEIRA/RUI MOURA RAMOS, *Centro de Direito da Família, Curso de Direito da Família, Vol. I, Introdução, Direito Matrimonial*, 5.ª edição, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 36.

²⁸ “*A família em sentido jurídico é integrada pelas pessoas que se encontram ligadas pelo casamento, pelo parentesco, pela afinidade e pela adoção. A este âmbito jurídico corresponde um idêntico âmbito social. Embora as relações jurídicas familiares tenham um âmbito mais restrito do que as relações familiares, que se podem estender a primos afastados e a outros parentes.*” vide DIOGO LEITE DE CAMPOS/MÓNICA MARTINEZ DE CAMPOS, *A Comunidade Familiar in Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 9.

²⁹ FRANCISCO PEREIRA COELHO/GUILHERME DE OLIVEIRA/RUI MOURA RAMOS, *cit.*, p. 118.

familiares, isto é, por relações de matrimónio, de parentesco, de adoção ou de afinidade. Esta noção de família é, portanto, relativa, pois que, neste sentido, não há família, mas “família de”.”³⁰, partilhamos, em parte, a mesma visão, mas pensamos que terá, imperiosamente, de se ir mais longe.

Por ser *sui generis*, o art. 36.º da CRP merece um sinal de destaque, pois que, é bastante ilustrativo do que acabámos de sugerir: alberga a noção elementar de família, sem para isso se socorrer das relações institucionais que lhe dão origem (todas aquelas que a lei ordinária elencou e às quais já fizemos menção). Aliás, atente-se que, da redação do texto legal, percebemos que a dimensão jurídica da família não esbate contra a vedação do matrimónio³¹ *per se*, ao invés, são legitimamente consideráveis outras realidades como fontes constitutivas, semelhante que já ressalvámos; tanto que, uma união, seja ela informal ou de facto, terá de ser perentoriamente aceite como legítima fonte de relações de cariz familiar, bem como, merecem ser ponderadas formas rejuvenescidas de estabelecimento de filiação.³²

As linhas evolutivas do instituto «Família» são demonstrativas de aspetos caracterizadores de novos nichos familiares, porventura a mais reveladora é o fenómeno das famílias reconstruídas³³ – a recomposição familiar, seja ela celebração de novo casamento, seja pela união com companheiro, gera uma nova forma de

³⁰ MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Apontamento sobre a família e o direito* in A Família e o Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2013, pp. 95 e 96.

³¹ Sob outra perspetiva, uma nuance que não pode ser obnubilada diz respeito à ausência de explicitação do conceito de casamento, de certo que à época, digamos, aquando dos trabalhos preparatórios da CRP, o debate acerca da chance e valia do casamento entre pessoas do mesmo sexo não detinha qualquer relevo, tanto jurídico como político; o que, atualmente, nos confronta com a problemática de carência na Lei Fundamental de regra expressa no sentido de anuência desta real manifestação social.

³² “[...] parece decorrer da referida norma constitucional que há outras formas de constituição da família além do casamento, podendo incluir-se as novas formas de família como a união de facto. (...) As alterações e evoluções sociais são acompanhadas por modificações e actualizações constitucionais e o conceito de família patente na Constituição também deve acompanhar essas evoluções e não continuar a receber um conceito histórico desadequado à realidade social. Por isso se fala actualmente nas novas formas de família.” vide CRISTINA M. ARAÚJO DIAS, *Da inclusão constitucional da união de facto: nova relação familiar* in Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda, Vol. VI, Coimbra editora, 2012, pp. 453 e 454.

³³ “O conceito de família reconstruída não se delimita com facilidade. No essencial, os autores apontam uma união estável, matrimonial ou não, em que um ou ambos os membros possuíam já descendentes provindos de uma família anteriormente formada por si.” vide MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família*, p.161.

família. De tal forma que, *MARIA BERNICE DIAS*³⁴ acerrimamente defende que está em causa o estudo do «*Direito das Famílias*» por contraponto ao passadista Direito da Família; este ponto de vista, não é inócuo, revela-se pertinente uma vez que vivemos num mundo em mutação, onde o complexo conjugal passou a ser extensível além da heterossexualidade, no qual a união de facto se abeira de união civil registável e onde o biologismo e a procriação medicamente assistida passam a realidades limítrofes, bem como se exalta o ângulo afetivo da parentalidade. No entanto, como tem vindo a ser nosso apanágio, e apesar das posições diametralmente opostas, vincamos a nossa em função de *MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA*, que escreve a propósito que “(...) à expressão poderá ser atribuído o significado de uma metáfora que exprime o polimorfismo familiar, mas não possui outra relevância que não seja acentuar a pluralidade jurídica e a necessidade de estruturar uma dogmática jusfamiliar que se harmonize com ela. O Direito da família continua a ter por objeto uma só instituição, que se alargou.”³⁵.

Em função da pulverização de planos que aqui vos oferecemos, não deixamos escapar o momento oportuno para exclamar o principal escopo do nosso parecer, pois que, a «*Família*» terá imperiosamente de ser aquilo em que os seus integrantes a transformem³⁶, depende inteiramente da relação que lhes esteja subjacente, é pois construída interinamente. De entre uma definição espartana e conservadora (CC) e uma definição modelar e permeável (CRP), a que melhor se ajusta às necessidades da sociedade é, garantidamente, a segunda, na falta de um cenário legislativo que reflita a realidade atual.³⁷ Reconhece-se que, tal tarefa não se afigura fácil mas não é ininteligível, caberá ao legislador elevar a sua técnica e proceder às alterações, mais do que desejadas, necessárias, por meio de uma vindoura revisão legislativa. Aliás, esta é uma empreitada que frequentemente leva a cabo noutros ramos do direito,

³⁴ Cfr. *MARIA BERNICE DIAS*, *Manual do Direito das Famílias*, 10.^a edição revista, atualizada e ampliada, Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 11 e ss..

³⁵ *MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA*, *Direito da Família*, pp. 136 e 137.

³⁶ No mesmo sentido, *ROSA BARROSO*, *cit.*, p. 54 – “Evoluímos no sentido da família ser cada vez mais fruto do querer dos seus membros e não de imposições sociais ou mesmo legais.”.

³⁷ “O conceito de família constitucionalmente consagrado não é, nem pode ser, o mesmo para todos os tempos.” in *CRISTINA M. ARAÚJO DIAS*, *Da inclusão constitucional da união de facto: nova relação familiar*, p. 467. Rematamos, é permeável à passagem do tempo e suficientemente elástico e expansivo.

perpetrando sucessivas e constantes modificações, pelo que não se poderá escusar de prestar a mesma dedicação no tocante ao sistema familiar.

Ainda, sob este prisma, assevera-se que *“o Direito da família que se fragmenta em nome do direito à diferença, ao pluralismo, não dispensa um denominador comum. A família é, em todas as modalidades que a ordem jurídica aceita, caracterizada por grupos que partilham amor, afectos e também apoio económico. (...) [Todavia] não haverá “família neutral”: a extensão do modelo supõe o reconhecimento da axiologia da família e do seu Direito.”*³⁸.

Estas factuais merecem ser equacionadas, tal como a crescente desvirtuação do matrimónio, o galopar de novas relações provindas de realidades conjugais modernizadas e a criação e desenvolvimento de outros institutos, v.g. apadrinhamento civil. Encontrarão lugar paralelo no quadro jurídico? Podemos avançar, desde já, que aceitamos acriticamente que, no arco social, variadíssimas formas relacionais centradas na afetividade são entendidas como unidades familiares, por comparação com o vínculo biológico derradeiro até há bem poucos anos. Deste modo, não deverá o mesmo refletir-se no processo legislativo?

Propomo-nos a desenvolver estas temáticas quando refletirmos, em concreto, acerca das fontes de relações jurídicas familiares, pois julgamos ser útil tecer, previamente, algumas considerações acerca das funções da família em abstrato, bem como os seus carateres, para deslindar, de forma adequada e dissipadora de dúvidas, quais as relações de proximidade afetiva que bebem dessa realidade.

1. ATRIBUTOS DO SISTEMA FAMILIAR

Mobilizados alguns argumentos, no sentido de abonar a família como instituto modelador tanto das relações de consanguinidade como das provindas de uma base de afetos, procuramos deslindar com maior audácia, qual a função orientadora do sistema familiar independentemente da sua proveniência. Todavia, para uma

³⁸ MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família*, p.164.

melhor exposição da dogmática em questão, chamamos a atenção para um aspeto cuja ponderação é essencial e, por isso, primária, apelidável de «*crise da família*»³⁹.

Para utilizar a expressão malquista, esta é uma questão que se esvazia em si mesma, o seu vigor é cabalmente parco, é um autêntico *quiproqué* que os juristas prezam fomentar. Uma interpretação livre de silogismos, cremos pragmática, exige que reconheçamos a questão como fabular, em razão do papel fulcral que a família detém na realização pessoal, inclusivamente no fomento dos afetos e da sociabilidade.⁴⁰ Na verdade, o que é colocado em causa é o modelo de família acostumado e inveterado⁴¹, profundamente centrado na potência marital e na corporatura do *bonus pater familiae*. Bem assim, socorrem-se do termo crise conquanto “*de um modo geral, toda a mudança traz a sensação de afronta ao que é certo, havendo tendência de rejeitar o novo por considerá-lo uma quebra do que foi tido como correto. (...) Isso se dá em relação a tudo, mas nas questões de ordem interpessoal é mais acentuada a resistência ao que desponta como novidade. (...) Com a família não é diferente.*”⁴². O que pretendemos exaltar é a vitalidade das relações familiares, sinal positivo e gerador de mudança, com a quebra de um paradigma surge um novo universo, no qual, a Família não deixa de ser o, indiscutível, «*cânone*

³⁹ “Mas, então, que família ou famílias se trata, quando tanto se fala da «crise da família», em que o tradicional modelo de um pai, uma mãe, um ou mais filhos e, no contexto mais alargado, mas também relevante, avós, tios e primos, é por tantos achado em perigo, quase como uma «espécie em vias de extinção»? Estaremos hoje perante uma verdadeira «crise», tantas vezes anunciada em tom quase catastrófico, ou será este o tempo de novas «identidades familiares», ricas e diversificadas, que se vão desenvolvendo a partir das múltiplas formas de viver os afectos?” vide HELENA BOLIEIRO, *O Direito da Criança a uma Família: algumas reflexões* in Estudos em Homenagem a Rui Epifânio, Almedina, 2010, p. 105.

⁴⁰ Escreve RITA LOBO XAVIER a propósito e seguindo este entendimento: “um olhar para o passado confirma-me que não é a primeira vez que as formas de relacionamento familiar são criticadas e sofrem modificações. E até me conforta a informação oferecida pelos linguistas segundo a qual a palavra «crise» está aparentada com o termo grego *krino*, que significa juízo de revisão, ajudando-me a perceber a «crise» como normal nas relações familiares” in *Da crise à desregulamentação da Família* in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Jorge Ribeiro de Faria, Coimbra editora, 2003, p. 838. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/5201>.

⁴¹ Revemo-nos nas palavras do Juiz Desembargador PAULO GUERRA: “o momento histórico é este, os dados culturais estão lançados no xadrez de uma comunidade que apresenta matizes multicolores, novos peões e novos reis e rainhas, em exercícios de poder e dominação, cada vez mais subtis e subentendidos. (...) Não existe, na nossa opinião, uma crise da Família, mas antes várias formas de a viver.” vide PAULO GUERRA in *Os novos rumos do direito da família e das crianças e jovens*, Blogue Família com Direitos, 2016, ponto 2, disponível em <http://familiacomdireitos.pt>.

⁴² MARIA BERNICE DIAS, *A ética na jurisdição da família* in Revista Brasileira de Direito Constitucional, RBDC n.º 09, jan./jun., 2007, p. 107. Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-09/RBDC-09-107-Maria_Berenice_Dias.pdf.

das relações pessoais».⁴³ Por essa razão, existem determinados aspetos e funções que estiveram afetos ao tempo e são já irrecuperáveis, não obstante, a espiral de regeneração trouxe inauditas valências à dinâmica familiar.

Munidos dessa advertência, centremo-nos no prolífico papel da familiaridade. Por sinal, os atributos do sistema familiar derivam de fundamentos com índole diversa, *RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA* consciencializa este mesmo juízo com a maior sagacidade, de facto, *“cruzam-se, nos diferentes institutos do Direito da Família, os instintos (...), os sentimentos (...), as cognições (...), as volições (...) e as finalidades (...) mais profundos, transcendentais, egoístas e solidários do ser humano com os mais relevantes interesses públicos da boa harmonia na constituição e dinâmica da família, enquanto célula básica da sociedade, tanto no inter-relacionamento pessoal primário como na organização patrimonial fundante.”*⁴⁴. Sobrevém concluir que, a pronúncia destas interações transpõe para o estudo e normatividade das relações familiares uma insuprível permeabilidade às condições pulsantes da sociedade, sejam elas, no ramo político, económico, ideológico ou social. Em detrimento de um equilíbrio comunitário, leia-se, pautado por uma necessária e sempre urgente modernização, subjaz uma complementaridade entre a visão sociológica e a visão legislativa para que se projetem consensualmente os caracteres, funções e atributos do sistema familiar.

Dirigimos um primeiro olhar ao complexo sensorial da ciência humana. Os sociólogos da família encaram-na como um componente fulcral para o discernimento dos contornos da sociedade dos tempos de hoje, notadamente, *“assentam em que a família é uma instituição fundamental e durável, fornecendo uma espécie de denominador comum para o conjunto da cultura (...). Assentam em que o estudo da família fornece uma compreensão da estrutura política e social, do desenvolvimento económico e biológico (...). Contudo, reconhecem o significado cada vez menor da família como forma de realização social: vai perdendo as suas funções*

⁴³ *HUGO CUNHA LANÇA, Cartografia do Direito das Famílias, Crianças e Adolescentes, 1.ª edição, Edições Sílabo, 2018, p. 12.*

⁴⁴ *RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA, As alterações legislativas familiares recentes e a sociedade portuguesa in Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 523 e 524.*

tradicionais, que são transferidas para a sociedade ou para o Estado."⁴⁵. Apesar de partilharmos deste entendimento e seguirmos de perto *DIOGO LEITE DE CAMPOS* e *MÓNICA MARTINEZ DE CAMPOS*, consideramo-lo fruto inevitável das mutações da sociedade, *condição sine qua non* do aumento da diversificação e carga laboral, bem como da sua industrialização, acarretando a perda da produção em regime habitacional como modo de sobrevivência; das migrações e desenvolvimento das metrópoles e aparecimento de zonas citadinas com maiores oportunidades; do afastamento do culto familiar e ancestral; da transferência para a esfera do Estado e Organismos sociais das tarefas de defesa e assistência; e, ainda, o crescente estabelecimento de metas pessoais, fruto de uma sociedade mais instruída, ambiciosa e competitiva. Não obstante, não as encaramos como uma desvirtuação do substrato familiar, pelo contrário, as famílias comportam um espaço de amor, compreensão e encorajamento, em que existe uma efetiva componente de realização pessoal e busca de felicidade a título individual, mas permanece um sentido de entreajuda, o intento de transmissão de valores éticos, sociais e culturais, conscientemente despertos para a eventual emancipação de todos os elementos da família.⁴⁶

Ora, atrevemo-nos a notar que, também a política legislativa beneficiou de derradeiras mutações. Paulatinamente, o regime jurídico da família tornou-se produto de um trinómio de opções legislativas de enorme relevância, entre as quais: i. a dicotomia entre o público e o privado; ii. a dicotomia entre a intervenção e a autonomia e iii. a finalidade do direito da família.⁴⁷ A *ratio* inerente a cada uma delas tem carácter específico, termos em que, em primeiro lugar, a questão passa por

⁴⁵ *DIOGO LEITE DE CAMPOS/MÓNICA MARTINEZ DE CAMPOS, Lições de Direito da Família*, pp. 44 e 45. Aliás, em sentido convergente, denota-se que: "A evolução da família, ao longo dos tempos, mostra-nos que esta tem perdido algumas das suas funções tradicionais. Perdeu a função política que tinha no direito romano, quando se estruturava sobre o parentesco agnático, assente na ideia de subordinação ou sujeição ao paterfamilias de todos os seus membros. Perdeu a função económica de unidade de produção, embora continue a ser normalmente uma unidade de consumo. As funções educativa, de assistência e de segurança, que tradicionalmente pertenciam à família, tendem hoje a ser assumidas pela própria sociedade. Por último, a família deixou de ser fundamentalmente o suporte de um património de que se pretenda assegurar a conservação e transmissão, à morte do respetivo titular." *vide* FRANCISCO PEREIRA COELHO/GUILHERME DE OLIVEIRA/RUI MOURA RAMOS, cit., p. 119 e 120.

⁴⁶ Contrariamente, "*Parece ser a função reprodutiva, procriação e sociabilização (...) o núcleo central e inalienável das funções da família. Mas, mesmo esta, tem sofrido um certo declínio.*" *vide* *DIOGO LEITE DE CAMPOS/MÓNICA MARTINEZ DE CAMPOS, Lições de Direito da Família*, p. 48.

⁴⁷ Cfr. *MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, Do Direito da Família aos Direitos Familiares* in *Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 553 e ss..

definir qual o bem protegido, a família *qua tale* ou os seus integrantes. Seguidamente, questiona-se se a regulação familiar está fixa à cobertura legal, ou se, eventualmente poderá existir um espaço ajurídico reservado à autonomia, temperado pelas regras éticas e sociais ou, até mesmo, um ambiente sem sujeição a qualquer diretriz que não seja o livre arbítrio. Por fim, carece de explicitação se o direito da família deve ser orientado por objetivos concretos ou por direitos.

Esclareçamos, perentoriamente que, a família é uma «*realidade multifacetada*»: aproveita traços de cariz biológica, morais, afetivos e sociais, pelo que compreende uma correlação indissociável com o meio circundante. Tanto que, “*no direito da família, a oposição entre o legal e o ilegal não pode deixar de considerar a contraposição entre o biológico e o não biológico, entre o moral e o imoral, entre o afeto e o desafeto ou entre o socialmente aceitável e o socialmente censurável.*”⁴⁸. O que não ofusca o âmbito de regulação que deriva da autonomia privada das partes. Inerente a este conceito, radica o entendimento de que a família é regulada nos momentos de crise, só nesse circunstancialismo é que o direito intervém, nas situações em que é imperioso limitar a autonomia desmesurada de um qualquer membro da família, trata-se, fundamentalmente de um «*direito das crises familiares*». Concomitantemente, sempre existirão segmentos inacessíveis ao direito, no que concerne, particularmente, às situações mais intimistas do relacionamento. Pela pertinência que acarreta, frisamos, ainda, que o direito da família deve potencializar as medidas adequadas e vocacioná-las para o cumprimento dos institutos reservados aos vários segmentos familiares. A vitalidade do sistema familiar encontrar-se-á incessantemente conexa a dois pontos cardeais, por um lado, encontra na discricionariedade um critério de escolha dos interesses a proteger e, por outro, operacionaliza a sua defesa por meio do estabelecimento de direitos/deveres a ser exercidos pela Família e pelo Direito em função dos elementos que a integram.

A disciplina jurídica da família apresenta, ainda, uma idiossincrasia própria, aproximando-se, neste particular, de um regime composto, com veios bem identificáveis.⁴⁹ De uma parte, emerge um *caráter pluralista*, porquanto respeita o

⁴⁸ MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Do Direito da Família aos Direitos Familiares*, p. 559.

⁴⁹ Acerca das características essenciais das relações familiares e do próprio Direito da Família cfr. JOÃO DE CASTRO MENDES/MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *cit.*, pp. 13 e 22 a 26.

exercício do direito da família liberal, não impõe qualquer forma de vida familiar nem limita os modos de prossecução de uma vida plena; não se exige neutralidade mas espírito de ambivalência. Bem assim, pressupõe-se que erradia as convicções sociais e morais elementares da comunidade, ao invés de funcionar como mecanismo injuntivo. De outro modo, prima pelo seu *caráter individualista*, dado que vivemos uma era marcada pela comutação de uma prática institucional familiar para uma exaltação dos direitos subjetivos. Assistimos a uma crescente cautela aquando da demarcação dos direitos de cada membro da família *versus* qualquer direito invocado em nome da comunidade.

Ademais, está significativamente implícito o seu *caráter imperativo*, na medida em que o direito da família é entendido como um ramo jurídico no qual predominam disposições imperativas e inderrogáveis, nomeadamente, no que diga respeito às matérias excluídas da autonomia privada, ou seja, todas as vertentes que o legislador considera serem inconvertíveis ou inadaptáveis pela sua importância, merecendo uma garantia *ope legis*. E se é verdade que se encontra fortalecida pelo recurso a variadíssimos conceitos indeterminados, de modo a suportar uma adaptabilidade ininterrupta ao ambiente circundante, aferindo-se com evidência um *caráter indeterminado*, não deixa de ser também evidente o seu *caráter formal*, com o intuito de caucionar a certeza e a segurança jurídicas.

Afinal, outro traço assinalável é o *caráter duradouro*, por referência aos direitos ou relações de família que se desenvolvem – os «*estados de família*»⁵⁰ –, vislumbram-se, por isso, perduráveis e estáveis, conferem sentimentos de pertença e afeto aos sujeitos que os compõem e refletem a sua estabilidade e alcance nas normas legais. Iremos mais longe, “*a vocação duradoura é ela própria fonte de instalação de hábitos, mas também geradora de convicções e sedimenta relações afectivas que geram ideias e sentimentos comuns*”⁵¹.

⁵⁰ FRANCISCO PEREIRA COLEHO/GUILHERME DE OLIVEIRA/RUI MOURA RAMOS, *cit.*, p. 185.

⁵¹ MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família*, pp. 156 e 157. Esta faceta familiar obriga à contemplação do *reverso da medalha*, tanto é que, nem sempre a família funciona como centro de paz e conforto, por vezes, é um lugar de conflito e violência, situação que se tem vindo a verificar na atualidade. O que não equivale à anulação do efeito mais sólido da relação familiar, nomeadamente, na qualidade de “criadora de um código ético e normativo próprio que lhe confere sinergias de sobrevivência”, em concordância com a A., *cfr.*, *Direito da Família*, p. 157.

Num cômputo global, o que atingimos é a inegável certeza de que a evolução da família é caracterizada pela perda de algumas das suas funções ditas tradicionais, não obstante, outros caracteres saíram reforçados e revitalizados, como a intimidade, a afetividade e a tolerância, transversais a todas as variações de relações familiares concebíveis, com vertiginoso impacto sobre os modelos comportamentais e socioculturais.⁵² Assim verificou *GUILHERME DE OLIVEIRA* ao evidenciar que *“a alteração mais profunda na concepção da família consiste no reconhecimento de um direito à felicidade individual conjugal. A realização afectiva dos parceiros matrimoniais liberta-se do constrangimento imposto pela ideia societária da família tida como um ente supra individual e, hoje em dia, o «bem da família» resulta do somatório do bem de cada um dos seus membros, da felicidade que o agregado familiar pode proporcionar a cada um, agora senhor e não servidor da Família.”*⁵³. Em contexto normativo, esta mesma adaptação e aculturação fizeram desenvolver o foco e atenção dados à família e, no nosso século, são, copiosamente, em maior número os diplomas legais e convencionais que albergam preceitos de *«direito dos afetos»*, constituídos por atributos de um sistema familiar consciencioso.

Por tudo quanto fica expresso, rematamos: *“(...) a família é, decerto (...) mais velha que o Estado, é ela um organismo natural, que preexiste ao direito escrito, e dentro do qual vive uma ordenação íntima, complexa e difícil de racionalizar. Dizemos nós que o direito da família é um direito institucional porque o legislador se limita, em alguma medida, quando regula as relações de família, a reconhecer esse “direito” que vive e constantemente se realiza na instituição familiar.”*⁵⁴.

⁵² *“O paradoxo que se enfrenta é o de tendência para o declínio dos alicerces tradicionais da família que se conhece e em que identificamos o progresso de grande parte da nossa história de vida, ao mesmo tempo que não encontramos motivos para admitir que a família tenha perdido a sua capacidade tradicional de fonte de crescimento do ser humano, através da sua renovação.”* vide *MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, Direito da Família*, p. 162.

⁵³ *GUILHERME DE OLIVEIRA, Sobre a verdade e a ficção no Direito da Família in Temas de Direito da Família 1, 2.ª Edição aumentada, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2001, p. 9.*

⁵⁴ *FRANCISCO PEREIRA COELHO/GUILHERME DE OLIVEIRA/RUI MOURA RAMOS, cit., p. 171.*

2. FONTES DAS RELAÇÕES JURÍDICAS FAMILIARES

Temos vindo a abordar *en passant* o elenco das fontes das relações jurídicas familiares⁵⁵, neste segmento propomo-nos, então, a estancar algumas inquietudes a esse respeito.

Antes de tudo o mais, refresquemos a memória. É a lei ordinária, em consagração com o disposto no seu art. 1576.º CC, que delimita a origem das relações com relevo jurídico, notadamente, o *casamento*, o *parentesco*, a *afinidade* e a *adoção*. O seu conjunto partilha uma panóplia de direitos e obrigações que ligam as pessoas pelo facto de pertencerem a uma família e derivam consoante a posição que o indivíduo detenha. Paralelamente, é possível constatar que, o valor destas modalidades de família em sentido jurídico não é análogo.⁵⁶

Como já tivemos oportunidade de expressar, tais relações familiares encontram-se circunscritas e fixas, pelo que acabam por perder em bastantes situações a nitidez dos seus contornos e a modelagem às axiologias modernas. Somos partidários do argumento de que *“o Direito da Família tende a conformar-se sob a inspiração de um princípio de verdade: as prescrições jurídicas tendem a reconhecer as aspirações, as necessidades e a situação real, biológica e afectiva, dos membros da comunidade familiar.”*⁵⁷, sem embargo de que, essa recetividade, no tocante à origem das relações familiares, representa ainda um *capitis deminutio*, já que os seus conceitos permanecem, quanto a nós impropriamente, alheios à mudança – tarefa que o legislador deveria coroar.⁵⁸ Sem prejuízo de termos já assistido a alguma

⁵⁵ Sobre o conceito de relação jurídica familiar cfr. as lições de JOÃO DE CASTRO MENDES/MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *cit.*, pp. 9 e 10.

⁵⁶ *“A importância da relação matrimonial e da relação de parentesco no primeiro grau da linha recta, designada como relação de filiação, ultrapassa largamente a das restantes relações jurídicas familiares. Uma breve análise formal ao Código Civil é reveladora. À afinidade não é atribuído um título autónomo. Nem ao parentesco no seu conjunto. À adopção cabe um título que abarca pouco mais de 20 artigos. O título sobre o casamento compreende perto de 200 artigos e o título sobre a filiação cerca de 175 artigos.”*, neste sentido JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo*, p. 15.

⁵⁷ GUILHERME DE OLIVEIRA, *Sobre a verdade e a ficção no Direito da Família*, p. 9.

⁵⁸ MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA destaca a dualidade com que o processo legislativo se deve debater: *“Tal como a família, também o direito da família tem sofrido significativas alterações na sua já longa história. Muito frequentemente, essas alterações são o reflexo de modificações sociais, culturais e políticas; noutras vezes, é o legislador que, através de ruturas legislativas, pretende fomentar modificações sociais ou culturais.”* vide *Do Direito da Família aos Direitos Familiares*, p. 553.

movimentação legislativa⁵⁹ nesse sentido, fundamentalmente, na tónica da relação conjugal e da relação de filiação⁶⁰, estão ainda por concretizar um feixe de adaptações.

Munidos dessa advertência, atentemos o conteúdo do referido art. 1576.º CC, porquanto nos apraz compor alguns apontamentos críticos. Desde logo, salta à vista desarmada que o estabelecido neste normativo funda-se, *ab initio*, num lapso fatal, no que concerne à correta identificação dos seus conceitos, uma vez que somente o casamento e a adoção, enquanto atos jurídicos, são reais fontes das equivalentes relações jurídicas familiares. O matrimónio é fruto de uma decisão edificadora de uma vida conjugal, bem assim, a adoção emerge identicamente de uma manifestação positiva da vontade. Por seu turno, o parentesco e a afinidade dispensam a autodeterminação, não dependem de qualquer evento de escolha, geram-se na dependência de um concreto relacionamento, dessa forma são relações familiares *prima facie* e não fontes aptas ao fim que o normativo pretende orientar. Sucede que, na verdade, estamos perante uma evidente vicissitude, uma séria falta de rigor na técnica legislativa, sintomática de outras que tais.⁶¹

Com igual valia sobrelevamos que, o preceito e os comando normativos seguintes destacam como fonte institucional da família, o casamento. Em nosso entendimento, o casamento é sistematicamente anunciado como *modus* predominante de instituição de relações familiares no sistema jurídico português, contudo, perante a dinâmica hodierna do Direito da Família, não é desprimoroso

⁵⁹ No período que sucedeu à Revolução de 25 de Abril de 1974, foi outorgada a faculdade de divórcio aos que tivessem celebrado casamento católico e incluída a variante do divórcio por mútuo consentimento; foi suprimido o semblante do chefe de família e famigerado o princípio da igualdade dos direitos e deveres dos cônjuges “quanto à capacidade civil e política e à manutenção e à educação dos filhos”; e foi abolida a discriminação dos filhos nascidos fora do casamento. Ao que se adita, no que concerne à **adoção**, alterações materializadas pela Reforma do CC de 1977, concretamente, pelos DL n.º 185/93, de 22 de Maio, DL n.º 120/98, de 8 de Maio, pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, Lei n.º 28/2007, de 2 de Agosto e, finalmente, pela Lei n.º 143/2015, de 8 de Setembro; por sua vez, Leis de medidas de proteção das **uniões de facto** (Lei n.º 7/2011, de 11 de Maio, Lei n.º 23/2010, de 30 de Agosto, Lei n.º 2/2016, de 29 de Fevereiro, Lei n.º 49/2018, de 14 de Agosto e Lei n.º 71/2018, de 31 de Dezembro) e das **pessoas que vivem em economia comum** (Lei n.º 6/2011, de 11 de Maio e Lei n.º 82-E/2014, de 31 de Dezembro). E, ainda, a não esquecer, a Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro, que modificou o regime do **divórcio** e do **poder paternal** – agora das responsabilidades parentais – e a Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio (alterada pela Lei n.º 2/2016, de 29 de Fevereiro), que permitiu o **casamento civil entre pessoas do mesmo sexo**.

⁶⁰ Filiação em sentido amplo, por forma a abranger a filiação biológica, a filiação adotiva e a filiação por procriação medicamente assistida.

⁶¹ Em tom de crítica, notar distinção entre *fontes das relações jurídicas familiares* e *vínculos familiares de base* cfr. JOÃO DE CASTRO MENDES/MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *cit.*, pp. 10 e 11.

colocar algumas interrogações quanto à sua manutenção no pódio da construção familiar. Perante esta formulação, sobrevém referir que, o paralelismo entre esta e outras formas tidas como menos solenes, v.g. união de facto, tem de ser suscitado, na medida em que são igualmente reconhecidas pela lei como modos de vida juridicamente relevantes de que promanam deveres análogos aos dos cônjuges, mas dispensam a formalidade do matrimónio e dos seus efeitos patrimoniais ou, ainda, v.g. o apadrinhamento civil, sabendo que o vínculo que se estabelece é permeável ao exercício de responsabilidades parentais idênticas às exercidas na parentalidade.

Em prole dessas circunstâncias, a doutrina querela se são admissíveis outras situações jurídicas familiares e discute a natureza taxativa do teor do preceito.⁶² Ora, esta disjuntiva não é de resto nova, porém, não nos escusamos de tecer algumas considerações.⁶³

Num relance crítico sobre o direito da família português, CARLOS PAMPLONA CORTE-REAL introduz e evoca essa questão adjetivando-a como «a pretensa tipificação das situações jurídicas familiares», a razão para este entendimento filia, julgamos nós, no que acabámos de problematizar. O mesmo Autor desperta-nos para o cenário camaleónico da família. Esta cria-se e recria-se em múltiplas situações, nessa medida parece insustentável compactar as suas formulações de *ultima ratio* num leque preestabelecido, sem qualquer chance de inclusão de derivações ou figuras com nova identidade, aliás, “*parece mais ajustado tecnicamente procurar-se nas situações contempladas no art. 1576.^o a essência comum às mesmas, em ordem a admitir que possam relevar como tais outras que pise os mesmos parâmetros, em termos analógicos*”⁶⁴. Delega-nos, assim, o ímpeto para aferir os meandros dessa dita «essência comum».

Após alguma coagitação, afigura-nos assertivo observar o trilho do sistema jusfamiliar. Justamente, um componente incessante e tenaz nas relações juridicamente relevantes expostas é a sua «*perdurabilidade*» (virtual ou efetiva).

⁶² Relativamente à taxatividade das relações familiares cfr. JOÃO DE CASTRO MENDES/MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *cit.*, pp. 13 a 17 – em especial, teorizam acerca da união de facto.

⁶³ Para aceder a algumas reflexões acerca da «*mudança nas fontes*» e a interrogativa de «*um outro regime legal de família*» cfr. MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA/ RUI SOARES PEREIRA, *Memória e presente de direito da família: dos novos sujeitos da dogmática jusfamiliar in Estudos em homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia*, Volume III, Coimbra Editora, 2010, pp. 145 a 149.

⁶⁴ *Ob. cit.*, p. 109.

Muito embora este seja, por excelência o critério chave, não podemos deixar de notar uma nuance quanto à possibilidade de dissolução do casamento e portanto a quebra do vínculo afetivo duradouro, pensemos no caso do divórcio. Todavia, esta não é a única exceção do regime, mesmo após o falecimento de um dos membros do casal, os laços de afinidade e parentesco não se diluem, bem como, o estabelecimento da filiação permanece incólume, sendo certo que, no caso do divórcio, apenas se mantém válida a segunda realidade, relativa à filiação. Já no que tange ao vínculo adotivo, este é irrevogável (art. 1989º CC). Sucedaneamente, fica claro que, tal como não se consome a relação de parentalidade/maternidade em virtude da ocorrência de um divórcio, ao invés, promove-se a regulação das responsabilidades parentais de modo a acautelar o bem estar da criança e exige-se a permanência dos progenitores no tocante aos aspetos essenciais da vida do menor; de igual forma, será inconcebível quebrar um relacionamento adotivo em que “*o adotado adquire a situação de filho do adotante*” (art. 1986º CC), impreterivelmente pelas mesmas razões. Não podemos ir mais longe do que corroborar o facto de existir uma gradação de perdurabilidade no que diz respeito ao casamento, sob pena de desvirtuar as restantes situações de cariz familiar que se caracterizam nos exatos termos acima referenciados.

Não somos tão-pouco alheios ao argumento de que, esse carácter duradouro está intrinsecamente associado ao carácter afetivo, em detrimento de qualquer relação familiar que esteja na sua base. Não somos ingénuos ao ponto de cegamente abonarmos que todas as relações familiares atingem o mesmo expoente máximo de afetividade, bem sabemos que, até pela personalidade de cada indivíduo, assim não acontece, contudo, espera-se que alguns dos ingredientes de um bom relacionamento integrem estes institutos, independentemente do grau de intensidade. Conquanto, crê-se que, a «*afetividade*» solidifica os estados pessoais e marca incisivamente a abertura relacional, sendo na familiaridade que se torna expetável a sua investidura (de todo o modo, ainda que presumivelmente considerada).

Desfilados estes conceitos, damos conta da nossa insatisfação, parece-nos uma metodologia exígua, contudo, com a devida clarividência que o tema requer, compreendemos que não poderia ser de outro modo, a «*Mundividência familiar*»

assim o exige. Realmente, como temos vindo a discorrer, a organização familiar está sempre um passo à frente da normatividade, tem sangue pulsante que a faz evoluir, por conseguinte, temos de nos socorrer dos critérios legais existentes à época que sempre nos trarão uma margem de comparabilidade, no caso *sub judice*, aferirmos da perdurabilidade e afetividade ínsitas a uma determinada realidade aspirante a ser parte integrante do leque das fontes de relações jurídicas, mas sempre será necessário um twist, que pode bem ser este, os seus traços identitários particulares que se mostrem conducentes com a matriz familiar. Posto isto, terá de partilhar, pelo menos, esta «*essência comum*», sob pena de subversão do Instituto Familiar. Semblante marcado tão perspicazmente por MADALENA ALARCÃO, de facto, “*existem, hoje, muitas definições de família mas talvez o mais importante seja, vê-la como um todo, como uma emergência dos seus elementos, o que a torna uma e única. Ler sistemicamente a família implica, então, ter uma visão global da sua estrutura (dimensão espacial) e do seu desenvolvimento (dimensão temporal)*”⁶⁵.

Perante este repto, julgamos elucidativo recuperar algumas afirmações de HELENA BOLIEIRO, esta refletiu acerca da multiplicidade de envolvências familiares e concluiu que “*para além da chamada «família nuclear», que resulta de uma associação de duas pessoas, relativamente duradoura no tempo, com a sua descendência biológica, podem ser consideradas como relações do tipo «família»: famílias adoptivas; «foster families» (famílias acolhimento); «stepfamilies» (com padrasto/madrasta e enteados) e famílias em processo de divórcio; famílias monoparentais; famílias multirraciais; famílias unidas pela doença e pela morte; famílias multigeracionais; famílias imigrantes (...).*”⁶⁶. Cristalinamente depreendemos que este é mais um crente contributo para a aceitação de novas famílias, que promanam de fontes igualmente válidas, às quais o ordenamento jurídico deve prestar o seu acolhimento. Na verdade, em todas as derivações, “*as exigências de afecto prevalecem sobre a função biológica de continuação da espécie e em que diversidade deixou de ser sinónimo de diferenciação de sexos, para passar a*

⁶⁵ MADALENA ALARCÃO, *(Des)Equilíbrios Familiares*, 3.ª edição, Quarteto, 2006, p. 39.

⁶⁶ HELENA BOLIEIRO, *O Direito da Criança a uma Família: algumas reflexões*, p. 106. No exercício dessa enumeração, venceu o impacto que lhe causou a leitura de um texto sobre a Família, redigido por EDMUNDO BALSEMÃO, a propósito dos resultados de um trabalho de uma associação americana – *Family Diversity Projects* – no âmbito do qual é estruturado o elenco empírico dos tipos de relações humanas que podem atualmente considerar-se como famílias.

*caracterizar as múltiplas origens, gerações, etnias, credos e histórias de vida dos vários membros do tecido familiar.”*⁶⁷.

3. COMPOSIÇÕES JURÍDICAS DE TIPO PARAFAMILIAR

De *iure constituto*, parece que a cobertura legal exclui liminarmente a coexistência de outras relações de família para além das mencionadas no art. 1576.º CC, não obstante é defensável que se acrescentem outras, como debatemos. Nessa iminência, prezamos as sábias palavras de JORGE DUARTE PINHEIRO, “*o potencial evolutivo e polémico do Direito da Família, mesmo do Direito da Família das relações familiares nominadas, é (...) incontestável*”⁶⁸, as quais subscrevemos. O mesmo Autor avoca, de forma disruptiva, que o objeto do Direito da Família ampliou-se de modo a albergar realidades similares às relações de família nominadas, ditas «parafamiliares». Ergue-se então o quesito, qual o principal escopo dessas realidades?⁶⁹ Quer isto dizer que, contiguamente existem outras realidades que, não merecendo a mesma qualificação, “*são conexas às relações familiares, estão equiparadas a elas para determinados efeitos ou são condição de que dependem, em certos casos, os efeitos que a lei atribui à relação conjugal e às relações de parentesco, afinidade e adoção*”⁷⁰. A resposta reside na procura de homogeneidade entre as relações familiares e as ditas parafamiliares ou quase-familiares. Desde logo, é de mencionar que não existe um critério definido nem consensual. Podemos socorrer-nos do alinhamento elaborado pelos ilustres FRANCISCO PEREIRA COELHO, GUILHERME DE OLIVEIRA e RUI MOURA RAMOS, estes compartimentam as relações familiares decompondo-as em substratos diferentes: i. as relações familiares *stricto sensu* (casamento, parentesco, afinidade e adoção); ii. outras relações familiares,

⁶⁷ HELENA BOLIEIRO, *O Direito da Criança a uma Família: algumas reflexões*, p. 107.

⁶⁸ JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo*, p. 16.

⁶⁹ “Qual é o critério da relação parafamiliar? O afecto? Então, a relação de amizade seria uma relação parafamiliar, o que se afigura um pouco ajustado. A convivência num mesmo lugar? Então, haveria relações parafamiliares entre colegas que trabalham no mesmo local ou entre alunos de um mesmo estabelecimento de ensino, hipótese que é manifestamente estranha.” vide JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo*, p. 17.

⁷⁰ FRANCISCO PEREIRA COELHO/GUILHERME DE OLIVEIRA/RUI MOURA RAMOS, *cit.*, pp. 36, 37 e 112. Atente-se igualmente que “*não têm directamente por fonte uma das figuras qualificadas na lei como fontes das relações jurídicas familiares, embora as tenham normalmente entre as causas mediatas*” e “*desempenham funções próprias da família*” cfr. as lições de JOÃO DE CASTRO MENDES/MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *cit.*, p. 26.

designadamente, a união de facto, o apadrinhamento civil e a filiação baseada no consentimento, no contexto de reprodução assistida; iii. relações parafamiliares, nomeadamente, entre esposados, ex-cônjuges, vida em economia comum, entre tutor e tutelado, pessoa a cargo de outra, pessoa criada e sustentada por outra. Partindo desta ótica, serão parafamiliares aquelas relações em que a sua eficácia jurídica seja forte e empiricamente similar à das relações familiares.

Com um outro entendimento *JOÃO DE CASTRO MENDES* identificava como exemplos paradigmáticos, a tutela de menores e a obrigação de alimentos.⁷¹

Por seu turno, assume um posicionamento profundamente diverso *JORGE DUARTE PINHEIRO*, nesse sentido, o A. assevera que *“são parafamiliares a relação de tutela (que liga o pupilo ao tutor) e, dentro de certas condições legais, a união de facto e a convivência em economia comum.”*. Alerta-nos, por último, para a inevitável disseminação do objeto do Direito da Família, postulado segundo o qual a sua ascendência se expande para além desta vocação bipartida, agrega igualmente a matéria da proteção de crianças, jovens e idosos, defende, assim, que promana uma lógica de sub-rogação em que, uma vez incluídas as relações familiares *per se*, invariavelmente as medidas que se destinam a suprir a inexistência ou insuficiência funcional das mesmas torna-se parte integrante do objeto deste ramo do direito. Bem assim, entende que *“com a consagração da figura do apadrinhamento civil, o domínio da proteção de crianças, jovens e idosos conta com uma relação jurídica familiar, que, todavia, se afigura, por enquanto, periférica tanto nesse domínio como na generalidade do Direito da Família.”*⁷².

Neste contexto, diríamos que, com recurso a um basilar argumento *a fortiori* (*a maiori ad minus*), se o vínculo adotivo com todas as formalidades que acarreta é sinónimo de uma composição familiar, então, uma realidade que compreende silogismos idênticos, *v.g.* apadrinhamento civil, terá forçosamente de constar no enquadramento de relações familiares, assim resolveríamos uma inconsistência valorativa existente no ordenamento jurídico no que respeita a esta figura, pois que os juristas pensadores tendem a enquadrá-la com base em aceções cabalmente distintas, atribuindo-lhe um valor legal disforme (claro está, que esta conclusão é

⁷¹ Cfr. *Ob. cit.*, pp. 26 e 27.

⁷² Cfr. *JORGE DUARTE PINHEIRO, O Direito da Família Contemporâneo*, p. 18, nota de rodapé 10.

meramente especulativa, na medida em que não dispomos para já de elementos suficientes para afincadamente nos debatermos por esta posição, mas fica a ideia rasurada). Estamos, portanto, cientes de que este é outro ponto da sistemática familiar que não encontra pacificação na doutrina, sendo certo que ainda não nos encontramos seguros da orientação que perfilhamos, em especial, no que concerne à figura do apadrinhamento civil.

IV – DIREITO DA CRIANÇA OU JOVEM A UMA FAMÍLIA

Temos vindo a redigir a nossa pauta em *crescendo*, esta nota tratasse disso mesmo, será com maior expressão e intensidade que subsumiremos o conceito de família à cinética infantojuvenil. Entendemos que, esta articulação não só se justifica como é sem dúvida a acentuação tónica da nossa construção, em breve atingiremos o nosso propósito, acertaremos o ritmo e o balanço desta consonância. Pois que, no conjunto, queremos afinal revelar que a melodia é composta por três impactantes elementos: *Família – Crianças e Jovens – Apadrinhamento civil*.

Retomamos o ofício pela exortação de que, neste instante, é de nosso conhecimento a magnitude da família como realidade antropológica, afetiva e social eternizada na evolução e realização humana, da mesma forma estamos cientes da pertinência do seu reconhecimento nos fundamentais instrumentos jurídicos internacionais e nacionais, de tal modo que a sua conceção jurídica acarreta a estimação do grupo familiar como portador de interesses próprios e titular de uma forte garantia institucional. Assinalado este apontamento, impõe-se cogitar acerca das palavras de *GUILHERME DE OLIVEIRA*, na esperança de que sejam tão frutíferas quanto a sua mera pronúncia faz desejar – “(...) *as Leis da Família vigentes em Portugal são boas (...) constituem um quadro jurídico dentro do qual se podem prosseguir os objectivos fundamentais do ordenamento: respeitar a dignidade individual, organizar de uma forma justa as relações entre pessoas que vivem numa particular proximidade, resolver conflitos que assumem, frequentemente, uma*

dimensão sentimental.”⁷³, será tão linear assim no respeitante ao Direito das Crianças?

Ora vejamos, no século XX despoletou-se um movimento vanguardista na ramificação jurídica dos direitos dos menores. Um critério interpretativo ou princípio reitor da matéria jurídica desta área, famigerado «*superior interesse da criança*»⁷⁴, ressaltou em quase todos os diplomas e deu origem a uma das mais enigmáticas⁷⁵ e poderosas expressão do ordenamento jurídico. A mudança de paradigma no tocante ao papel das crianças não foi revolucionária, desenvolveu-se gradual e lentamente, a força magnânima terá sido, porventura, a vertiginosa mutação das relações de família. Assim, assuntos como a integração da criança na família, o reconhecimento da mesma como sujeito de direitos, o papel de suporte que a família desempenha no seu desenvolvimento e a detenção de uma posição central e preponderante no quadro das preocupações do seio familiar, não podem ser obnubilados neste mundo de pós-modernidade, nesse sentido há quem entenda que “*estamos seguramente no século da criança e esta é uma realidade que os*

⁷³ GUILHERME DE OLIVEIRA, *O Direito da Família in* Temas de Direito da Família 1, 2.^a Edição aumentada, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2001, p. 223. O A. desenvolve a sua pronúncia, na p. 228: “*Não sou um processualista, mas julgo que convinha formar um juízo técnico sobre a vantagem de criar um pequeno corpo de regras processuais especiais, adequadas às novas realidades das acções de filiação.*”, que não poderia ir mais ao encontro do que julgamos ser defensável.

⁷⁴ Este princípio encontra a sua órbita no art.3.º da CDirCR (em termos genéricos e bastante abrangentes) e é recorrentemente mencionado noutros normativos (arts. 9.º, n.º1; 18.º; 20.º; 21.º; 37.º, al. c) e 40.º, n.º 2, al. b), iii) CDirCR), sendo que a sua considerável indeterminabilidade tem estimulado a doutrina na procura de uma definição concreta. Tentativa de objetivação que é transversal a outros ordenamentos jurídicos, como por exemplo se constata no *Divorce Act* no Canadá, que pretende estimar os critérios sobre os quais este princípio deve ser apreciado ou, porventura, o *Children Act* no Reino Unido, relativo às decisões de um juiz que deverão comportar aspetos muito precisos e bem ponderados. Por ora, uma vez que a temática não nos permite extensos desenvolvimentos, fiquemos com a noção de que se trata de um princípio primordial no que concerne às decisões que afetem direta ou indiretamente a esfera jurídica das crianças. Por essa razão, “*o interesse superior da criança deve orientar todas as decisões adoptadas que tenham ou possam ter um impacto na vida de uma criança*” vide CATARINA DE ALBUQUERQUE, *O princípio do interesse superior da criança in* Jurisdição da Família e das Crianças. Jurisdição Civil, Processual Civil e Comercial. Ações de Formação – 2011-2012. Textos dispersos. Centro de Estudos Judiciários, 2013, p. 26.

⁷⁵ “*Dizer-se que o conceito de “interesse superior da criança” é em si mesmo vago e aberto ou genérico não deixa de ser uma verdade que não se vê porque tenha de ser necessariamente maléfica e que possa – ou deva – ser torneada através de uma definição “legal”. Importante é, assim, de um lado, manter sob escrutínio aturado as manifestações legais do “princípio” do superior interesse da criança, num aggiornamento salutar que nunca se deve afastar.*” vide ANABELA MIRANDA RODRIGUES, *O superior interesse da criança in* Estudos em Homenagem a Rui Epifânio, Almedina, 2010, p. 40.

*ordenamentos jurídicos não podem menosprezar e que o aplicador tem que atender.*⁷⁶.

Significativamente, contribuiu para esta realidade a desvalorização da instituição matrimonial nos moldes vivenciados até então, em paralelo a uma elevação do desejo pela individualização e autonomia, desiderato que acabou por comprometer o relacionamento conjugal. Por seu turno, a direção da família nos moldes descritos no art. 1671.º, n.º 2 do CC foi colocada em perspetiva, de tal forma que, a linha orientada a favor do “bem da família” tornou-se algo sinuosa. Inclusivamente, a devoção ao respeito pelos deveres aos quais os cônjuges se encontravam reciprocamente vinculados esmoreceu e a sua veemência passou para um plano de menor cautela (cfr. art. 1672.º CC). Alterações significativas e clamorosas que se refletiram na paulatina desunião dos membros do casal (art. 1773.º e ss. CC), sinónimas de uma derradeira vulnerabilidade do romance entre esposados.⁷⁷ Pois bem, falar nestas flutuações, é também falar num modo defensivo e reativo de as suprir ou apaziguar, referimo-nos à «hipervalorização da relação com os filhos»⁷⁸.

A crescente e voluptuosa preocupação com os infantes por parte dos seus progenitores, cuidadores, educadores, orientadores e no fundo, todas as nomenclaturas que possamos identificar que caracterizem uma especial e definida ligação com aqueles, refletiu a alteração de paradigma da sociedade, do legislador e dos aplicadores de direito. Tão fortemente que, originou a autonomização de um novo ramo do Direito, o «*Direito das Crianças*», intrinsecamente associado ao estudo da sua dignidade e salvaguarda dos seus direitos e interesses.⁷⁹

⁷⁶ ROSA BARROSO, *cit.*, p. 54.

⁷⁷ Com a erudição que o contato próximo com estas realidades permite, PAULO GUERRA por subordinação a essa constância, admite que seja equacionável atribuir corresponsabilidade para a «perenidade ou instabilidade da instituição familiar», condições como “a quebra da fecundidade, o envelhecimento da população, a subida dos índices do divórcio, a crescente vulgarização das uniões de facto, a maior visibilidade e aceitação social dos casais homossexuais e das famílias reconstruídas, a participação de mulheres casadas e de mães no mercado de trabalho, a maior responsabilização e importância dada à figura do pai na pós-ruptura de uma união conjugal ou não, a crescente influência avoenga e o incremento do fenómeno da toxicodependência como factor de alheamento parental, fonte inelutável de negligências e de diminuição de qualidade de vida das crianças (...)”, *cit.*, ponto 1.

⁷⁸ “O amor, outrora fiável e entre adultos, tornou-se preferencialmente pedocêntrico.” vide GUILHERME DE OLIVEIRA, *Critérios jurídicos da parentalidade in* Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 277.

⁷⁹ Sobre a autonomização do Direito das Crianças cfr. MARIA CLARA SOTTOMAYOR, *Temas de Direito das Crianças*, Almedina, 2016, p. 43 e ss..

A corroborar esta factualidade, apontamos o ponto de viragem no panorama português, terá sido a 27 de Maio de 1911 que este processo de autonomização se iniciou, concretamente nas cavidades do sistema judiciário, com a criação dos Tribunais de Menores (que protagonizou o afastamento das crianças com menos de 16 anos do sistema penal dos adultos).⁸⁰ A cultura da infância beneficiou deste *plus* judicial e jurisprudencial, na medida em que se diligenciou a qualidade das decisões e se fomentou um aprimoramento da consciência social acerca do valor e da dignidade humana das crianças. Enriquece esta constatação a sapiência de MARIA CLARA SOTTOMAYOR da qual nos apossamos neste instante: *“a definição do Direito das Crianças como um conjunto de normas jurídicas aplicáveis às crianças ou relacionadas com as crianças é uma forma incompleta e superficial de tratar a questão. A autonomização do Direito das Crianças tem um significado cultural, social e político: a centralização na criança como pessoa e não apenas como membro de uma família ou um objecto passivo de protecção social e estadual.”*⁸¹. Exatamente por significar um bem maior, corroboramos que este germinado direito da criança se encontra em expansão e apuramento.

Posto isto, verdade seja dita, a indissociabilidade entre Direito da Família e Direito das Crianças é notória, sintomática que se tem vindo a desenvolver nos fenómenos de criação e adaptação dos textos normativos e convencionais.⁸² Tal missão resulta, invariavelmente, da heterogeneidade de bens e interesses das múltiplas personalidades sobre as quais o Direito assume encargos de proteção e garantia, *v.g.* crianças, pais, família, sociedade, Estado, Comunidade Internacional,

⁸⁰ Sobre esse circunstancialismo, que a nós nos desperta motivos de orgulho, pronunciou-se o STJ em 1962: *“Assim, desde o notável Decreto de 27 de Maio de 1911, entre nós se considerou a Tutoria (hoje Tribunal Central de Menores) como um tribunal «essencialmente de equidade, julgando pela sua consciência», o qual tinha de furtar-se à inflexibilidade da legislação comum, «sob o risco de atraiçoar os fins para que foi instituído» (...). Para tanto, partia-se do princípio verdadeira e cientificamente exacto, de que «as crianças, são a vida indecisa a despertar com a multiplicidade das suas incertezas, que não receberam ainda a modelagem persistente do meio», pelo que não podem estar sujeitas «ao rigor formulário de uma legislação taxativa, mas sim a leis especiais, em que a razão e o sentimento tenham ampla liberdade de acção» (sic).”* in Acórdão doutrinário, proferido no processo n.º 30683, emitido pelo STJ e publicado no Diário do Governo n.º 65/1962, Série I de 23-03-1962, p.285. Disponível em: <https://dre.pt/>.

⁸¹ MARIA CLARA SOTTOMAYOR, *A Autonomia do Direito das Crianças* in Estudos em Homenagem a Rui Epifânio, Almedina, 2010, p. 80.

⁸² Cfr. JOSÉ MOREIRA DAS NEVES/NORBERTO MARTINS, *Direito da Família e dos Menores*, Editor INA – Instituto Nacional de Administração, 2007, p. 103 e ss., a respeito da proteção legal dada às crianças e adolescentes (enquadramento legal).

máxime Humanidade.⁸³ De tal forma que, “(...) não é difícil perceber que nos encontramos no centro de uma galáxia normativa onde se cruzam estruturas específicas do sistema social (como a família), do sistema da moral e do sistema do Direito (variados institutos jurídicos, externos e internos, de Direito Constitucional e infraconstitucional, de Direito Civil comum e especial, de Direito Penal, geral e especial, de Direito processual, etc.)”⁸⁴. Resta-nos concretizar esta ideia.

No plano interno, as normas constitucionais com relevo, que elevam à categoria de direitos fundamentais, os direitos da criança, reconhecendo-a como sujeito de direitos são, notadamente: i. os arts. 26.º e 36.º, pois que consagram princípios inderrogáveis como o direito a constituir família e o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar, bem como princípios igualmente absolutos, nomeadamente, o direito da filiação que se desdobra em direito à identidade pessoal e genética, à não discriminação dos filhos nascidos fora do casamento, à atribuição aos pais do direito-dever de educação e manutenção dos filhos, a inseparabilidade⁸⁵ dos filhos dos seus progenitores e a proteção da adoção; e ii. os arts. 67.º, 68.º, 69.º e 70.º, que apesar de revestirem cariz meramente programático, firmam princípios de proteção da família, proteção da maternidade e paternidade e de proteção das crianças e jovens.

Pese embora já tenhamos tido oportunidade de dedicar algum tempo ao teor do art. 36.º, é agora altura de o dissecarmos por instituir um direito com tão intensa significância e grandiosidade, o «direito a constituir e fazer parte de uma família», o

⁸³ “(...) estes bens e interesses são protegidos por normas provenientes das mais variadas (...) fontes de Direito, nomeadamente do Direito Internacional Público, do Direito da União Europeia, do Direito Constitucional e das leis ordinárias: (i) no plano do Direito Internacional, as respectivas normas protegem esses bens e interesses como direitos do homem e como deveres (do Estado e da sociedade) e através de “standards” e de outros mecanismos de protecção; (ii) no plano do Direito da União Europeia, as respectivas normas protegem esses bens e interesses como direitos humanos fundamentais e como deveres (da União Europeia e dos Estados membro); (iii) no plano do Direito Constitucional, as respectivas normas protegem esses bens e interesses como direitos fundamentais e como deveres (do Estado, das pessoas e da sociedade); (iv) no plano do direito ordinário, as respectivas normas protegem esses bens e interesses como direitos, deveres e poderes funcionais e através de uma série muito alargada de institutos, processos, procedimentos, serviços e instituições.” vide JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, *Os Direitos das Crianças: linhas para uma construção unitária in Problemas da Família no Direito*, Belo Horizonte, 2012, p. 187.

⁸⁴ JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, *cit.*, pp. 187 e 188.

⁸⁵ O art. 36.º, n.º 6 da CRP, admite que os filhos sejam separados dos pais se estes não cumprirem os seus deveres fundamentais.

«direito à convivência familiar»⁸⁶. Pois é disso que se trata em última instância, toda e qualquer criança ou jovem tem a garantia constituinte de que, independentemente da fonte geradora de uma relação familiar, este é o seu maior espólio. Tanto que, a filiação e a unidade familiar prevalecem sobre os eventuais direitos conflitantes ou contingentes dos pais, dada a supremacia que o interesse da criança confere. Esta prevalência é um corolário do reconhecimento de direitos da criança e manifestar-se tanto no abandono de uma relação hierárquica entre pais e filhos, como no encaminhamento das responsabilidades parentais para a realização dos interesses destes últimos.

Note-se que, a consagração legislativa ordinária também deu largos passos, em especial no ano de 1999, comumente apontado como referencial da Reforma dos Direitos dos Menores, pensamos pois na Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, a n.º 147/99, de 1 de Setembro e na Lei n.º 166/99 de 14 de Setembro de 1999, que aprovou a Lei Tutelar Educativa.⁸⁷

No plano internacional, o impacto gerado sobre a disciplina infantojuvenil foi fortemente esclarecedor quanto à rítmica do progresso mundial, destacamos as célebres: Declaração de Genebra de 1924⁸⁸; Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948; Declaração dos Direitos da Criança, inserta na Resolução 1386 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1959; Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989; Convenção Europeia Sobre o Exercício dos Direitos das Crianças de 1996 e Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia de 2000. Muito embora a Declaração e a Convenção sobre os Direitos da criança e Convenção

⁸⁶ Cfr. MARCELO DE MELLO VIEIRA, *Direito de Crianças e de Adolescentes à Convivência Familiar*, 1.ª edição, D'Plácido Editora, 2016, p. 73 e ss.. Com o seu estudo demonstra que a denominação *convivência familiar* não é autoexplicativa.

⁸⁷ “Na primeira, elege-se o de modelo de promoção e proteção da infância, assente, essencialmente, no princípio de que as crianças e jovens são actores sociais, cuja protecção deve ser sinónimo de promoção dos seus direitos individuais, económicos, sociais e culturais. Já, na Lei Tutelar Educativa, se opta por um modelo de intervenção educativo – educação do jovem para o direito, de forma a que interiorize as normas e valores jurídicos, quando ofenda valores essenciais da comunidade e regras mínimas de convivência social e revele uma personalidade hostil ao dever jurídico básico, traduzidos nas normas criminais -, assente em princípios de intervenção mínima e com o inarredável respeito pelo direito do jovem à liberdade e à auto-determinação e o de, por regra, evoluir num ambiente sócio-familiar natural, sem constrangimentos por parte de outrem ou do Estado.” vide ALCINA COSTA RIBEIRO, *Autonomia da criança no tempo de criança in Estudos em Homenagem a Rui Epifânio*, Almedina, 2010, p. 22.

⁸⁸ Também conhecida por Carta da Liga das Crianças, aprovada pela Sociedade das Nações, na qual as crianças são identificadas como sujeitos passivos de proteção.

Europeia sejam, por excelência, o ex-líbris deste movimento uniformizador, marcam hermeticamente a posição dos menores no cosmos tão imenso de atemorização a que estavam submetidos.⁸⁹

Ao detalhe, acabamos por inferir que, a Declaração de 1959 laborou no primado de proporcionar às crianças uma «*infância feliz*», reconhecendo e garantindo-lhes todos os «*direitos e liberdades*» (como se pode ler no seu Preâmbulo) para que assim seja, concomitantemente, a estima desta condição de ser criança ordena minuciosos cuidados de respeito, afeto e proteção, conforme decorre dos seus considerandos e articulados. No que lhe concerne, a Convenção de 1989⁹⁰ reconhece as crianças como sujeitos de direitos civis, económicos, culturais e políticos, sendo que, as considerações preambulares⁹¹ são bastante esclarecedoras acerca do seu intento: reconhecer o direito da criança à pertença a um seio familiar. No que se refere à Convenção Europeia de 1996, esta aprumou o exercício dos direitos das crianças, com particular relevo, o art. 1.º, n.º 3 trata a dogmática dos «processos de família» que digam respeito às crianças e que sejam do seu especial interesse, apontou como tais os respeitantes ao exercício das responsabilidades parentais, desde logo a residência e o direito de visita às crianças, porém, são ainda subsumíveis os relativos a questões de filiação, adoção, tutela, administração de bens, guarda parental e apadrinhamento civil.

Julgamos ter ficado assim bem vincado o papel do Direito, como instrumento de concretização e divulgação da relevância e do conteúdo do direito da criança a uma família. Não oferece dúvidas, por um lado, mas talvez não fosse demais reafirmá-lo

⁸⁹ Outros instrumentos internacionais relevantes não vinculativos: a) *Regras de Beijing* de 1985, b) *Diretrizes ou Princípios orientadores de Riade* de 1990 e c) *Regras de Tóquio* de 1990. Para alguns desenvolvimentos cfr. HELENA BOLIEIRO/PAULO GUERRA, *A Criança e a Família – uma Questão de Direito (s), Visão Prática dos Principais Institutos do Direito da Família e das Crianças e Jovens*, 2.ª edição, Coimbra Editora, 2014, pp.21 a 23.

⁹⁰ “Entre nós, para além de integrar o direito interno, a Convenção sobre os Direitos da Criança assume ainda hoje o papel de matriz do edifício jurídico-normativo relativo à infância e reveste um relevo decisivo enquanto instrumento interpretativo das disposições da nossa Constituição e da lei ordinária que consagram direitos da criança (...)” vide HELENA BOLIEIRO/PAULO GUERRA, *cit.*, p.17.

⁹¹ “Convictos de que a família, elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a protecção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade; Reconhecendo que a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão; Considerando que importa preparar plenamente a criança para viver uma vida individual na sociedade e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, em particular, num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade e solidariedade.”

na economia do espaço que reservámos a estas considerações: *“Temos hoje como adquirido que a criança é titular do direito fundamental de viver e crescer no seio de uma família que lhe proporcione as condições psico-afectivas e materiais adequadas ao seu desenvolvimento equilibrado e harmonioso.”*⁹². Acresce a este poderio que, não existe qualquer razão para delimitar qual o modelo familiar adequado, de tudo quanto ficou exposto nestes capítulos é absolutamente verosímil fincar a nossa opinião no sentido em que, a união familiar encontra-se em diversos contextos e nenhum deles se é de excluir, no essencial tem de suplantar e promover o bem estar da criança, de modo afetuoso e com carácter duradouro. Desta forma, *“a efetivação do direito da criança a uma família implica qualidade dos responsáveis parentais, a vários níveis, nomeadamente: da ligação afetiva; da capacidade educativa, incluindo a de promover, de forma dialógica e privilegiando a pedagogia do exemplo, os direitos da criança à interiorização de valores, regras e limites, à assunção do sentido do «outro» e da cidadania, à compreensão dos seus correspondente direitos e deveres, e à aquisição de um saudável espírito crítico; ao nível também dos vários outros domínios da capacidade de proteção e de promoção, no respeito pela individualidade da criança e da sua progressiva autonomia, de acordo com o seu estágio concreto de desenvolvimento, e incentivando o efetivo exercício, pela criança, dos seus direitos fundamentais à palavra e à participação (...).”*⁹³.

1. O MARCO DAS SITUAÇÕES DE AUSÊNCIA E DISFUNCIONALIDADE DA FAMÍLIA

A Convenção sobre os Direitos da Criança, sobre a qual temos vindo a falar, é o aparelho que tem dado maior expressividade ecuménica aos direitos da criança, por isso mesmo constitui o primordial impulsor do novo cânone normativo que haure os sistemas jurídicos contemporâneos. Da mesma, promana o *«princípio da*

⁹² HELENA BOLIEIRO, cit., p. 99. No mesmo sentido, atente-se: *“No conjunto dos direitos da criança (...) o direito a uma família perfila-se como essencial, não só em si mesmo, mas como instrumento relevantíssimo para a concretização de vários outros direitos, nomeadamente, o direito ao afeto e ao desenvolvimento integral do ponto de vista físico, psíquico, espiritual, moral, educacional, cultural e social, tendo em vista a sua autonomia positiva, ao nível pessoal, familiar e comunitário.”* vide ARMANDO LEANDRO, *Família e seu Direito – Nos 30 anos da exortação apostólica – Familiaris Consortio in A Família e o Direito*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2013, p. 48.

⁹³ ARMANDO LEANDRO, cit., p. 48.

prevalência da família», o qual é incessantemente reafirmado nos diversos textos nacionais e internacionais que, aliás, não de forma exaustiva, elencámos. Com efeito, a criança tem o direito inatingível a crescer numa família, é isso mesmo que querará significar princípio tão sublime, o de se desenvolver no seio de uma comunidade de cariz familiar.

Neste quadro, se a criança tem uma família natural que quer assumir as funções parentais e tem capacidade para as exercer de forma satisfatória, não deve a criança ser separada dessa família (cfr. art. 36.º, n.º 6 CRP e art. 9.º CDirCR), é este o princípio *standart* normatizado. Na circunstância de tal não ser possível, promove-se a inserção da criança num modelo familiar alternativo (substitutivo/adotivo), sempre sob a alçada do seu superior interesse.⁹⁴

Cumpre referir que, no contexto da vigésima comemoração do surgimento da Convenção, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução Anual sobre os Direitos da Criança por consenso e, entre outras coisas, os Governos foram chamados para designar, estabelecer ou fortalecer estruturas relevantes para as crianças, com a pretensão de os envolver na promulgação dos planos de ação nacionais estabelecidos almejando “*Um mundo adequado às crianças*”⁹⁵. Nesse contexto, acolheu igualmente um documento designado «*Guidelines for the Alternative Care of Children*» (Diretrizes para a Proteção Alternativa da Criança)⁹⁶ apresentado pelo representante do Brasil, o qual detém inarredável importância para o entendimento exato e condigno do direito da criança a uma família, biológica ou alternativa. A esse respeito, HELENA BOLIEIRO explica quais as linhas de força fundamentais dessas diretrizes, identifica como: “*realização dos esforços adequados à manutenção da criança aos cuidados da família de origem, ou ao seu regresso a ela; falhando esta, opção por respostas de carácter permanente que se revelem*

⁹⁴ Não obstante, GUILHERME DE OLIVEIRA, sublinha que: “*Tem-se verificado uma atenção constante para melhorar as regras jurídicas, de tal modo que a Família possa desempenhar o seu papel. São exemplo disto as normas recentes (...) que estimulam a coesão familiar mesmo em caso de divórcio, e as modificações no sentido de facilitar e promover o processo de adopção.*” in, *Protecção de Menores – Protecção Familiar*, p. 303.

⁹⁵ “*Acting on 20th Anniversary of Child Rights Convention, Third Committee Approves Annual Resolution on Rights of the Child by Consensus*”, (...) “*Among other things, Governments would be called on to designate, establish or strengthen relevant structures for children, to involve them in enacting the national action plans set out in «A world fit for children».*” in UNITED NATIONS, meetings coverage and press releases, General Assembly, 20-11-2009. Disponível em: <https://www.un.org>.

⁹⁶ Resolução e documento A/C.3/64/L.50, disponíveis em: <https://www.unicef.org> e <https://documents-dds-ny.un.org>.

apropriadas (...) enquanto se procuram e se definem tais soluções permanentes, ou quando as mesmas não se mostram possíveis ou não asseguram o interesse superior da criança, proporcionar a esta as formas mais adequadas de protecção alternativa, em condições que promovam o seu desenvolvimento completo e harmonioso.”⁹⁷. Remanesce de tal bússola interpretativa que, na esteira da proteção de menores privados de um ambiente familiar, o art. 20.º CDirCR, em particular o seu n.º 3, deve ser assimilado como uma imposição zelosa sobre o Estado em permitir à criança beneficiar dos cuidados alternativos adequados ou colocação em instituições apropriadas, sem nunca esquecer a origem cultural da criança. Mais se poderá dizer, privilegia resoluções familiares permanentes, como será o caso da adoção, apenas sendo de investir em respostas como o acolhimento familiar e, se necessário, a institucionalização, quando o projeto adotivo não for viável ou se mostre contrário aos interesses da criança.

Urge então assinalar que *“apesar de o nosso sistema jurídico dar uma preferência manifesta à família como centro de educação e desenvolvimento dos filhos, é também verdade que os legisladores são suficientemente realistas para saberem que os pais nem sempre têm condições para desempenhar o papel protector que se espera deles.”⁹⁸. Convenientemente, o Estado, na pessoa dos seus organismos seguradores, garante a devida proteção dos menores nas situações de «ausência da família» (v.g. o falecimento dos progenitores ou pessoas a quem estavam a cargo) lado a lado com as situações de «disfuncionalidade da família» (por exemplo, quando a criança sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; quando a criança é alvo de abandono ou sujeita a carências decorrentes de dificuldades económicas e financeiras do agregado familiar). Será também este o escopo da norma de proteção da infância na nossa Constituição – art. 69.º – uma vez que delimita o objeto/bem jurídico a salvaguardar e determina a legitimidade para intervenção, entenda-se, nas palavras de HELENA BOLIEIRO e PAULO GUERRA: *“A sociedade e o Estado têm o especial dever de desencadear as acções adequadas à protecção da criança vítima de violência, abuso sexual, exploração, abandono ou tratamento negligente, ou por qualquer outra forma privada de um ambiente familiar normal”⁹⁹. De mais a mais, é**

⁹⁷ *Ob. cit.*, pp. 101 e 102.

⁹⁸ GUILHERME DE OLIVEIRA, *Protecção de Menores – Protecção Familiar*, p. 297.

⁹⁹ *Ob. cit.*, p. 34.

precisamente essa a orientação difundida na atual redação jurisprudencial, reconhece-se que *“a protecção da infância não pode continuar exclusivamente centrada na ideia de recuperação da família biológica, a todo o custo, esquecendo que o tempo das crianças, não é necessariamente o mesmo das suas famílias de origem.”* Adstritamente, tendo por base esse acerto jurisprudencial como fonte de conhecimento, denotamos, ainda, que *“esgotadas as possibilidades de a criança usufruir de um crescimento feliz e saudável dentro da sua família biológica, com o apoio do Estado e da sociedade, ou com o recurso à família biológica alargada, a adopção surge como uma resposta possível e desejável”*.¹⁰⁰

Estamos certos de que, quando confrontada com uma situação inviabilizadora e irreversível, a família natural dará lugar a uma família que se coadune com as mesmas funções. Equacione-se uma situação em que a família, próxima ou alargada, ou o cuidador, não oferecem à criança, por estarem impossibilitados ou por assim não desejam, o ambiente acolhedor e harmonioso adequados às necessidades do menor, é frequente que tal circunstancialismo se assemelhe a um distúrbio conjectural que merece a intervenção imediata, por configurar uma situação de perigo que coloca em risco a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança ou, até mesmo, quando provenha de uma omissão de auxílio, pois que a família detém o dever de garante do bem-estar e dignidade do menor. Pasmese, foi justamente com esta finalidade de protecção¹⁰¹ que se ergueu a LPCJP no nosso sistema jurídico, de onde emerge outra manifestação do princípio da prevalência familiar (art. 4.º, al. g)¹⁰²), como guia e orientador da intervenção com vista à protecção. Em detrimento deste limiar, a promoção de direitos e protecção

¹⁰⁰ As decisões jurisprudência têm sido unânimes, veja-se, a título ilustrativo: 1) Ac. do TRL, processo n.º 9424/09.7TCLRS.L1-7, datado de 21-06-2011, relator MARIA DO ROSÁRIO MORGADO; 2) Ac. do TRC, processo n.º 99/10.1TMCBR.C1, datado de 16-10-2012, relator ARLINDO OLIVEIRA; 3) Ac. do TRP, processo n.º 1609/14.0TMPRT.P1, datado de 14-03-2017, relator MARIA CECÍLIA AGANTE. Disponíveis em: <http://www.dgsi.pt>.

¹⁰¹ *“A protecção da criança ocorre de muitas maneiras, mas pressupõe sempre – e este é o 1.º momento – a presença de uma norma de Direito objectivo (de Direito Internacional, de Direito Constitucional, do Direito Civil ou da lei ordinária); o 2.º momento é a percepção de que essas normas protegem bens ou interesses referidos à criança; o 3.º momento traduz-se na verificação de que a protecção desses bens ou interesses se dá através de diversos instrumentos (poder paternal, adopção, medidas tutelares, acolhimento, direitos, deveres, serviços, formas de organização e procedimento, etc); (...) o único elemento comum resultante de toda a sequência é a presença de um determinado efeito de protecção.”* vide JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, cit., p. 190.

¹⁰² Apontamento perspicaz de HELENA BOLIEIRO/PAULO GUERRA que, pela sua assertividade aqui transcrevemos: *“note-se que, em rigor, dever-se-ia ter escrito «prevalência de família», abrangendo qualquer célula familiar, seja biológica ou não”* vide ob. cit., p. 39.

da criança, entenda-se as medidas aplicadas, deve ser direcionada com vista à integração da sua família biológica ou em regime de adotabilidade ou outra forma de integração familiar desde que estável. Pretende-se, portanto, dar espaço à família natural para que esta se recomponha e crie condições para albergar novamente o infante, porém, se tais predicados não se verificarem, o último reduto será então a procura de um núcleo saudável de relações afetivas securizantes e de um padrão de vinculação organizado.¹⁰³ Serão *guide lines* a ter em conta mesmo quando a atuação se materialize em respostas protetoras imediatas e provisórias como a retirada da criança da esfera da família, com o intuito a combater ocorrências de cariz urgente ou de emergência, pensamos, pois, no acolhimento institucional como primeira medida; todavia, os esforços não devem ser parcos, devem ser encontradas respostas, ainda que transitórias, por forma a garantir o mínimo de inconstâncias na vida da criança. Será nesse contexto equacionada a integração na esfera de uma família alargada ou permanência com sujeito que, apesar de não possuir vínculos familiares com a criança, possui uma «relação de afetividade recíproca».

À luz deste entendimento deve ser levada a cabo a leitura do art. 35.º da LPCJP, pois que estatui um elenco taxativo de medidas que transpõem com precisão a lógica de prevalência no seio familiar em detrimento de soluções que se traduzam em medidas de afastamento. Daí que, nos primeiros patamares se incutam medidas envoltas na execução no «meio natural de vida» da criança, como o apoio junto dos pais, apoio junto de outra família, confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida e confiança a pessoa selecionada para a adoção. Neste segmento releva mencionar o Regime de execução das medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo (DL n.º 12/2008, de 17 de janeiro), porquanto este determina que, qualquer intervenção *“está concebida de modo (...) a potenciar o papel da família mediante o reforço e aquisição de competências dos pais, do representante legal ou de quem tenha a guarda de facto da criança ou jovem por*

¹⁰³ “Neste sentido, deve, pois, privilegiar-se a integração da criança ou do jovem na família de origem, acompanhada, se necessário, de um efectivo trabalho de apoio à mesma. Isto quando existam vínculos afectivos próprios da filiação e os mesmos não se encontrem seriamente comprometidos, condição essencial para o investimento na família biológica. Para os casos em que tais vínculos afectivos são inexistentes ou se encontram seriamente comprometidos e se verifica uma das situações enunciadas na lei, in casu, no artigo 1978.º do Código Civil, o princípio da prevalência da família aponta para a implementação de medidas que promovam a adopção da criança.” vide HELENA BOLIEIRO, *O Direito da Criança a uma Família: algumas reflexões*, p. 104.

*forma a permitir a manutenção ou regresso desta à sua família natural e (...) a só admitir a separação da criança ou jovem dos pais contra a vontade destes, quando o tribunal a entender como necessária à salvaguarda e prossecução do superior interesse da criança*¹⁰⁴ (por referências às quatro primeiras medidas). Seguidamente, serão equacionadas medidas de execução em regime de colocação, v.g. acolhimento familiar, acolhimento residencial, família de acolhimento ou instituição com vista a futura adoção.

Provado está que este regime de proteção, como se diria na gíria, *tem um bom fundo*. Para mais, a efetivação do direito a uma família está bem escudada, tanto na expressão legal como dogmática e a criação de instrumentos substantivos, adjetivos e operacionais como este, que respeita a dignidade, privacidade e autonomia da família biológica, apenas intervencionando quando se mostre inviável outra solução e aplicando a resposta que melhor se coadune com o superior interesse da criança tendo em conta a factualidade adjacente.¹⁰⁵ A premissa será sempre: garantir a cada criança o direito a uma família, perfilhando-se as respostas sociais e jurídicas apropriadas à real concretização deste direito fundamental, em todas e quaisquer circunstâncias, mesmo as copiosamente mais hostis. Procuram-se alternativas unificadas na criança e nas ligações afetivas, firmes e recompensantes para aquela, típicas de uma organização familiar estruturada e apta a satisfazer os ditames

¹⁰⁴ Ressalvamos neste contexto o «direito de audição e participação da criança» instituído tanto na própria LPCJP, designadamente no art. 4.º, al. j), bem como no art. 12.º da CDirCR, sendo que, nos dois diplomas se destaca que, em assuntos como a separação relativamente aos pais, a proteção alternativa e a adoção, a criança deve ser ouvida e a sua opinião dever ser tida em linha de conta na determinação do seu superior interesse. Nota ainda para, o *Comentário Geral n.º 12 produzido pelo Comité dos Direitos da Criança*, proferido a 20-07-2009, de onde emerge essa mesma orientação [disponível em: <https://undocs.org/en/CRC/C/GC/12>]. Com a mesma valência, o respeito pela opinião da criança na senda da CDirCR, cfr. JORGE AUGUSTO PAIS DE AMARAL, *A criança e os seus direitos* in Estudos em Homenagem a Rui Epifânio, Almedina, 2010, p. 166 e CARLA ALEXANDRA CARDOSO PEREIRA, *Audição da Criança nos Processos de Promoção e Proteção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*, Dissertação, Mestrado em Ciências Jurídico-Civilísticas, Universidade de Coimbra, 2017, pp. 85 e ss..

¹⁰⁵ Também assim PAULA CRISTINA MARTINS quando afirma que “A pesquisa e intervenção na área da protecção de crianças e jovens e risco constitui uma janela sobre o mundo da infância ou sobre a(s) infância(s) no mundo e as suas condições de existência objectivas e subjectivas, pessoais e relacionais, materiais e simbólicas. Mas é muito mais do que uma perspectiva sobre a condição de ser criança; (...) um agente envolvido na mudança das representações sociais sobre as crianças e o seu lugar na vida e na sociedade, no presente e no futuro.” cfr. PAULA CRISTINA MARTINS, *A protecção das crianças e jovens em risco – traços e percursos* – in Estudos em Homenagem a Rui Epifânio, Almedina, 2010, p. 317.

parentais que melhor aprouverem ao exímio relacionamento entre adultos e crianças.¹⁰⁶

A progressão do nosso discurso está a atingir o seu expoente. A semente que plantámos volvidos estes capítulos começa a germinar neste instante. Detalhadamente: a nossa edificação pessoal é cimentada por uma gigantesca componente relacional » somos fruto de relacionamentos familiares » adultos e crianças têm o direito fundamental a integrar um núcleo familiar » a família é uma realidade em constante transmutação » ainda assim, são-lhe reconhecidos alguns focos de uniformização, como o beiral da afetividade e a constância temporal » a progressão jurídica exige um apurado sentido de proteção desta célula nuclear da juridicidade humana » pleitear pela prevalência da família na dimensão infantojuvenil é a ordem aclamada » quando assim não seja possível, a solução é encontrada no seio de uma família alternativa » por fim, o principal corolário será sempre o superior interesse da criança. Existem institutos que comportem todas estas valências? Ou seja, que quando chamados a intervir numa turbulência da vida corrente familiar ou quando se trate de um estabelecimento de vínculos afetivos, sejam transponíveis e ambivalentes?

Soluções legais como as que aqui exclamámos, como as medidas de promoção e proteção em situações de perigo, crise e disfuncionalidade familiar e parental, são de louvar, mas os mecanismos de proteção alternativos não podem atualmente cingir-se à (re)colocação familiar por via do regime de adotabilidade ou integração institucional.¹⁰⁷ Acredita-se que, um alicerce de extrema qualidade para concretização destes objetivos encontra lugar na figura do «*Apadrinhamento Civil*»¹⁰⁸. Por razões diversas, que não esgotaremos, mas que vislumbramos que por agora sejam suficientes. Desde logo, porque entendemos que a proteção da infância

¹⁰⁶ Rebatemo-nos nestas palavras: “(...) se impõe ajudar a recuperar, em tempo útil para a criança, a essencialidade da missão da família biológica no exercício positivo da sua responsabilidade parental ou, na provada impossibilidade dessa recuperação, a sua substituição, o mais atempadamente possível, por uma família capaz desse exercício (...)” vide ARMANDO LEANDRO, cit., p. 49.

¹⁰⁷ Cfr. JORGE F. DEL VALLE/AMAIA BRAVO, *Current trends, figures and challenges in out-of-home child care: an international comparative analysis in Psychosocial Intervention*, 22, 2013. Disponível em: <https://journals.copmadrid.org>.

¹⁰⁸ Neste seguimento: “Dando corpo e continuidade a esta ideia protectora emergente de vínculos afectivos relevantes, surge agora, entre nós, a figura do **apadrinhamento civil** [negrito nosso] (...)” vide HELENA BOLIEIRO, cit., p. 105. E, ainda: “Quer na conceção de institutos jurídicos e outras respostas legais, como, por exemplo, a adoção, o **apadrinhamento civil** [negrito nosso] e medidas de promoção e proteção (...)” vide ARMANDO LEANDRO, cit., p. 49.

não se pode centralizar somente na ambição de recuperar a família biológica, existem casos em que um regresso a esse núcleo é à partida impraticável ou prejudicial para o bom desenvolvimento intelectual e psíquico quer físico e social da criança.¹⁰⁹ Apesar da via adotiva ser na maioria das circunstâncias indicada como a mais viável ou profetizadora de um maior índice de sucesso, a realidade mostra-nos o contrário, ou melhor, para satisfazer os mais céticos, a realidade não se afigura assim tão linear. Seja pelo facto de nem sempre constituir a melhor solução, por já não ser viável ou porque os apertados critérios de adotabilidade não estão preenchidos na totalidade ou, ainda, dado que as condições da criança em concreto não se enquadram no regime de adotabilidade. Tenha-se presente que, não são raras as ocasiões em que o número avultado de crianças institucionalizadas cujo projeto definido é a adoção, não se concretiza. Noutras eventualidades, em que já existiu um trabalho de ajuda e instrução dos familiares ou sujeitos mais próximos das crianças que com elas criaram laços afetivos inabaláveis, não devem ser afastados de um futuro acompanhamento distinto da adoção.

Não perdendo o rasto do que vem de ser dito, mas com maior incidência, recolocamos em perspetiva: será esta figura uma verdadeira realidade familiar? Terá força bastante para vingar a par dos regimes de adoção e de institucionalização? Há quem tenha avançado com algumas assunções: *“A nova figura do Apadrinhamento Civil (...) pode ser, acredita-se que seja, uma resposta de qualidade, porque também ela é propiciadora de uma integração familiar, para muitas crianças e jovens relativamente aos quais não se verifiquem os pressupostos da confiança com vista à adopção, designadamente para os que estão institucionalizados. No entanto, parece-nos que faltam ainda alguns passos, ao nível legislativo, para um*

¹⁰⁹ Recuperamos aqui a interrogativa anteriormente mencionada acerca de «um outro regime legal de família»: *“E o parentesco, que importância tem para além das relações mais estreitas que marca o núcleo familiar nos nossos dias? Faz sentido conferir o poder paternal a um tio que vive noutra cidade ou mesmo noutro país e mal conhece o sobrinho? Não seria mais realista recorrer de imediato, em tais casos, a instâncias da comunidade, experientes, pedagogicamente apetrechadas para ajudar uma criança, um jovem, disponíveis para acompanhar os seus conflitos? Ou antes dá-lo de adopção a pais de vocação que o desejem? Ou explorar as potencialidades que a nova Lei do Apadrinhamento Familiar desde ontem nos oferece?”* vide MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA/ RUI SOARES PEREIRA, cit., p. 147.

efectivo reforço deste direito a uma família e à manutenção dos laços familiares efectivamente gratificantes.”¹¹⁰.

Apontamento sumário, sobre o qual ainda nos atrevemos a pronunciar. A adequação deste instituto a realidades de insuficiência familiar, nas diversas aceções possíveis, parece ser *a priori* vantajosa. Contudo, se a mais-valia das demais «Famílias Alternativas» deverá ser sempre aferida casuisticamente e de acordo com as reais necessidades e interesses da crianças, é obrigatório formular um juízo de igual minúcia neste caso. Por fim, recuperamos sábias palavras com as quais muito nos identificamos – *““Criança”, “Direitos” e “Família”, vértices do triângulo. Todos comunicantes, com espaços distintos, mas com um núcleo comum: dignidade pessoal/humana. Julgo ser esta realidade que dita que, por muito sólidos que sejam os nossos conhecimentos técnico-jurídicos, só pontualmente os casos de opção pela família alternativa não exigem uma atenção redobrada.”¹¹¹.*

Com a última deixa a iluminação encerra-se num ponto único, entra em cena o instituto jurídico do *Apadrinhamento Civil*, desta vez enquanto personagem principal, apesar de encerrar em si algumas incertezas, tem longas pernas para se mover sobre este palco de Mundividência Familiar. Dar-lhe-emos espaço para um monólogo pausado mas fervoroso, com um sólido argumento mas com margem para improvisos, também serão permitidos diálogos em contracena com intervenientes secundários com o proveito de criar alguma dinâmica e elevar a atenção deste anfiteatro. A nós subsumem-se a direção e narração deste jogo cénico e, porventura, a feitura de algumas didascálias.

¹¹⁰ NORBERTO MARTINS, *Os direitos das crianças para terem direito a uma família in Estudos em Homenagem a Rui Epifânio*, Almedina, 2010, p. 209.

¹¹¹ HELENA GONÇALVES, *A adopção e o direito da criança a uma família in Jurisdição da Família e das Crianças. Jurisdição Civil, Processual Civil e Comercial. Ações de Formação – 2011-2012. Textos dispersos*. Centro de Estudos Judiciários, 2013, p. 68.

V – O INSTITUTO DO APADRINHAMENTO CIVIL

1. ESPÍRITO DO INSTITUTO: ORIGEM E CONCEITO

Existe uma corrente doutrinária que circunscreve a dinâmica do Direito da Família e dos Menores a três dogmas fundamentais: a) o lugar das crianças é na *família*; b) a família é um lugar de *afetos*, concludentemente, a relação de filiação pressupõe uma ligação afetiva entre os respetivos sujeitos; c) a *adoção* é o instrumento ideal para proteger as crianças privadas de um ambiente familiar normal.¹¹² Esta ideologia traduz-se em diversas proposições, primeiramente, na circunstância de que o modelo da criança na família é «*universal e milenar*», no entanto tem sido mitigado pelas oscilações sociais e humanas e a importância das crianças e a preocupação com as mesmas têm vindo a aumentar. Em segundo lugar, a constituição do vínculo de filiação entre a criança e uma família biológica, social ou afetiva, bem como a titularidade da guarda e o exercício das responsabilidades parentais, somam-se às tarefas de proteção e promoção do desenvolvimento dos menores.

Exige-se que façamos um breve reparo. Até ao momento apossámo-nos deste entendimento e tomámos a liberdade de ir introduzindo alguns *improvements*, todavia, quanto ao último axioma temos algumas dúvidas, pelo menos quanto ao carácter exclusivo desse instituto para alcançar propósito tão salutar. Pense-se na infelicidade que algumas crianças terão em ver-se confrontas com a obrigatoriedade de afastamento dos progenitores, bem sabemos que, na maioria das vezes, mesmo quando são marcados por passados pesados e uma vida com memórias dramáticas, a tendência é de querer manter contato e proximidade com os pais, a tendência é de perdoar; ou então, quando são afastados dos pais biológicos com tenra idade, a história está repleta de casos em que as crianças se tornam jovens e adultos com verdadeiro ímpeto para procurar conhecer as suas raízes. Avocando estas realidades, queremos simplesmente sublinhar que, nem sempre uma vida

¹¹² JORGE DUARTE PINHEIRO, *Estudos de Direito da Família e das Crianças*, Associação da Faculdade de Direito de Lisboa Editora, 2015, pp. 207 a 220.

recomposta e equilibrada se encontra na adoção, existem outros meios de envolver a criança num ambiente familiar normal.

Sugerimos como última adaptação, a introdução de outro dogma, este apresentase como: d) qualquer intervenção ou ingerência no decurso de vida normal de uma criança, com vista a posicioná-la no seio de um ambiente familiar, terá de se refletir no *superior interesse* da mesma. cremos que só assim, se garantirá um plano de atuação verdadeiramente centrado na criança e no seu direito fundamental a uma família.

Diante do exposto, julgamos assertivo considerar estes quatro dogmas enquanto chave-mestra na progressão e funcionalização do padrão normativo, tanto que, o sentido e as implicações das várias mudanças legislativas assim o vaticinam. Tenha-se presente que *“é inegável o papel do Direito na promoção de uma cultura amiga da infância, sendo o aperfeiçoamento da ordem jurídico-legal reflexo e, simultaneamente, motor de evolução verificada nos valores e ideias sociais dominantes.”*¹¹³. A *ratio* inerente a este raciocínio encontra a sua narrativa na aclamada Era dos Direitos das Crianças, tal como já mencionámos, que terá conduzido a uma necessária revisão dos instrumentos e institutos legislativos nacionais, pelo que foi progressivamente abandonado um modelo de assistência e repressão, substituído por um modelo de promoção e proteção¹¹⁴ das crianças e jovens e do seu direito a uma família e, esperasse que outro repto se solidifique, a *«renovação da família»*¹¹⁵.

Uma das manifestações desta realidade encontra expressão na Proposta de Lei n.º 253/X¹¹⁶, de 5 de Fevereiro de 2009. Sustentou-se em objetivos muito concretos, em função de factuais eximamente apuradas, vejamos: uma das atribuições primordiais do Estado português encontra-se adstrita à criação de mecanismos que premeiem e garantam a proteção das crianças e jovens, como tal, a

¹¹³ PAULA CRISTINA MARTINS, *cit.*, pp. 318 e 319.

¹¹⁴ Cfr. ANA SOFIA GONÇALVES, *Apadrinhamento Civil*, dissertação de Mestrado em Direito, área de especialização: jurídico-forenses, Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 2012, p. 11.

¹¹⁵ *“(…) o Direito Civil da Família pode facilitar e promover a renovação da Família. Na verdade, a regulamentação jurídica da Família pode ter uma função de orientação social e induzir a assunção de comportamentos que possibilitam o desenvolvimento de relações familiares gratificantes e duradouras; pode ter uma função estruturante e simbólica, reforçando a imagem institucional da Família e contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares através da responsabilização dos seus membros.”* vide RITA LOBO XAVIER, *cit.*, p. 848.

¹¹⁶ Disponível em: <https://www.parlamento.pt>.

responsabilização pelo sucesso ou o fracasso de instrumentos legislativos com vista a esse suporte tem de ser avaliada e apresentados diagnósticos em conformidade. O desapontamento com alguns dos recursos implementados, surgiu como um comando normativo para que uma avaliação a grande escala fosse executada, assim, no ano de 2006, a Subcomissão de Igualdade de Oportunidades, da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, da Assembleia da República, publicou um *Relatório das audições efetuadas no âmbito da «avaliação dos sistemas de acolhimento, proteção e tutelares de crianças e jovens»*, com o intuito de dar resposta a falhas muito concretas da orgânica familiar.¹¹⁷

Nesse relatório, foram apuradas as ordens de agir: “*clarificar e consagrar o princípio da prevalência das relações afetivas profundas, promover a desinstitucionalização, dinamizar o instituto da adoção, “pensar e (re)criar outras formas de acolhimento”, designadamente, através de “modelos mais flexíveis do que a adoção”, de “uma medida intermédia”, que poderia ser “uma medida de tutela, acolhimento prolongado, ou inclusive (...) adoção restrita”*”, tal como se pode encontrar na exposição de motivos da mencionada proposta.

Podemos ainda salientar que, para a feitura deste anteprojeto de lei, muito contribui o *Observatório Permanente da Adoção*¹¹⁸, visto que durante o período inicial de funcionamento (entre 2006 e 2007) teve oportunidade de lançar os dados para esta iniciativa, perpetrada pelo *douto* Professor *GUILHERME DE OLIVEIRA*, enquanto dirigente, que contou ainda com a colaboração da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco. No seu conjunto, deram conta da urgência de criar renovados mecanismos de colocação definitiva das crianças e dos jovens, por acréscimo ao regresso à família biológica conturbada e à adoção, pois que esses

¹¹⁷ Estas problemáticas já haviam sido estudadas com exaustivo rigor por outros organismos e noutras instâncias, é o caso da obra de «*BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS* (diretor científico)/ *JOÃO PEDROSO* (coord.)/*CONCEIÇÃO GOMES* (coord.), *Uma reforma da justiça civil em avaliação. A adoção: os bloqueios de um processo administrativo e jurídico complexo*, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2002», que louvamos pelo detalhe e exemplar método de observação, destacamos o capítulo III pela clareza que nos causou no respeitante à capacidade do sistema para dar resposta às situações de perigo e risco a que estão sujeitas as crianças e jovens e a correlação com as medidas da LPCJP (em destaque: adoção, acolhimento e institucionalização), bem como as opiniões concretas dos técnicos dos serviços de Segurança Social, psicólogos, juristas e magistrados, suportadas por múltiplos quadros, figuras e gráficos, tão ilustrativos da premência de uma reforma legal com proveito para a vida familiar coesa das crianças. Disponível em: <http://opj.ces.uc.pt>.

¹¹⁸ Grupo de investigação do Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (<http://www.centrodedireitodafamilia.org>).

recursos não são o bastante para contornar a permanência prolongada em instituições de acolhimento até à tomada de uma medida concreta.¹¹⁹

E assim, perante esta conjectura, foi apresentado em traços gerais o ***Regime jurídico do Apadrinhamento Civil***, que segundo muitas personalidades, é uma realidade criada *ex novo*, com um alcance bem delimitado que contou com uma lista de motivações e concretizações específicas: 1) visa a promoção da desinstitucionalização¹²⁰ de crianças e jovens que não sejam conduzidos para a adoção ou não sejam adotados; 2) pretende-se que os beneficiários prioritários do regime sejam as crianças e jovens que se encontrem acolhidos em instituição, ou seja, foi pensado para a população de crianças e de jovens que permanece muito tempo nas instituições, todavia não são excluídas situações de apadrinhamento na sequência da revisão de outra medida, ou até mesmo antes da aplicação de qualquer medida; 3) o vínculo de apadrinhamento pode servir para crianças e jovens que não vão seguir o caminho da adoção, por não reunirem os pressupostos da adotabilidade ou em razão da adoção se ter tornado inviável; 4) será adequado sempre que a criança ou jovem não possa regressar à família biológica; 5) a relação jurídica que resulta de apadrinhamento almeja proporcionar uma real vinculação afetiva, não obstante, não se criará um vínculo semelhante ao de filiação, nem está em causa o corte definitivo dos laços com a família biológica.

Existe um claro comprometimento em proporcionar à criança uma medida de segurança assente em princípios de intervenção mínima no seu substrato normal, pretendeu-se criar uma medida com flexibilidade suficiente para oferecer à criança o melhor de dois mundos – biológico e afetivo – em que os dois se complementam e não se excluem *ab initio*. Na sua essência, tais argumentos foram bem sucedidos,

¹¹⁹ Pela mesma altura, diversas vozes se ergueram, entre as quais destacamos NORBERTO MARTINS, MARIA EMÍLIA MARQUES, PAULO GUERRA, LÚCIA PAIS, PAULA CRISTINA MARTINS E FAUSTO FERREIRA, no sentido de divulgar esses problemas e failures do sistema infantojuvenil, num Colóquio acerca do Direito das Crianças e Jovens que decorreu nos dias 20 e 21 de Abril de 2007, numa parceria entre o Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA Lisboa) e o Centro de estudos judiciais (CEJ Lisboa). O mesmo converteu-se numa obra, compilação de diversos textos dessas personalidades e outras. Em especial, cfr. FAUSTO FERREIRA, *Centros de acolhimento e instituições destinadas a crianças in* Direito das Crianças e Jovens: Actas do Colóquio, ISPA/CEJ, 20 e 21 de Abril, 2007.

¹²⁰ No ano de 2017, encontravam-se 147 crianças institucionalizadas, na sua maioria as que pertencem à faixa etária 16 anos ou mais, conforme a última atualização da base de dados PORDATA (16-11-2018). Disponível em: www.pordata.pt.

pelo que, ulteriormente, o instituto foi aprovado pela Lei n.º 103/2009, de 11 de Setembro¹²¹, que acabou por entrar em vigor a partir de 28 de Outubro de 2010.

Estava latente uma derradeira densificação do instituto, termos em que, no seu art. 2.º, a nova Lei estatuiu que *“o apadrinhamento civil é uma relação jurídica, tendencialmente de carácter permanente, entre uma criança ou jovem e uma pessoa singular ou uma família que exerça os poderes e deveres próprios dos pais e que com ele estabeleçam vínculos afectivos que permitam o seu bem-estar e desenvolvimento, constituída por homologação ou decisão judicial e sujeita a registo civil”*. Sem mais, o nosso primeiro instinto é de achar insipiente esta aritmética silábica, não obstante, soam alguns alarmes: o apadrinhamento vem caracterizado como uma relação jurídica onde adultos que não os progenitores podem estar encarregues do exercício das responsabilidades parentais, relação essa fomentada por uma ligação afetiva prévia ou decorrente da proximidade que o contacto promova, mantendo a criança, contudo, a sua filiação biológica. Adverte-mos que, os moldes acima sumariados merecerão algum escrutínio em sede própria.

Podemos ainda mencionar que, a ação legislativa não ficou por aqui, a 26 de Dezembro de 2010 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 121/2010, o qual veio proceder à regulamentação do instituto do apadrinhamento¹²², concretizando os requisitos e os procedimentos necessários à habilitação da pessoa ou família que pretenda apadrinhar.

Derradeiramente, temos para nós que esta figura jurídica tem um potencial imenso, como tal, vemos de muito bom grado, o conjunto de «desafios»¹²³ que HELENA BOLIEIRO enumera, entre os quais: a) *“Que família é a da criança que foi judicialmente considerada em estado de adoptabilidade, através da confiança à instituição que a acolhe, com vista a futura adopção, mas para quem não se encontra candidato que a queira adoptar: a família biológica, sendo certo que, por efeito da confiança, os pais ficaram inibidos do exercício das responsabilidades parentais e cessaram as visitas desta família à criança? A eventual família adoptiva, que só existe*

¹²¹ Aprovou o regime jurídico do apadrinhamento civil, procedendo à alteração do Código do Registo Civil, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais e do Código Civil.

¹²² Falamos do RRJAC: Regulamentação do Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil.

¹²³ *Ob. cit.*, p. 109.

nas (quase) vãs expectativas da criança? Que resposta realmente familiar podemos e devemos dar a estes casos?” b) “não é já tempo de dar corpo ao movimento de desinstitucionalização, procurando, de forma estruturada e fundamentada (mas efectiva!), dar a cada caso de colocação institucional uma resposta familiar (...) em ordem à concretização do direito a uma família?”. Consideramos que o Apadrinhamento Civil pode ser a válvula de escape, melhor dizendo, a resposta a todas as questões suscitadas. Por essa razão, e se bem entendemos, dedicamo-nos a um apanhado geral: este instituto tratou-se de uma inovação legislativa no sentido de procurar aproximar crianças dos laços familiares a que não tenham acesso, surge como uma alternativa à retirada das crianças aos pais numas ocasiões; ainda noutras, é visto como uma forma de colocação definitiva das crianças, que se somam ao retorno à família biológica e à adoção, uma vez que tais recursos têm sido insuficientes para furtar-se à permanência das crianças por período prolongados em instituições de acolhimento.

Origina uma relação a meio caminho entre o regresso à família biológica e a adoção, pois os pais continuam a ser os pais. A matriz será a de preservar a convivência com os pais que detenham o mínimo de capacidade, mas sem deixar de ambicionar um ambiente mais caloroso, seguro e construtivo, junto dos padrinhos. O instituto dará resposta aos casos limite em que os pais não prestaram consentimento para adoção, mas também não estarão reunidos os pressupostos para a sua dispensa. Por fim, a providência prima no sentido de reduzir o número de crianças institucionalizadas¹²⁴ e tem a mais valia de ser útil para prevenção dos casos de futura institucionalização.¹²⁵

¹²⁴ Sobre os efeitos da institucionalização, impacto a longo prazo cfr. *MARIA HELENA DAMIÃO DA SILVA, Crianças e Jovens a cargo de Instituições: Riscos reversíveis/irreversíveis in Crianças e Jovens em risco – da investigação à intervenção*, Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, Almedina, 2004, pp. 83 a111.

¹²⁵ O sistema normativo que temos vindo a invocar, consagra na sua íntegra o direito a uma família, ora a desinstitucionalização é promotora dessa mesma orientação fundamental, daí que todos os esforços devam ser feitos para efetivar esse direito universal.

2. FUNCIONALIDADES:

2.1. PREENCHIMENTO DE LACUNAS

A função orientadora deste instituto não poderia ser assegurada por meio da concretização de outra via processual? Foi esta uma das suspeições que mais nos assolou. Com um certo alívio, acabámos por compreender que não, a cultura jurídica ficou mais rica com esta figura, veio preencher um espaço ainda por ocupar e encontrou sustentou na sua órbita unificadora do preenchimento de lacunas. Tomemos como referencial a seguinte observação: *“Para aquele conjunto de menores em que o vínculo com a família biológica não se encontrasse completamente dissolvido ou que, em razão da idade, da história de vida ou de qualquer outra razão atinente à pessoa do menor não houvesse uma família com vontade de o acolher plenamente como seu filho, nunca houve capacidade sistemática de encontrar solução de vida para tais crianças. Foram crescendo e continuam a crescer em ambiente institucional. O apadrinhamento civil vem, antes de qualquer outro propósito, tentar ultrapassar este estrangulamento do sistema.”*¹²⁶. Encaramos estas palavras como o sublinhar de uma inércia legislativa e um olhar de esperança para a efetivação do superior interesse das crianças.

Ponderámos acerca do manancial de remédios existentes na nossa ordem jurídica, com especial ênfase para aquelas que representam uma via não institucional, em razão de melhor se fundirem com os objetivos almejados, pois bem, até à chegada do apadrinhamento civil, as únicas alternativas equacionáveis eram a tutela e a adoção restrita. Mensurámos ainda o recurso ao acolhimento familiar, se bem que, atento o seu carácter temporário, não deixa de propiciar à criança um envolvimento num ambiente familiar.

Não pretendemos desfocar-nos do essencial mas consideramos uma mais valia vincar a posição deste novo instituto. Peticionamos então, reflitam connosco, a breve trecho: no tocante ao instituto mencionado em último lugar, o «*acolhimento familiar*», este reveste a qualidade de uma medida de promoção e proteção (art. 35.º,

¹²⁶ ANA TERESA LEAL, et. al., *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, 2ª Edição Revista, Atualizada e Aumentada, Quid Juris, 2010, p. 226.

n.º1, al. e) da LPCJP), consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, previamente habilitadas para o efeito, com o objetivo da sua integração em meio familiar e prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e educação necessária ao seu desenvolvimento integral (art. 46.º, n.º 1 da LPCJP). Note-se, inclusive, que a sua natureza é temporária e de execução em regime de colocação (art. 35.º, n.ºs 2 e 3 da LPCJP). O acolhimento familiar tem lugar quando seja previsível a posterior integração da criança ou jovem numa família ou, não sendo possível, para a preparação da criança ou jovem para a autonomia de vida. Logo nestes traços de regime se distancia dos efeitos pretendidos.¹²⁷ Trata-se de uma solução a prazo, em que os adultos envolvidos têm conhecimento da momentaneamente da sua presença na vida da criança, apesar de que, suspeitamos de ocasiões em que o acolhimento se prolonga para além do expetável. Para os menores sujeitos a este regime, não se trata de receber uma nova e completa família mas receber a oportunidade de estar em contato com uma família sólida que a protegerá no período em que a acompanhar.

No essencial, resulta que, reconhecemos o empenho e valentia em afastar o último reduto¹²⁸, a institucionalização de crianças e jovens, com a implementação desta medida, sendo que encontramos aqui um ponto de similitude com o apadrinhamento civil, todavia, em tudo o resto são incompatíveis e completamente dissociáveis, comprometem-se com aspirações assimétricas.¹²⁹

A par desta fugaz consideração, tomemos como mote os descritivos da mencionada Proposta de Lei: *“O apadrinhamento civil cria uma relação jurídica nova no direito português – acrescenta-se à tutela e à adoção restrita.”*.¹³⁰ Prestamos a

¹²⁷ Temos ainda que, o DL n.º 11/2008, de 17 de Janeiro, que estabelece o regime da execução deste acolhimento trouxe novas diretrizes que acabaram por sofrer algumas alterações com a entrada em vigor da Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro.

¹²⁸ Sobre esta matéria, reflexão do ano de 2010 cfr. PAULO DELGADO, *A reforma do acolhimento familiar de crianças: conteúdo, alcance e fins do novo regime jurídico* in *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XLV, n.º 196, 2010, pp. 555 a 580. E, ainda, reavaliação no ano de 2018 cfr. PAULO DELGADO/ELIANA GERSÃO, *O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas?* in *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 226, LIII (1.º), 2018, pp. 113 a 134.

¹²⁹ Esta espécie de “família” provisória ou de acolhimento tem como referencial a adoção e é provisória até ao decretamento de uma outra medida.

¹³⁰ *“O apadrinhamento civil cria uma relação jurídica nova no direito português e que acresce aos institutos da tutela e da adoção restrita, aproximando-se, apesar de tudo, mais da figura da tutela, uma vez que não estabelece qualquer relação jurídica de filiação.”* vide ANA RITA ALFAIATE/GERALDO

nossa concordância em absoluto, reconhecemos que nas situações em que os pais não cuidam adequadamente dos filhos, pode ser-lhes vedado pelo tribunal o exercício das responsabilidades parentais, no todo ou em parte. Quando tal aconteça, é necessário encontrar quem os possa substituir no exercício dessas responsabilidades, e estas três vias são uma boa chance de o concretizar. Assim o entende ELIANA GERSÃO¹³¹ e bem assim o entendemos nós, no entanto com prerrogativas particulares em cada uma das vias.

Continuemos a recuperar os considerandos da Proposta de Lei n.º 253/X, de 5 de Fevereiro de 2009: “o apadrinhamento civil situa-se entre a tutela e a adopção restrita.”, sendo que “o padrinho é mais do que um tutor, e é menos do que um adoptante restrito.”¹³². Efetivamente, cada instituto tem o seu espaço de atuação e implementação, circunstância que tem vindo a ser debatida no seio da comunidade académica¹³³, razão pela qual abordaremos a questão de forma clara e concisa, sem preciosismos e voltas linguísticas: a «tutela» é o meio convencional de suprir o poder paternal, o que equivale a dizer que é uma forma subsidiária de suprir a incapacidade dos menores (art. 124.º CC)¹³⁴, não obstante, as funções que desempenha circunscrevem-se a situações muito precisas (art. 1921.º e 1927.º e ss. CC), desde logo pressupõe a ausência dos pais¹³⁵, não sugere uma dimensão afetiva e emocional¹³⁶, compreende uma remuneração para o exercício das funções de tutor e estão estipuladas as situações em que a ação tutelar cessa (art. 1961.º CC).

ROCHA RIBEIRO, *Reflexões a propósito do apadrinhamento civil* in Revista do CEJ, 1.º Semestre 2013, número 1, p. 117.

¹³¹ Cfr. ELIANA GERSÃO, *A Criança, a Família e o Direito*, 1.ª edição, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014, p. 59.

¹³² “O apadrinhamento civil é um *minus* relativamente à adopção” e “representa um *plus* relativamente à tutela (...)” vide JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo*, p. 297.

¹³³ Cfr. ANA SOFIA GONÇALVES, *cit.*, pp. 38 a 49. E ANA CATRINA G. HELENA, *A nova figura jurídica do apadrinhamento civil e a controversa questão da homossexualidade dos candidatos a padrinhos/madrinhas civis*, Dissertação, Mestrado Forense, Universidade Católica Portuguesa, Escola de Lisboa – Faculdade de Direito, 2012, pp. 7 a 16.

¹³⁴ Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado do Direito Civil*, vol. IV, 3.ª edição, Coimbra editora, 2011, pp. 477 a 480.

¹³⁵ O menor está obrigatoriamente sujeito a tutela se os pais houverem falecido, se estiverem inibidos do poder paternal, se estiverem há mais de seis meses impedidos de facto de exercer o poder paternal e se foram incógnitos, é o que resulta da consagração ordinária deste instituto.

¹³⁶ “quanto à tutela, anota-se, apenas que, podendo um tutor, em termos concretos, ter ou vir a desenvolver uma relação de igual afetividade e disponibilidade para realizar o projecto de vida da criança ou jovem, certo é que o apadrinhamento civil pressupõe ou exige que essa afetividade e comprometimento emergam ou se desenvolvam” vide ANA LÍDIA CADETE, *O Apadrinhamento Civil: As potencialidades do Instituto – O caso do Bruno* in Lex Familiae, Revista Portuguesa de Direito da Família, Centro de Direito da Família, Ano 10 – n.º 20 – 2013, Coimbra Editora, p. 140.

Formalidades que se traduzem numa realidade diametralmente diversa, o apadrinhamento não pressupõe a ausência dos pais, pelo contrário, promove a convivência com os mesmos (se bem que, não está excluída a hipótese de o vínculo se estabelecer em casos que assim não aconteça), o vínculo do apadrinhamento é estabelecido na premência de que a afetividade esteja presente¹³⁷, por outro lado, prevê-se uma obrigação recíproca de alimentos que em nada se assemelha a qualquer remuneração do padrinho, por fim, o vínculo é tendencialmente permanente, é marcado por uma forte esperança de durabilidade e constância.

Chegou a pensar-se que bastaria alargar o âmbito da tutela, mas isso seria desprestigiar o próprio instituto, tanto mais que, o regime da LAC (art. 32.º) previu alterações a serem concretizadas no regime da tutela, nomeadamente, nos arts. 1921.º e 1961.º do CC. Na primeira norma, passou a constar que, em caso de constituição do apadrinhamento civil cessa a obrigatoriedade de constituição da tutela, por sua vez, na segunda, a constituição do apadrinhamento civil surge como causa para o término de uma situação de tutela. Alertamos para o facto de estas alterações não significarem o estabelecimento de uma relação subsidiariedade entre sistemas, a explicação é simples, na eventualidade de se encontrarem preenchidos os requisitos de confiança com vista à adoção, poderá ser necessário suprir o poder paternal, objetivo que só é cumprido por via da tutela, pois que, estabelecer o apadrinhamento civil levaria ao impedimento de uma futura adoção.

As duas soluções legais foram pensadas em momentos legislativos diferentes e para fins que não se cruzam, de todo o modo, julgamos que apenas o apadrinhamento civil cumpre com uma chance real de integração familiar normal, a tutela não permite proporcionar uma família alternativa.¹³⁸

Por razões de ordem sistemática, a última abordagem é acerca da «*adoção restrita*», por ser geradora de uma maior controvérsia. A sua nomenclatura quer significar que esta espécie de adoção tem efeitos restritos, “*ao contrário do que acontece no caso da adoção plena, o adoptado restritamente não adquire a situação de filho do adoptante nem se integra com os seus descendentes na família dele. (...) Não*

¹³⁷ Entendemos que no caso da tutela, apesar da afetividade poder ser estabelecida, não é uma exigência como no caso do apadrinhamento civil.

¹³⁸ Para um estudo aprofundado acerca da tutela: HELENA BOLIEIRO/PAULO GUERRA, *cit.*, pp. 315 a 326 e, ainda, ELIANA GERSÃO, *cit.*, pp. 68 a 78.

*sai da sua família natural, em relação à qual mantém, em princípio, todos os direitos e deveres. (...) A filiação natural coexiste pois, agora, com a filiação adoptiva*¹³⁹. Verificamos que é no contexto de ligação à família natural que a adoção restrita tanto se afasta da adoção plena e se abeira do apadrinhamento civil, todavia a adoção restrita depende de pressupostos imoderadamente exigentes e efeitos demasiado amplos, talvez seja por esse motivo que este instituto nunca se impôs na sociedade portuguesa, talvez por não ter suportado a proximidade da adoção plena (conclusão que a exposição de motivos da proposta de lei fez questão de incluir).

O surgimento do apadrinhamento civil talvez tenha servido, para além do que temos vindo a assinalar, para mitigar esta figura “fracassada”. Não era muito praticada porque os adotantes não podiam exercer parentalidade sobre as crianças e porque próprio legislador, na sua sensatez, entendeu que somente deveria existir uma figura de adoção, a plena, rematamos nós que, sendo a modalidade restrita tão diferente, seria mais adequado concentrar a sua essência num regime à parte e não como uma variante ou como uma espécie diferente como a havia catalogado.

A história legislativa deste instituto ficou marcada pela aprovação da Lei n.º 143/2015, de 8 de Setembro, que aprovou o Regime jurídico do Processo de Adoção e conseqüente revogou a modalidade de adoção restrita. Desde logo, a exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 340/XII que antecedeu à sua consagração normativa, esclarece que foram avaliados *“os vínculos constituídos nos últimos 10 anos, tendo concluído que as situações de facto subjacentes se constituíam como ideais para aplicação da providência tutelar cível de apadrinhamento civil. Nesta medida, a opção pela eliminação desta modalidade de adoção resulta, igualmente, do propósito de racionalização do instituto, de encontro à sua expressão mais plena, contribuindo, de igual modo, para uma definição mais clara dos pressupostos da adotabilidade.”*. Na verdade, tal afirmação vem confirmar que o instituto apresentava uma expressão estatística muitíssimo reduzida¹⁴⁰ e que, apesar da sua anulação, os objetivos por si

¹³⁹ FRANCISCO PEREIRA COELHO/GUILHERME DE OLIVEIRA/RUI MOURA RAMOS, *Centro de Direito da Família, Curso de Direito da Família, Tomo I, Vol. II, Direito da Filiação*, Coimbra Editora, 2006, p. 307.

¹⁴⁰ Com recurso à base de dados e apresentação de estatísticas em Portugal, a PORDATA, damos conta do seguinte: a contabilização dos processos findos se adoção restrita contou com o seu expoente máximo no ano de 1994, com 29 casos, depois assistimos a um decréscimo e algumas flutuações; a expressão mais alta seguinte foi no ano de 2012 com 18 processos. No ano imediatamente anterior à entrada em vigor da Lei n.º 143/2015, o vínculo de adoção restrita contava com 11 constituições.

prosseguidos podem agora concretizar-se através do apadrinhamento civil, assim sendo, podem continuar a produzir-se efeitos muito semelhantes, através de um meio diferente, ou seja, apenas o meio tradicional de produção destes efeitos foi suprimido para futuro.

Esta é uma circunstância apontada por muitos como uma das fragilidades do apadrinhamento civil – fundar-se num regime que não tinha aplicabilidade e manter diversas das suas premissas.¹⁴¹ Impõem-se a questão: a utilização das mesmas normas de um instituto que foi banido num que pretendemos desenvolver, revela ser uma boa prática legislativa? Admitimos que não, mais valia criar uma construção jurídica nova e adaptada, livre de silogismos passados e com personalidade. Não foi esse o entendimento do legislador, que somente alterou a designação do instituto e introduziu maior maleabilidade e reduziu a complexidade do seu antecessor.

A ilustre Professora MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA ensinou-nos que *“uma vez revogado o regime de adoção restrita, o apadrinhamento civil afigura-se hoje o modo de estabelecer uma relação afectiva entre duas pessoas que não pertencem à mesma família, mas vão, por esta via, procurar beneficiar de um afecto mais estreito do que a amizade ou acompanhamento, quando, como é o caso, se trata de relacionamento entre adultos e crianças.”*¹⁴², contudo, não deixamos de notar que o modo de constituição não é o mesmo, *v.g.* a dispensa do consentimento para a constituição do apadrinhamento civil é mais fácil do que para a constituição da adoção restrita, bem como os efeitos da sua constituição, *v.g.* não há hipótese de o apadrinhado receber os apelidos dos padrinhos e não há direitos sucessórios recíprocos entre padrinho e afilhado, por último, no que respeita às formas de cessação, a revogação do vínculo de apadrinhamento civil é mais fácil do que a revogação da adoção restrita. Em conformidade com o exposto resulta que, o

Nos anos que se seguiram a quebra foi abrupta com a revogação do instituto, aliás, a última atualização com data de 13-11-2018 aponta como processos findos de adoção apenas 2, referentes ao ano de 2017. Com a entrada em vigor da nova lei, parece que o legislador pretendeu que não se constituísse vínculos novos de adoção restrita, mas não teve qualquer propósito de eliminar os vínculos anteriores. Tabela estatística disponível em: www.pordata.pt.

¹⁴¹ “A adoção restrita (...) era raramente requerida. Provavelmente devido aos seus efeitos, à precariedade da decisão, que podia ser revogada, e à instabilidade emocional que pode ocorrer quando uma criança tem duas famílias. (...) Será que o apadrinhamento civil virá ocupar o lugar deixado pela adoção restrita?” vide DIOGO LEITE DE CAMPOS/MÓNICA MARTINEZ DE CAMPOS, *Lições de Direito da Família*, p. 419.

¹⁴² Cfr. *Direito da Família*, 2018, p. 763.

padrinho é menos do que um adotante restrito no sentido em que os requisitos e efeitos do apadrinhamento civil são menos exigentes.¹⁴³

Em jeito de reflexão, a nosso ver, o acolhimento familiar, a tutela e a adoção restrita, não permitiam dar uma solução a todas as problemáticas existentes, com especial foco para as crianças institucionalizadas.¹⁴⁴ Assim, só uma profunda revisão destas figuras poderia alcançar os efeitos que o apadrinhamento civil permite atualmente. Em suma, é para nós claro que o sistema jurídico padecia de uma lacuna, existindo lugar para um novo instituto, o qual não se encontra isento de críticas, sobre as quais teremos oportunidade de nos expressar com maior vigor.

2.2. PROVIDÊNCIA TUTELAR CÍVEL

Temos vindo a fazer referência a uma multiplicidade de diplomas nucleares, no que tange à proteção da infância e da juventude, temos igualmente omitido um bastante anterior à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo e, como será bom de se ver, à Lei que aprovou o Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil, reportamo-nos à «*Organização Tutelar de Menores*». Esta, por sua vez, foi instituída sob influência da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 82/77, de 6 de Dezembro), que apresentou a virtuosidade de ter introduzido alterações à organização dos tribunais, entre elas, as que se referiam à competência dos tribunais de família e de menores. Concomitantemente, foi um impulso para que surgisse um texto legal que regulamentasse a estrutura e funcionamento dos tribunais de menores e estabelecimentos de assistência.

Cumprе afirmar que a OTM é reconhecida por ser vanguardista na determinação da orgânica tutelar cível, por definir os seus processos (adoção; regulamentação do exercício do poder paternal e resolução de questões a este respeitantes; alimentos devidos a menores; entrega judicial de menor; inibição e limitações ao exercício do poder paternal; averiguação oficiosa de maternidade ou

¹⁴³ Para mais detalhe cfr. *ELIANA GERSÃO*, cit., pp. 78 a 95.

¹⁴⁴ “O apadrinhamento civil é menos consistente, nos seus efeitos jurídicos, do que a adoção restrita. O seu processo de constituição é complexo e moroso e pode dificultar a constituição da adoção plena. Mas suplanta, como vínculo jurídico, a tutela (...) e o acolhimento familiar.” vide *RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA*, cit., p. 551.

de paternidade)¹⁴⁵ tal como os seus princípios orientadores. Mais se refere, esta compilação cível foi introduzida pelo DL n.º 314/78, de 27 de Outubro e foi sujeita a sucessivas alterações, a última versão é a que consta da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto.

Ulteriormente, surgiu o Anteprojeto de Lei de processo das providências tutelares cíveis, desenvolvido pelo OPA¹⁴⁶, que mais tarde acabou por ser moldado às necessidades emergentes da reforma do direito de menores, levada a cabo pela LPCJP e LTE, a qual ditou a revogação de parte substancial das normas da OTM, decorrente da cisão feita entre a intervenção orientada a crianças e jovens em perigo e a intervenção orientada a menores carecidos de instrução para o Direito, em virtude da prática de factos categorizados pela lei penal como crime.¹⁴⁷

Nesta senda surgiu a Proposta de Lei 338/XII¹⁴⁸ que promovia a adoção de um «*Regime Geral do Processo Tutelar Cível*». Pode ler-se no estrado da exposição de motivos, da referida proposta, que o RGPTC pretende contribuir “*para a racionalização dos procedimentos de natureza adjetiva dos processos tutelares cíveis e, designadamente, da regulação do exercício das responsabilidades parentais.*”, concludentemente, “*foi tida em conta a realidade dos graves danos psicológicos potencialmente sofridos pelas crianças em contextos de rutura conjugal e, consequente, perturbação dos vínculos afetivos parentais, especialmente agravada nas situações de violência doméstica intrafamiliar.*”. Apurou-se também que “*essa realidade não é compaginável com delongas da marcha processual, nem com a inerente dilação das decisões.*”.

¹⁴⁵ Atualmente, no que diz respeito às providências que regulamentam o poder paternal, as mesmas foram substituídas por outras que se destinam à «*regulação do exercício das responsabilidades parentais*».

¹⁴⁶ Cfr. CATARINA FERNANDES, *Anteprojeto de Lei de processo das providências tutelares cíveis in Lex Familiae*, Revista Portuguesa de Direito da Família, Ano 11 – n.º 21-22 – 2014, pp. 123 a 137. Bem como CATARINA FERNANDES, *Breve explicação sobre um Anteprojeto de um processo tutelar comum e de processos tutelares cíveis in Lex Familiae*, Revista Portuguesa de Direito da Família, Ano 11 – n.º 21-22 – 2014, pp. 139 e 140.

¹⁴⁷ “*A reforma legislativa encabeçada pela Lei de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo e pela Lei Tutelar Educativa, diferenciou as finalidades da intervenção tutelar de protecção e as finalidades da intervenção tutelar educativa, criou novos processos em matéria de infância e juventude e manteve a tipologia dos processos tutelares cíveis da Organização Tutelar de Menores.*” vide ALCINA COSTA RIBEIRO, *Participação e audição da Criança – o Direito de participação e audição da criança no ordenamento jurídico português in DataVenía*, Revista Jurídica Digital, Ano 3, n.º 4, Dezembro, 2015, p. 133.

¹⁴⁸ Disponível em: <https://www.parlamento.pt>.

Feitos estes apontamentos e de acordo com o ímpeto que o regime pretende dar, determinou-se pela revogação da OTM por meio da introdução da Lei n.º 141/2015, de 8 de Setembro, que aprovou o RGPTC. O legislador regulou o processo aplicável às providências tutelares cíveis e respetivos incidentes, por força a contribuir para a maior celeridade, agilização e eficácia na resolução de conflitos, através da racionalização e da definição de prioridades quanto aos recursos existentes, em benefício da criança e da família.

Outro dos efeitos desta recente construção legislativa foi a introdução de novas providências tutelares cíveis, entre as quais o *apadrinhamento civil* (art. 3.º, al. k))¹⁴⁹. Note-se que, tal como referem ANA RITA ALFAIATE/GERALDO ROCHA RIBEIRO, “o propósito do novo instituto é assegurar uma medida de conteúdo flexível, com vista à sua adequação aos interesses da criança ou jovem”¹⁵⁰, apesar de demonstrar uma aplicabilidade sugestiva, no anterior regime da OTM esta figura não estava elencada, apesar de ainda ter vigorado durante um período de quatro anos em paralelo com a LAC – parece ter sido uma boa implementação, aliás “é seguro afirmar que à constituição do apadrinhamento civil corresponde uma tramitação, quando nos tribunais, particularmente em caso de homologação, e, segundo se crê, igualmente em caso de processo judicial (...) de maior simplicidade e, por consequência, de maior celeridade, o que é, desde logo, uma mais-valia para a criança ou jovem, do ponto de vista da definição (e concretização) do seu projecto de vida, que se deseja firme e estável. Tal afirmação apresenta-se ainda mais válida com relação à ação tutelar comum (...).”¹⁵¹.

Tenha-se presente que, para desencadear um procedimento desta envergadura, devemos ter em atenção os princípios orientadores de intervenção estabelecidos na LPCJP e ainda os que constam do art. 4.º do RGPTC: a) simplificação instrutória e oralidade; b) consensualização e c) audição e participação da criança. Justifica-se que assim seja, uma vez que estão em causa processos de jurisdição voluntária que fomentam a defesa dos interesses e direitos das crianças, devem elas mesmas poder contribuir para o delineamento de um futuro que as realize, noutras

¹⁴⁹ Retenha-se também que, a aprovação do RGPTC desencadeou a primeira alteração à LAC, no que concerne aos arts. 7.º, 10.º, 13.º, 19.º e 25.º, atribuindo-lhes nova redação.

¹⁵⁰ *Ob. cit.*, p. 118.

¹⁵¹ ANA LÍDIA CADETE, *cit.*, p. 139.

ocasiões a justificação reside na necessidade de uma regulação judicial de aspetos determinantes para o seu crescimento, como o convívio com os irmãos e ascendentes, a fixação de alimentos, a regulação do exercício das responsabilidades parentais ou a determinação de caução que os pais devam prestar a favor dos seus filhos ainda menores, entre outras.

Em instâncias finais, impõe-se uma reflexão que permita a articulação entre providências tutelares cíveis e medidas de promoção e proteção.¹⁵² No essencial, como acabou de ser dito, existe uma articulação entre princípios orientadores, mas importa chamar à colação outra realidade, *“em muitos casos o desiderato da protecção devida à criança ou jovem só se consegue na sua plenitude com a aplicação de uma providência tutelar cível. Neste contexto, podemos e devemos encarar a medida de promoção e protecção como uma mera etapa de um percurso que só atinge a sua meta com a aplicação da providência cível adequada ao caso concreto.”*¹⁵³, noutras ocasiões, conforme ficou descrito na exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 339/XII¹⁵⁴, que deu origem à Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro, que introduziu na LPCJP uma multiplicidade de alterações¹⁵⁵, consagrou-se *“a possibilidade de aproveitamento, para efeitos tutelares cíveis, dos resultados proporcionados pelo processo de promoção e proteção, designadamente a obtenção de acordo tutelar cível, o que racionaliza e simplifica procedimentos, reduzindo significativamente a morosidade da justiça tutelar cível.”* No fundo, pretende-se uma relação de complementaridade que promova a agilização de processos em que o superior interesse das crianças vingue e a sua estabilidade familiar prospere, matéria que tem vindo a ser defendida e coligida em sede jurisprudencial¹⁵⁶.

¹⁵² Veja-se: JULIETA MONGINHO, *Compatibilidade entre Providências Tutelares Cíveis e Medidas de Promoção e Protecção* in Revista do CEJ, n.º 2, 2.º semestre, 2017, p. 193 e ss... Com maior atualização, da mesma A., cfr. *Conjugação entre Providência Cível e Promoção e Protecção* in Promoção e Protecção, Jurisdição da Família e das Crianças, CEJ, Novembro, 2018, pp. 49 a 60. Por fim, atente-se na obra de JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo*, p. 274.

¹⁵³ Vide HELANA BOLIEIRO/PAULO GUERRA, *cit.*, p. 85.

¹⁵⁴ Disponível em: www.parlamento.pt.

¹⁵⁵ Cfr. PAULO GUERRA, *As novidades legislativas da revisão de 2015 da lei de protecção de crianças e jovens em risco* in e-book Jornadas de Direito da Família, As Novas Leis: desafios e respostas, Edição Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, 2016. Disponível em www.oa.pt/lisboa.

¹⁵⁶ *“O aproveitamento, para efeitos tutelares cíveis, dos resultados do processo de promoção e protecção de criança, visado pelos artigos 110.º n.º 1 al. b) e 112.º-A da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, não impõe que, constatando-se que a criança alvo de processo de protecção não corre perigo, o processo prossiga para fins tutelares cíveis, em lugar de se proceder ao seu imediato arquivamento.”*

Finalmente, o cruzamento destas duas realidades importa sobejamente quando pensamos no instituto do apadrinhamento civil *“enquanto instituto que promove o enquadramento familiar de crianças e jovens, como o traço de união entre a adoção e o acolhimento familiar, sublinhando que, independentemente da natureza jurídica do instituto em causa, a integração familiar é o denominador comum às duas providências tutelares cíveis e a uma medida de promoção e proteção. Nessa medida, a criação do apadrinhamento civil constitui um contributo inestimável para uma abordagem integrada da família e da criança que enfatiza a funcionalidade e o efeito da integração familiar.”*¹⁵⁷. Temos ainda que, esta figura como «prevenção do perigo e do risco social», consegue ser o equilíbrio e a alternativa mais ajustada: enquanto medida tutelar cível apresenta um carácter tendencialmente duradouro, face às medidas de promoção e proteção que são transitórias na sua génese. Não são inimagináveis as ocasiões em que no seguimento da aplicação de uma medida de promoção e proteção do meio natural, nos deparamos com o renascimento da situação de perigo inicial aquando da cessação da medida; já para não mencionar nos casos em que a aplicação da medida se estende até à extenuação, circunstancialismos que podem ser facilmente obviados com a implementação deste instituto.

3. FIGURA “ALÉM-FRONTEIRAS”: O PANORAMA DE OUTROS ORDENAMENTOS JURÍDICOS

A proteção da infância não é uma realidade exclusiva do nosso ordenamento jurídico, como tal a criação de figuras que cumpram essa demanda é um desígnio que ultrapassa enquadramentos geográficos. É, portanto, legítimo especular se o leque de instrumentos é similar noutros sistemas. Neste particular, procurámos perceber se a figura do apadrinhamento civil, a par de ser uma composição recente em Portugal, encontra algum paralelismo no Direito “além-fronteiras”.

vide Ac. TRL, processo n.º 5789/18.8T8LRS.L1-2, de 21-02-2019, relator JORGE LEAL. Disponível em: <http://www.dgsi.pt>.

¹⁵⁷ ISABEL PASTOR, *Apadrinhamento civil – constrangimentos, virtualidades e consolidação do instituto in A Tutela Cível do Superior Interesse da Criança*, Tomo II, Centro de Estudos Judiciários, Coleção de Formação Contínua, Julho de 2014, p. 158.

Consta que a instituição do apadrinhamento civil foi promovida pelo OPA, na qualidade de autores do anteprojeto da LAC, sob influência do regime presente em Inglaterra, o «*Special Guardianship*»¹⁵⁸, a vigorar desde 2005. Existiu uma preocupação em definir dogmaticamente esta figura bem como estruturar o seu substrato normativo, o que se concretizou no *Children Act 1989, section 14 A – 14 G*, regulamentado pelo *Statutory Instrument 2005, n.º 1109 (The Special Guardianship Regulations)*.

Num diploma mais recente, o *Special Guardianship guidance* do Department of Education, de janeiro de 2017¹⁵⁹, encontramos bem caracterizado, e utilizando a sua expressão, o “*background*” do *special guardianship*: foram identificados indícios de que as crianças geralmente preferiam o sentido de segurança que a adoção lhes dá sobre acolhimentos a longo prazo (“*long-term foster placements*”). No entanto, por meio de uma pesquisa séria e detalhada, verificou-se que havia um grupo significativo de crianças, principalmente mais velhas, que não desejavam fazer a rutura absoluta com sua família de nascimento, situação que está associada à adoção. Tornou-se evidente a necessidade de desenvolver um estatuto jurídico alternativo para as crianças que oferecesse maior segurança do que o acolhimento a longo prazo, mas sem o afastamento a absoluto da família natural. Procuraram criar uma opção legislativa substitutiva e assim, forneceram o quadro legal para o *special guardianship* (“tutela especial”) que aqui nos propusemos a expor.

¹⁵⁸ Nos Estados Unidos da América existe uma experiência prévia – *Guardianship* – mas que mais se aproxima à realidade de um tutor. Esta foi promovida pela *The United States Children's Bureau*, uma agência federal organizada do *Department of Health and Human Services' Administration for Children and Families*. Atualmente, a sua atuação é direcionada para «*improving child abuse prevention, foster care, and adoption*». Assume com diretrizes: “*The guardian, whether parent, adoptive parent, or judicially appointed person, represents the child's rights and interests in a personal relationship with the child.*” (...) “*In the view of guardianship law, the legal guardian ranks second only to parental guardians in order of essentiality for the effective functioning and well-being of the child.*” in IRVING WEISSMAN, *Guardianship: Every Child's Right* in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 355, issue 1, September, 1964, pp. 134 e 135 (Disponível em: <https://journals.sagepub.com>). Veja-se também: MARK F. TESTA, *When Children Cannot Return Home: Adoption and Guardianship in The Future of Children*, Vol. 14, No. 1, Children, Families, and Foster Care (Winter, 2004), pp. 115-129. Disponível em: <https://www.jstor.org>; e, por fim, HASSELTINE B. TAYLOR, *Guardianship or Permanent Placement of Children in California Law Review*, vol. 54, issue 2, article 16, May, 1966. Disponível em: <https://scholarship.law.berkeley.edu>.

¹⁵⁹ Concretamente, referimo-nos ao *Statutory guidance for local authorities on the Special Guardianship Regulations 2005 (as amended by the Special Guardianship – amendment – regulations 2016)*, disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk>.

Em traços gerais, é indubitável a proximidade entre esta figura e o nosso apadrinhamento civil, porquanto: a) o «*special guardian*» e o «*padrinho civil*» atuam na vida da criança enquanto protetores dos interesses pessoais e patrimoniais daquela, como consequência da ausência ou disfuncionalidade da família natural a quem incumbia essa tarefa; b) nos dois casos, é atribuído o exercício das responsabilidades parentais de forma mitigada entre a família natural e o apadrinho/*guardian*, sendo que aos últimos caberá um maior comprometimento e envolvimento, atingindo até a exclusividade deste poder-dever; c) encontra-se prevista a possibilidade de revogação; d) está em causa o estabelecimento de uma ligação afetiva.

Apesar deste acervo considerável de compatibilidades, os regimes acabam por se distanciar, em aspetos como: no apadrinhamento civil não existe a possibilidade de atribuição ao afilhado do apelido do padrinho; o apadrinhamento civil consiste no estabelecimento de uma relação tendencialmente permanente, todavia o *special guardianship* não prevê que assim seja; o apadrinhamento civil não comporta nenhuma regra que imponha uma prévia situação de guarda de facto ao invés do instituto britânico.

Por fim, cabe ainda esclarecer que, a constituição desta figura opera por via maioritariamente judicial, em regra por iniciativa dos interessados, pelo que ao ato judicial de nomeação do *special guardian* é atribuída a designação de «*special guardianship order*»¹⁶⁰. Todavia, encontra-se excecionada a possibilidade de estabelecimento da relação por decisão *ex officio* do Tribunal, quando a criança em questão se encontre já sujeita a um procedimento judicial de cariz familiar e o Tribunal entenda que o *special guardianship* é a medida mais adequada. Crê-mos que, de harmonia com o descrito, no Reino Unido, o Juiz pode decidir entre a aplicação de uma medida de *adoption* ou de *special guardianship*, em conformidade com o juízo que faz dos contornos do caso concreto e, discricionariamente, acaba por se determinar pelo decretamento da que melhor satisfaça as necessidades da criança. Não é esta a posição detida no nosso ordenamento, contudo, julgamos que

¹⁶⁰ O requerente de uma «*special guardianship order*» pode assumir uma das identidades previstas no ponto 14-A (5) do CHILDREN ACT.

seria bom implementar esta prática em Portugal, advertindo, claro está, para a dificuldade sistêmica que reconhecemos que semelhante modelo acarretaria.

Concluímos com um parêntese, para fazer uma referência sintética à figura do «*Parrainage d'Enfants*» existente em França e à figura do «*Apadrinhamento Afetivo*» difundido no Brasil. Estas apresentam “*um figurino diferente, tanto ao nível de legislação como ao nível da própria finalidade e espírito da própria medida em si*”¹⁶¹, assim sendo, adotando essa terminologia, o *figurino* francês trata-se de um processo de acompanhamento, orientação ou apoio, entre duas ou mais pessoas que estabelecem uma relação de duração variada com a criança que amparam, fala-se numa espécie de profissional de *coaching* ou de um patrocínio, que promove um processo de desenvolvimento que envolve a transferência de conhecimentos ou habilidades de uma pessoa mais experiente para uma pessoa menos experiente, através do diálogo de aprendizagem e modelagem, enfatizado numa componente de ação social que visa indivíduos de grupos minoritários ou socialmente desfavorecidos que correm o risco de se tornarem ou já se encontrarem em posição marginalizada na sociedade. Está em causa um patrocínio social que permite que as crianças e jovens possam lidar melhor com as pressões e desafios da vida cotidiana e permite até uma abordagem internacional deste acompanhamento¹⁶², será este o recorte geral da figura, que em nada se assemelha ao apadrinhamento civil mas que tem uma componente reflexiva na preocupação com a infância e o estado de adolescência.¹⁶³

No tocante ao *figurino* adotado no Brasil¹⁶⁴, este já encontra maior termo de comparação com o nosso regime, tendo em conta que é implementado para obviar a institucionalização de crianças, todavia, trata-se de um programa social onde há cooperação com alimentação, vestuário, educação e saúde, por parte daqueles que

¹⁶¹ Vide HELENA BOLIEIRO/PAULO GUERRA, *cit.*, pp. 588 e 589.

¹⁶² Cfr. *Le Parrainage international*, rapport sur des organismes bénéficiaires de dons, cour des comptes, Mars 2012. Disponível em: <https://www.ccomptes.fr>.

¹⁶³ “*Dans le cas des enfants et des jeunes en Protection de l'Enfance, le parrainage est un outil très efficace et nécessaire pour une intégration sociale de qualité et une prévention de la marginalisation sociale. Beaucoup d'enfants qui vivent en établissement de protection de l'enfance ont connu des niveaux importants d'abus et de négligence.*” vide Manuel de Formation de Parrainage, Développé dans le cadre du projet SAPERE AUDE – Impact du parrainage sur la scolarité des jeunes en protection de l'enfance, p.34. Disponível em: <http://sapereaude-project.com>.

¹⁶⁴ Cfr. SERGIO LUIZ KREUZ, *Direito à convivência familiar da criança e do adolescente*, Direitos Fundamentais, Princípios Constitucionais e Alternativas ao Acolhimento Institucional, Juruá editora, 2012, pp. 136 e 138.

realizam este apadrinhamento, podendo prestar a sua colaboração de maneira afetiva, visitando a criança e demonstrando interesse no desenvolvimento físico-mental e social desta.¹⁶⁵ Quer assim significar *“uma prática de voluntariado vigente em algumas instituições de acolhimento que, apesar de não existir uma definição jurídica para o termo, o apadrinhamento pode ser descrito como uma forma de proporcionar às crianças institucionalizadas vínculos significativos, próximos aos que elas deveriam ter com os familiares”*.¹⁶⁶

A verdade desta análise não pode sugerir outro curso que não seja concluir pela proximidade com o regime britânico, mas até mesmo perante esse, o apadrinhamento civil é bastante original.

4. ANÁLISE CRÍTICA DO REGIME JURÍDICO

Temos vindo a honorificar este novo instituto, ornamentámo-lo com gratificações no que concerne à viabilização de uma amplitude alargada de possibilidades de acolhimento familiar duradouro, para além da adoção, a todas as crianças cujos pais, por eventualidades várias, não estejam em condições de exercer de modo apropriado a parentalidade e a assegurar o cumprimento das suas responsabilidades.¹⁶⁷ Há quem o encare como uma espécie de *“adoção aberta, como alternativa à colocação em instituições [que] permitiria a estas crianças gozarem de um cuidado personalizado e do afecto próprio de uma família, em vez das situações temporárias e instáveis, que normalmente enfrentam”*¹⁶⁸. Avulta também a

¹⁶⁵ JULIANA LIMA REJANI, *Adoção restrita e apadrinhamento civil: filhos de segunda classe?*, Dissertação, Mestrado em Direito – Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010, p. 24.

¹⁶⁶ KAROLLYNE KEROL DE SOUSA, *Expectativas e frustrações no processo de apadrinhamento de crianças em situação de acolhimento institucional*, Programa de pós-graduação em psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, 2010, p. 6.

¹⁶⁷ *“solução que visa responder às dificuldades colocadas pelas exigências e delongas próprias de um procedimento de adoção, mas, ainda assim, como uma solução «de recurso», não ideal, apenas preferível à institucionalização de menores afastados das suas famílias. (...) a adoção continua a ser encarada como uma melhor solução para o menor, traduzindo o apadrinhamento civil um «mal menor» comparado com a inserção do menor numa estrutura familiar ou, numa outra perspectiva, configurando um «bem menor» face à hipótese alternativa da total integração familiar proporcionada pela adoção.”* vide MARIA RAQUEL GUIMARÃES, cit., p.482.

¹⁶⁸ Cfr. MARIA CLARA SOTTOMAYOR, *Quem são os ‘verdadeiros’ pais? Adoção plena de menor e oposição dos pais biológicos* in *Direito e Justiça*, vol. XVI, tomo I, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2002, p.235.

sua nobre valentia, porquanto investe esforços em evadir a institucionalização das crianças, subtraindo-as desse desfortúnio, a par da sua vocalização a pôr termo a situações de acolhimento institucional precedentemente determinadas. A relação de afetividade¹⁶⁹ é também ela uma nota distintiva positiva desta figura.

Numa apresentação imensamente esclarecedora e com conhecimento de facto, *ISABEL PASTOR*¹⁷⁰, delimita cuidadosamente as virtualidades deste instituto, que agora recuperamos: (i) trata-se de uma solução alternativa à adoção mas promove uma integração familiar permanente, concorre igualmente para a desinstitucionalização de crianças e jovens sem retaguarda familiar segura e capaz, pelo que se configura como o elemento que faltava num sistema global e coerente de proteção da infância.; (ii) concorre com a vocação de transitoriedade e temporalidade das medidas de promoção e proteção previstas na LPCJP; (iii) colmata a desatualização e desadequação, na perspetiva da promoção do direito das crianças crescerem em segurança e em clima afetivo, do antigo instrumento de suprimimento das responsabilidades parentais (tutela); (iv) sublinha o reconhecimento da família como ambiente privilegiado para o desenvolvimento harmonioso da criança, proveniente de uma relação de afeto, sentimento que brota e se desenvolve por excelência na forma primária da organização social (a família); (v) veio dar nova esperança aos “esquecidos” do sistema de proteção, obrigando-nos a procurar uma solução familiar permanente para crianças acolhidas em instituição sem possibilidade de retorno à família de origem e sem perfil de adoção; (vi) pode ser constituído por iniciativa dos pais, contribuindo para a diminuição da litigiosidade no âmbito da parentalidade substitutiva; (vii) a sua implementação depende da anuência, consentimento e audição da criança.

¹⁶⁹ «O "apadrinhamento civil" é uma "terceira via" para que crianças que não vão para adopção "ganhem espaço de afecto" numa família» defendeu JOSÉ ANTÓNIO VIEIRA DA SILVA, Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social in *PÚBLICO*, *Vieira da Silva defende "apadrinhamento civil" para crianças que não são adoptadas*, 15 de Maio de 2009. Disponível em: www.publico.pt.

¹⁷⁰ Cfr. *ISABEL PASTOR*, *cit.*, pp. 157 a 159. Cumpre assinalar que, à data da apresentação, a A. detinha a qualidade de Chefe de Setor da Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar no Instituto da Segurança Social, I.P., atualmente ocupa o cargo de Diretora da Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Dito assim, sugere que se dispensem críticas, mas como em quase tudo, a perfeição é quimérica.¹⁷¹

A razão para este entendimento filia na efervescência de alguns aspetos críticos dos quais nos fomos apercebendo ao analisar a sua substância jurídica, desde logo a (i) falta de promoção e divulgação dos seus comandos normativos para que a aplicação prática fosse favorecida, fala-se num *desconhecimento generalizado* e julgamos que reflete adequadamente a realidade.¹⁷² Referimo-nos não só aos possíveis candidatos mas inclusivamente aos juristas, potenciais aplicadores, profissionais da área¹⁷³, que pouco difundem este recurso.¹⁷⁴

A reforçar o nosso criticismo, enfatizamos que (ii) a ideologia em que se funda é encarada pela generalidade como ousada e inóspita, contribui para as limitações da sua concretização – criar os filhos de outrem com a sua “supervisão”¹⁷⁵. Consta que, a boa intenção de conferir importância jurídica às costumadas relações sociais entre padrinhos/madrinhas e afilhados não foi bem interpretada, objetivo que o legislador deu como garantido e afinal foi frustrado. O que se provou (iii) ao fazer uso de expressões de conhecimento público e generalizado, com um sentido relativamente aproximado com o que se pretende estabelecer com a LAC, acreditando que seria uma vantagem por si só – a escolha da designação do instituto também não é unanimemente acolhida, chegam a perfilhar-se derivações como “*apadrinhamento familiar*”¹⁷⁶ que talvez tivesse maior sucesso.

¹⁷¹ Alguns apontamentos de uma espécie de prós e contras cfr. SÍLVIA CANECO, *Apadrinhamento civil. O Simplex da adoção?*, Associação Sindical dos Juizes Portugueses, novembro, 2010. Disponível em: <http://www.asjp.pt>.

¹⁷² ISABEL PASTOR aponta a existência de alguns constrangimentos à consolidação do instituto, um dos quais resulta da “*inicial resistência e expressão pública de descrédito quanto à eficácia do novo instituto a que não foi contraposta uma campanha de informação e sensibilização do grande público.*” cfr. *ob. cit.*, p.161.

¹⁷³ Cfr. LÍDIA CADETE, *cit.*, p. 140

¹⁷⁴ “O apadrinhamento civil é, assim, um instituto muito recente no direito civil português, para além de constituir uma opção ainda por descobrir pelos potenciais «padrinhos» e «afilhados» e pelos profissionais com responsabilidades no processo de apadrinhamento. Estamos, pois, perante uma matéria escassamente tratada pela doutrina, desconhecida pela jurisprudência e ainda não testada pelas famílias.” vide MARIA RAQUEL GUIMARÃES, *O novo regime português do «apadrinhamento civil» (Lei nº 103/2009, de 11 de Setembro)* in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster, Almedina, 2012, p. 480.

¹⁷⁵ REVISTA VISÃO, *Apadrinhamento civil: Ser pai sem o ser*, 27 de março de 2015. Disponível em: <http://visao.sapo.pt>.

¹⁷⁶ Vide MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA/RUI SOARES PEREIRA, *cit.*, p. 147.

Acresce ainda que, (iv) o regime jurídico instituído no diploma legal “*apresenta alguns erros normativos, que não foram, lamentavelmente, corrigidos, podendo dar azo a dúvidas quanto à sua interpretação e consequente aplicação*”¹⁷⁷, para tal, quiçá, tenha contribuído o aproveitamento de disposições legais do revogado instituto da adoção restrita, como já tivemos oportunidade de abordar. Vislumbra-se ainda uma (v) dificuldade acrescida da sua aplicação prática em virtude de uma “*deficiente formulação técnica do diploma legal*”¹⁷⁸. Associadamente, ajuizamos que (vi) teria sido tecnicamente mais ajustado, que o legislador tivesse feito coincidir a entrada em vigor da lei com o diploma que a regulamenta, não se percebe o porquê dessa disparidade de períodos de *vacatio legis*.¹⁷⁹

Denunciamos similarmente alguns (vii) problemas que podem surgir em virtude da diferenciação entre o estatuto do adotado e do afilhado civil, que se traduzem, por exemplo, na manutenção da filiação, na possibilidade de uma convivência constante, fundada em tratos de colaboração, entre a família biológica e os padrinhos, no exercício de responsabilidades parentais por parte dos padrinhos, sem prejuízo de ser um apadrinhamento que se possa extinguir, e na garantia de estabelecimento de contatos entre crianças e os padrinhos, quando tenha sido revogado o apadrinhamento. Não descartamos atritos advindos (viii) de uma situação de discriminação entre o afilhado civil e filhos biológicos dos padrinhos.

Por fim, é com algum desconsolo que assumimos que (ix) não existem muitos casos efetivos de apadrinhamento civil desde a sua implementação no ordenamento jurídico.¹⁸⁰ Situação para a qual pode ter contribuído a inclusão da providência no

¹⁷⁷ TOMÉ D’ALMEIDA RAMIÃO, *Apadrinhamento Civil*, anotado e comentado, Quid Juris Sociedade Editora, 2011, p. 6.

¹⁷⁸ TOMÉ D’ALMEIDA RAMIÃO, *cit.*, p. 6.

¹⁷⁹ “A regulamentação da Lei n.º 103/2009 foi demorada – só com o Decreto-Lei n.º 121/2010, de 27 de Outubro, foi regulamentada a habilitação dos padrinhos – e insuficiente.” vide ELIANA GERSÃO, *cit.*, p. 101.

¹⁸⁰ Com posição favorável a esta realidade, ELIANA GERSÃO indicia que “Há por enquanto pouca experiência com o apadrinhamento civil. Os casos em que se concretizou contam-se pelos dedos das mãos e constituíram em regra formas de estabilização jurídica de situações de facto preexistentes. O apadrinhamento, apesar de teoricamente ter sido bem aceite pela sociedade e pelos políticos – foi aprovado na Assembleia da República com a abstenção do CDS/PP e os votos a favor de todos os outros partidos – tem sido, na prática, «mal-amado». Nasceu numa época de transição política, numa «terra de ninguém» onde não pôde lançar raízes. Nunca teve paladinos que o divulgassem e lhe dessem reais condições para se implantar.”, *ob. cit.*, p. 101. Para contrariar esta realidade, ANA LÍDIA CADETE apresenta «O caso do Bruno» como um exemplo de manifesto sucesso: “o caso do Bruno exigia uma solução como é a do apadrinhamento civil e, felizmente, já existia no nosso ordenamento jurídico para poder ser aplicada, sendo, ademais, revelador das potencialidades deste instituto, bem mais e maiores

“contexto solidário”¹⁸¹, circunstância que, coincidindo temporalmente com a crise económica e financeira, condicionou o elemento volitivo dos interesses na realidade como esta ou, até mesmo, problemas internos/organizacionais derivados da adjudicação de competências a distintos partícipes num articulado que não sendo sempre sequencial e podendo ser concorrencial erige especiais dificuldades de estrutura processual.¹⁸²

Fazendo uso de uma tónica distinta e não pretendendo relativizar todos os inconvenientes que acabámos de elencar mas, sabendo que, numa formulação em que as palavras muitas vezes surgem como alçapões, a escolha das mesmas é cabalmente importante quando se trata de influenciar multidões, neste sentido, evidenciamos que a dinâmica deste instituto tem perdido adeptos, se é que existiam já algumas *cotizações*: “o cidadão comum e a comunicação social estão atentos às mudanças familiares, que detectam, discutem, divulgam, hiperbolizam, antecipam”¹⁸³, é o que acontece com a maioria dos fenómenos sociais, este não foi exceção e não tem sido parabenizado nas publicações a seu respeito. Como consta num artigo do Jornal Público, «Guilherme de Oliveira, mentor da lei do apadrinhamento civil, já veio dizer diz que “é preciso fazer o marketing deste instituto”.»¹⁸⁴, mas parece que não tem acontecido da forma como este teria imaginado, a atenção mediática sobre este instituto parece ter atingido o apogeu no ano de 2015¹⁸⁵, depois de cinco anos a

do que daquelas que estiveram na sua génese, associadas, mormente, à necessidade de criar soluções para as crianças e jovens institucionalizados. Este caso permite afastar, ou pelos menos esbater, algumas das críticas que têm sido dirigidas ao apadrinhamento civil, desde logo por ter sido o contacto com a família biológica, e o dever de o manter pelos Padrinhos, que despoletou e possibilitou, como, aliás, em outros casos, o apadrinhamento civil, para cuja constituição, de resto, não foi obstáculo nem, sequer, pressuposto a (alegada) falta de candidatos a padrinhos.” vide ob. cit., p. 140.

¹⁸¹ “A crise económica, o desemprego crescente e a insegurança quanto ao futuro não são favoráveis à solidariedade social e à generosidade, quando se traduzem em abrir as portas de sua casa a crianças em situações difíceis e a assumir para com elas responsabilidades para a vida. E o apadrinhamento apela para esses sentimentos.” vide ELIANA GERSÃO, cit., p. 102.

¹⁸² Cfr. ELIANA GERSÃO, cit. – “Aquando da preparação da lei, tinha-se esperança de que os lares de infância e juventude, conhecendo bem a realidade das crianças neles acolhidas, contribuíssem de modo activo para tornar realidade o apadrinhamento, identificando as crianças que dele poderiam beneficiar e encontrando-lhes os padrinhos adequados. Mas os passos para tal necessários, tanto quanto sabemos, não foram dados. (...) Também as comissões de promoção de crianças e jovens e o Ministério Público, que deveriam estar atentos à possibilidade de concretizar o apadrinhamento nos processos da sua responsabilidade, têm tido, aparentemente, outras prioridades” – pp. 101 e 102.

¹⁸³ JORGE DUARTE PINHEIRO, *Perspectivas de evolução do Direito da Família em Portugal*, p. 348.

¹⁸⁴ PÚBLICO, *Segurança Social só identificou 73 crianças em acolhimento que podem ter padrinhos civis*, 27 de Abril de 2015. Disponível em: <https://www.publico.pt>.

¹⁸⁵ Múltiplos exemplos: 1) TSF, *Apadrinhamento civil atrai poucas famílias, 28 de outubro de 2015*. Disponível em: <https://www.tsf.pt>. 2) SIC NOTÍCIAS, *Apadrinhamento Civil de crianças sem candidatos a padrinhos, 27 de Fevereiro de 2015*. Disponível em: <https://sicnoticias.pt>.

vigorar; mas se pensamos que o problema é estritamente temporal, quando atentamos sobre o conteúdo noticiado e sobre as manchetes que o introduzem, concluímos que, independentemente da sua fonte, as observações são similares e no sentido de encarar o apadrinhamento civil como um instituto ferido de derrotas. Não será este o melhor contributo para uma temática tão sensível, seria preferível utilizar uma escrita otimista e esclarecedora que abonasse à sua implementação, ao invés do modo em que é praticada, pois os possíveis candidatos são afastados por presumirem que se trata de uma via inutilizável.¹⁸⁶

O que constatamos é que muitas são as vozes críticas que se perdem em análises superficiais, o que defendemos é: Sim! Deve ser feita uma análise crítica (cliché ou não, deve existir um mas). *Mas*, para esclarecer de modo cristalino se o **«Apadrinhamento civil constitui um avanço ou recuo no desenvolvimento de relações familiares»**. Como se processará depende do que consideramos que sejam os pontos fraturantes do regime, aqueles que determinam e ao mesmo tempo condicionam a ascensão ao verdadeiro trato familiar deste instituto, para além de ser uma “terceira via”¹⁸⁷ como tem sido seu epíteto, é importante esclarecer se é uma efetiva *«Família»*, ainda que alternativa.

3) OBSERVADOR, *Apadrinhamento Civil de crianças sem candidatos a padrinhos, diz Santa Casa de Lisboa, 27 de Fevereiro de 2015*. Disponível em: <https://observador.pt>. **4) DIÁRIO DE NOTÍCIAS**, *Apadrinhamento Civil de crianças sem candidatos a padrinhos, 27 de Fevereiro de 2015*. Disponível em: <https://www.dn.pt>. **5) DIÁRIO DE NOTÍCIAS**, *Nem 10 crianças adotadas por apadrinhamento civil, 01 de Fevereiro de 2014*. Disponível em: <https://www.dn.pt>.

¹⁸⁶ Chegam a ser ferozes algumas das críticas apontadas a este regime: LUÍS VILLAS BOAS, psicólogo clínico e diretor do Refúgio Aboim Ascensão (Instituição Particular Cristã de Solidariedade Social – IPSS), quando questionado “*Porque acha que a figura do apadrinhamento civil não teve sucesso?*” respondeu “*O apadrinhamento civil foi um nado-morto. Esteve sempre condenado à ineficácia. Quem quer tomar conta de uma criança, quer o filho só para si e o apadrinhamento civil obriga a que os padrinhos mantenham um contacto com as famílias biológicas, geralmente problemáticas e disfuncionais.*”, prosseguiu o diálogo “*Essa obrigatoriedade é a única razão para o insucesso?*”, respondeu “*Sim. O apadrinhamento civil é um fracasso pela mesma razão que foi a adoção restrita, que já foi extinta, mas que implicava a mesma obrigação. O insucesso era esperado. Temos de perceber que existe um egoísmo por parte de quem adota, que quer um corte com o passado. É por isso que praticamente não há candidatos a padrinhos civis.*”, por último “*Nesse caso, que medidas deveriam ser tomadas?*”, respondeu “*O apadrinhamento civil não serve para nada. É preciso criar um sistema nacional de emergência infantil, por forma a que exista uma cobertura nacional de acolhimento de crianças, fortemente técnico, ao nível jurídico, educativo, clínico e social para que as crianças possam ser reinseridas. Esta é que é a grande meta que devemos seguir.*” vide SANDRA FERREIRA, *Famílias – Há 320 crianças e jovens que vivem com padrinhos civis*, Imprensa Ordem dos Advogados, 16 de Janeiro de 2017. Disponível em: <https://portal.oa.pt>.

¹⁸⁷ Cfr. GUILHERME DE OLIVEIRA, *Apadrinhamento civil: uma iniciativa portuguesa, com certeza in Revista do Advogado*, São Paulo, ano 28, n.º 101(Dez.2008), p. 38.

4.1. CARATERES FRATURANTES: REQUISITOS, EFEITOS, EXTINÇÃO

Ponderámos muito acerca da melhor abordagem para explicitar a nossa intenção, certas temos em não querer repetir todos os pressupostos do apadrinhamento à exaustão. A matriz na base desta reflexão é, como temos vindo a fazer referência, a *Família*, como tal, todos os requisitos substanciais¹⁸⁸ e formais – processuais¹⁸⁹ – e ainda, os efeitos¹⁹⁰ e as causas de extinção¹⁹¹, sofrerão as consequência do que batizámos como «efeito lupa», uma vez que serão exaltados na estrita medida em que aproveitarem o último reduto desta dissertação.

O primeiro estágio é magnetizante e incontornável, tal como no jogo tabular de monopólio, em que passar pela «*casa partida*» acarreta sempre um benefício, neste caso, o aproveitamento/deleito que se consegue é por visitar a definição legal de apadrinhamento civil – “*é uma relação jurídica, tendencialmente de carácter permanente, entre uma criança ou jovem e uma pessoa singular ou uma família que exerça os poderes e deveres próprios dos pais e que com ele estabeleçam vínculos afectivos que permitam o seu bem-estar e desenvolvimento, constituída por homologação ou decisão judicial sujeita a registo civil.*” (art. 2.º). O nosso lançar de dados, permite obter uma chance renovada de compreender esta figura jurídica. Decompondo e dissecando os silogismos contidos neste preceituado, verificamos que, na vanguarda da sua essência está a constituição de um vínculo afetivo entre uma criança ou jovem e um adulto ou uma família, aos quais será atribuído o exercício das responsabilidades parentais.

¹⁸⁸ Entre os quais delimitamos: 1) Reais vantagens para o afilhado; motivos legítimos; expetativas de que se criem vínculos afetivos que permitam o seu bem-estar; exclusividade (art. 6.º); 2) Consentimento; 3) Dispensa de consentimento; 4) Capacidade para apadrinhar e para ser apadrinhado.

¹⁸⁹ A tramitação processual é composta por duas fases: a 1.ª fase é a preparatória onde se levam a cabo as candidaturas, se averigua da habilitação dos candidatos, onde se promove a iniciativa do apadrinhamento civil e se realiza a designação dos padrinhos; a 2.ª fase é a de constituição, onde se executa o compromisso de apadrinhamento, bem como a sua homologação e a sentença final. Há ainda espaço para considerações acerca do apoio ao apadrinhamento civil.

¹⁹⁰ Contam como principais efeitos, notadamente, o exercício das responsabilidades parentais pelos padrinhos, a coordenação com os direitos dos pais, o estabelecimento da obrigação de alimentos, os benefícios recíprocos desta relação e o impedimento matrimonial que resulta da constituição do vínculo de apadrinhamento civil.

¹⁹¹ Com especial foco para a possibilidade de revisão e revogação do vínculo.

Neste particular, aferimos que o apadrinhamento pode ser singular ou plural conforme esteja ao cuidado de uma pessoa singular (mulher ou homem) ou de uma família, sob a condição de serem maiores de 25 anos de idade¹⁹² e logo que se encontrem adequadamente habilitados para esse fim.¹⁹³ É o que resulta da articulação entre os arts. 4.º (capacidade para apadrinhar), 11.º (designação dos padrinhos)¹⁹⁴ e 12.º (habilitação dos padrinhos)¹⁹⁵, o que merece ser alvo de uma melhor pronúncia: o legislador demarcou uma série de condições prévias¹⁹⁶ para se prover a habilitação e capacitação dos padrinhos, não podem sem mais estabelecer um vínculo, têm de possuir «idoneidade e autonomia de vida»¹⁹⁷ que lhes permitam assumir as obrigações inerentes à relação germinada.¹⁹⁸ Obrigações essas que se traduzem no exercício das responsabilidades parentais, sendo o seu objeto delimitado pelo art. 1878.º do CC – *“Compete aos pais, no interesse dos filhos, velar pela segurança e saúde destes, prover ao seu sustento, dirigir a sua educação, representá-los, ainda que nascituros, e administrar os seus bens.”* (n.º 1). A manutenção deste conteúdo pode ser praticada na íntegra ou com as limitações assentes no compromisso de apadrinhamento ou na decisão judicial (art. 7.º).

¹⁹² “o diploma é omissivo quanto à idade máxima, podendo, por isso, legitimamente admitir-se a apadrinhar quem tiver idade superior, pois que não se pretende constituir uma relação idêntica à adopção. (...) A questão da idade será obviamente um dos elementos a considerar na habilitação, tudo dependendo das condições materiais e capacidades concretas dessa pessoa para o exercício das responsabilidades parentais, bem como da própria idade da criança ou jovem a apadrinhar.” vide TOMÉ D’ALMEIDA RAMIÃO, cit., pp. 18 e 19.

¹⁹³ “O apadrinhamento pretende ser um vínculo jurídico fácil de constituir. Em princípio, qualquer pessoa com equilíbrio psíquico e emocional, motivação saudável e independência económica pode apadrinhar (...)” vide ELIANA GERSÃO, cit. p. 98.

¹⁹⁴ A designação dos padrinhos é orientada pelo princípio da audição obrigatória e da participação no processo da criança ou do jovem e dos pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, exigência em total sintonia com o critério adotado na LPCJP, relembramos.

¹⁹⁵ Para mais detalhe veja-se o art. 3.º do DL n.º 121/2010 de 27 de Outubro (alterado pela Lei n.º 2/2016, de 29 de Fevereiro), onde constam rigorosos fatores de habilitação e ainda o seu preâmbulo.

¹⁹⁶ Acentuamos ainda que, uma importante condição a verificar é a que resulta do regime estatuído na Lei n.º 113/2009, de 17 de Setembro (alterada pela Lei n.º 103/2015, de 24 de Agosto), o qual determinou medidas de proteção de menores, em nome da efetivação do art. 5.º da Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais (Resolução da Assembleia da República n.º 75/2012 de 28 de Maio) e ainda a incumbência de atualizar o registo criminal a fim de garantir por parte dos organismos judiciais e administrativos uma efetiva idoneidade dos candidatos.

¹⁹⁷ Cfr. GUILHERME DE OLIVEIRA, *Regime Jurídico do apadrinhamento civil anotado*, Observatório permanente da adoção, Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 34 e 35.

¹⁹⁸ Só não é assim, no caso de os candidatos serem familiares, a pessoa idónea ou a família de acolhimento a quem a criança ou o jovem tenha sido confiado no processo de promoção e proteção ou o tutor, exceção bem delimitada pelo n.º 5 do art. 11.º.

Imediatamente a seguir, concluímos que o apadrinhamento civil gera o desígnio de estabelecimento de vínculos afetivos entre o(s) padrinho(s) e a criança ou jovem que permitam o seu bem-estar e desenvolvimento. Todavia atente-se que, não se trata de um requisito a preexistência de laços de afeto, mas é sem dúvida um dos objetivos vitais deste instituto, tanto que o enfoque emocional e afetivo tem de simetrizar com o projeto de apadrinhamento, porquanto *“sem a criação duma relação afectiva torna-se difícil, senão impossível, assegurar e garantir o bem-estar, o normal e integral desenvolvimento da criança ou jovem”*¹⁹⁹.

Por essa razão, o legislador pensou triunfantemente num instrumento de «apoio ao apadrinhamento civil» e assim o consagrou. Este tende a criar ou intensificar as condições necessárias para o êxito da relação, da mesma maneira que estende a sintomática do êxito ao ponto de vista do interesse do próprio afilhado (als. a) e b), do n.º 1, do art. 20.º). Não podemos deixar de assinalar o facto deste acompanhamento ter também urgência em momento prévio à constituição do vínculo de apadrinhamento, de forma a permitir a criação de laços de afetividade de forma mais coesa, o que facilitará a posterior integração da criança no agregado familiar, atentos os casos de padrinhos alistados regionalmente com os quais não existe qualquer contato antecedente, bem como, qualquer proximidade afetiva. Este compromisso cabe às comissões de proteção ou à segurança social, se bem que nos defrontamos com uma omissão de pronuncia²⁰⁰ quanto à natureza deste apoio, o legislador não definiu se se pode materializar, ou seja, avocar a cariz pecuniária em forma de apoio social de natureza económica.²⁰¹ De todo o modo, este apoio não é

¹⁹⁹ Vide TOMÉ D'ALMEIDA RAMIÃO, cit., p. 74.

²⁰⁰ PAULO DELGADO/ELIANA GERSÃO alertam: *“é necessário encontrar uma solução para evitar que as providências cíveis sejam inviabilizadas por insuficiência económica dos familiares ou das pessoas idóneas disponíveis para exercer a tutela ou apadrinhar a criança, prevendo a possibilidade de, quando necessário, os apoiar economicamente, à semelhança do que se passa no âmbito das medidas de proteção. É certo que as medidas são diferentes, na sua função e nas condições de exercício. As providências cíveis criam situações próximas da filiação e precisamente por isso o seu exercício não está sujeito a um projeto educativo estabelecido e supervisionado pelo Estado. Sendo assim, pode aceitar-se que, em relação a estas providências, não se preveja a remuneração dos serviços prestados. Mas a compensação das despesas de manutenção da criança, por exemplo através de uma prestação social adequada a estas situações, deveria ser considerada.”* vide ob. cit., p. 131.

²⁰¹ *“Esta medida tutelar cível tem acompanhamento de 18 meses; abre-se aqui a possibilidade de um apoio económico (-subsídio...), muito embora não tenha estado no espírito do legislador? De facto, se os casais ponderam na sua decisão de ter um filho biológico o factor económico, estes candidatos podem recuar perante as dificuldades daí decorrentes.”* vide LÍGIA VENADE, *Providência tutelares cíveis* in A Tutela Cível do Superior Interesse da Criança, Tomo I, Coleção de Formação Contínua, CEJ, 2014, p. 112.

ilimitado, finda assim que a entidade responsável inferir a normal integração familiar do afilhado, conquanto nunca exceda o intervalo de 18 meses contados da efetivação do vínculo. Temos a nossas reservas quanto a este delineamento, contrariamente ao que o legislador consagrou, sempre haverá casos em que o sucesso demorará o seu tempo a ser alcançado.

Avistamos como último reduto a possibilidade de revogação do apadrinhamento, em virtude da incompatibilidade afetiva ou ausência de qualquer substrato de afeto, que sempre será aferida em detrimento dos interesses do afilhado (art. 25.º, n.º 1), uma vez que o vínculo deve representar reais vantagens para o mesmo.

Noutro patamar, o legislador relegou a competência da constituição da relação de apadrinhamento civil aos tribunais, por meio de homologação do compromisso de apadrinhamento (arts. 16.º e 17.º) ou por meio de decisão, nos casos em que esteja a correr um processo judicial de promoção e proteção ou um processo tutelar cível, sendo aqui integralmente convocáveis as disposições legais resultantes dos arts. 13.º, n.º 1 (fontes de constituição) e 18.º (competência). Podemos ainda mencionar que o tribunal assume também um papel de relevo em termos de legitimidade para tomar a iniciativa do apadrinhamento, bem assim, pode constituir oficiosamente esta relação (art. 10.º, n.º 3). Vale a pena mencionar que esta tarefa de tomada de iniciativa não se circunscreve aos poderes jurisdicionais, assim, também o pode efetuar o Ministério Público, a comissão de proteção de crianças e jovens no âmbito dos processos que aí corram termos, o organismo competente da segurança social ou de instituição por esta habilitada, os pais, representantes legais da criança ou pessoa que tenha a sua guarda de facto e, até mesmo, a criança ou jovem desde que maiores de 12 anos. Associadamente, fazemos notar que, em regra, o apadrinhamento carece de consentimento, pelos sujeitos elencados no n.º 1 do art. 14.º, não obstante, o tribunal pode diligenciar a dispensa do mesmo em circunstâncias em que isso favoreça a proteção da criança ou jovem (n.º 4 do art. 14.º).

No que respeita à durabilidade deste vínculo, temos a dizer que a regra geral será a sua manutenção após a maioridade da criança, constituindo um vínculo permanente idealmente (art. 24.º), contudo, pode ter uma duração reduzida

mediante a sua revogação judicial e nos casos expressamente previstos no art. 25.º, daqui decorre a expressão “tendencialmente permanente” atenta a possibilidade de revogação, que no entanto se espera uma exceção.

Uma última consideração acerca da capacidade para ser apadrinhado²⁰². O art. 5.º descreve os requisitos gerais a serem observados, bem como os pressupostos justificativos e as condições concretas das crianças que serão beneficiárias do apadrinhamento, nessa medida: o apadrinhamento deve apresentar reais vantagens para a criança, estabelecendo-se essa relação quando satisfaça o superior interesse da mesma; não podem verificar-se os pressupostos da confiança com vista à adoção; e apenas é suscetível de apadrinhamento um menor de 18 anos (n.º 1).

Em primeiro lugar, quando se firma um compromisso o desiderato é sempre o alcance de uma vantagem, quando falamos em instrumentos regulatórios dos interesses de menores, esta vantagem tem obrigatoriamente de se verificar, o respeito pelos seus direitos e interesses será a absoluta magnitude a ter em conta. Só fará sentido estabelecer este vínculo se se demonstrar que a criança sairá beneficiada a todos os níveis, é ela a *primeira outorgante* do seu projeto de vida.

Em segundo lugar, como defende *TOMÉ D’ALMEIDA RAMIÃO*, cujo entendimento consideramos pertinente, “(...) o instituto da adoção e as medidas proferidas ou a proferir com esse objectivo prevalecem sobre a constituição do apadrinhamento civil, porquanto a razão de ser desta nova figura jurídica ancorar-se na protecção daquelas crianças ou jovens que não reúnam os pressupostos de adoptabilidade, e não evitar ou impedir a sua eventual adoção. A adoção continua, assim, a constituir o melhor projecto de vida (...).”²⁰³, nestes termos, o autor sublinha que o apadrinhamento civil não pode substituir a adoção, será, quanto muito, um instrumento subsidiário.

Crê-se, neste tocante, que devemos ter bem presente, e em especial os candidatos a padrinhos devem refletir acerca disso, que o apadrinhamento civil não almeja rivalizar com a adoção, ao invés, almeja ser implementado como uma *medida de colocação familiar permanente*, em contextos em que seja do interesse da criança

²⁰² “Também pelo lado dos destinatários do apadrinhamento civil a Lei n.º 103/2009 tem uma intensão generosa” vide *ELIANA GERSÃO*, cit., p. 99.

²⁰³ *Ob. cit.*, pp. 20 e 21.

preservar a ligação com a família natural. No reverso da medalha, apenas devem ser habilitados como padrinhos aqueles que não sonham ter um filho, mas compreendem e esperam vir a ter um afilhado. Que fique explícito que, se as crianças adotáveis não são as mesmas que as crianças destinadas ao apadrinhamento, por ordem de razão, os adotantes também não têm o perfil dos candidatos a padrinhos.

Por outro lado, devemos entender o espírito do preceito ao estabelecer uma idade máxima de apadrinhamento, pois que, apesar do intento ser proporcionar à criança uma vida familiar que a enriqueça quando atingir a maioridade, a propensão é na sua esmagadora maioria a de garantir o exercício consentâneo das responsabilidades parentais, o que somente é cabível enquanto a criança é de tenra idade.²⁰⁴

Deste exame resulta que *“este modelo assenta num contrato estabelecido com os padrinhos, homologado pelo Ministério Público, ou em decisão do tribunal, através do qual o padrinho civil fica habilitado a exercer o essencial das responsabilidades parentais, em diálogo com os pais, relativamente aos aspectos mais relevantes da vida e da pessoa da criança”*²⁰⁵. Concordamos por isso com as palavras de ELIANA GERSÃO²⁰⁶ quando a mesma afirma que o apadrinhamento, diferentemente da adoção, não pretende equiparar-se à parentalidade biológica, existe uma clara cisão entre os padrinhos e pais biológicos da qual as crianças têm plena noção, como tal *“pressupõe alguma partilha de direitos, de responsabilidades e de afectos, e estes, em relações familiares ou de grande proximidade, tendem a ser concebidos de um modo absoluto e exclusivo, vendo-se qualquer partilha como fonte de conflitos”*.²⁰⁷

²⁰⁴ A esse respeito, acompanhamos TOMÉ D'ALMEIDA RAMIÃO: *“E porque se trata de uma (...) providência tutelar cível que tem por objecto o estabelecimento de vínculos afectivos que permitam o seu bem-estar e desenvolvimento, mediante a atribuição do exercício das responsabilidades parentais a outra (s) pessoa (s), que não os seus progenitores (...) não poderá ser constituída essa relação jurídica após a sua maioridade, a qual não pode estar verificada no momento da decisão judicial de constituição do vínculo, ainda que a criança ou jovem esteja a viver com ele (s) durante largo período de tempo imediatamente anterior. (...) com a sua maioridade o menor adquire pela capacidade de exercício dos direitos (...)”* – ob. cit., p. 23.

²⁰⁵ MARIA ELISABETE FERREIRA, *Algumas notas sobre o regime jurídico do apadrinhamento civil* in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster, Almedina, 2012, pp. 412 e 413.

²⁰⁶ Ob. cit., p. 99 e 102.

²⁰⁷ Acompanhando este raciocínio: *“O objetivo é, nestas condições, permitir o bem-estar e desenvolvimento da criança num ambiente familiar alternativo à sua família biológica, mas sem romper os laços com esta.”* vide CRISTINA M. ARAÚJO DIAS, *Algumas notas em torno do regime jurídico do*

Este parece ser um bom mote para introduzir os principais efeitos do apadrinhamento civil. No topo da pirâmide situa-se a atribuição do exercício das responsabilidades parentais²⁰⁸ aos padrinhos (art. 7.º)²⁰⁹, serão estes a arcar com os deveres constantes do art. 1878.º do CC, sendo que, sucedaneamente, os afilhados deverão prestar a sua obediência àqueles.²¹⁰

No patamar seguinte identificamos como efeito decorrente do estabelecimento deste vínculo, a atribuição de certos direitos aos pais do menor (art. 8.º)²¹¹ que podem, no entanto vir a ser limitados (n.º 2), o que quer significar que o apadrinhamento não extingue a relação entre o afilhado e os seus pais, pelo que, embora estes não exerçam as responsabilidades parentais, beneficiam do direito a conhecer a identidade dos padrinhos e a dispor forma de os contactar, conhecer o local de residência do filho bem como ter conhecimento de factos particularmente relevantes acerca do menor bem, receber captações fotográficas deste e ainda, têm direito a visitar o filho. Será este o conjunto mínimo de direitos, dos quais apenas beneficiam em caso de não estarem inibidos do exercício das responsabilidades parentais (art. 14.º, n.º3 e art. 1915.º, n.º 1, este último do CC), não obstante, situação inversa também é plausível de se verificar, referimos à extensão ou alargamento deste conjunto de direitos, o que será conjeturável em sede de compromisso de apadrinhamento, mas há que ter atenção a esta hipótese, não se pretende com ela desvirtuar a candência deste instituto. Em matéria de atribuição de direitos, também os padrinhos beneficiam da consagração de importantes efeitos, nomeadamente, no

apadrinhamento civil in Obra coletiva Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Heinrich Horster, Almedina, 2012, p. 165.

²⁰⁸ Cfr. HELENA BOLIEIRO/PAULO GUERRA, *cit.*, p. 175 a 313 e CRISTINA M. ARAÚJO DIAS, *Algumas Notas em torno do Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil*, pp. 179 a 183.

²⁰⁹ Note-se que, a Lei “é omissa, quanto ao exercício de responsabilidades parentais em caso de divórcio ou separação de facto dos padrinhos. Poderá haver lugar a processo tutelar cível de regulação dessas responsabilidades parentais, em termos idênticos para os progenitores? Tendo em conta a natureza e finalidade desta nova figura jurídica, tendemos a considerar ser totalmente inviável essa solução (...)” vide TOMÉ D’ALMEIDA RAMIÃO, *cit.*, p. 34.

²¹⁰ “(...) os padrinhos exercem plenamente as responsabilidades parentais, embora não assumam a qualidade de pais. Por sua vez, os progenitores continuam a ser juridicamente pais, embora não exerçam mais do que um pequeno conjunto de direitos. (...) Em circunstâncias normais, pode falar-se em repartição das responsabilidades porque os pais mantêm um direito de visita e um direito de acompanhar o desenvolvimento do filho; porque a Lei estabelece um dever de colaboração entre os pais e os padrinhos e, em último caso, os pais também estão legitimados para tomar a iniciativa de requerer a revogação do apadrinhamento civil (...)” vide GUILHERME DE OLIVEIRA, *Critérios jurídicos da parentalidade*, p. 298.

²¹¹ Desperta alguma curiosidade uma solução legislativa como esta, cfr. NORBERTO MARTINS, *cit.*, p. 209.

art. 23.º, que se justificam na medida em que o afilhado passa a integrar o agregado familiar dos padrinhos; beneficiam assim de proteção social, equiparando-se aos benefícios de uma relação de filiação.

Associadamente, podemos ainda assinalar um efeito de realização bastante árdua, a condição fulcral de estabelecimento de uma relação de respeito e cooperação entre os padrinhos e a família natural (art. 9.º). De antever será que, se esta convivência for malograda, o estabelecimento deste vínculo ficará condenado ao desmoronamento, fórmula de quezílias constantes e impeditivas de um ambiente sano para a criança.²¹²

Nos patamares abaixo, são identificáveis outros efeitos, como a obrigação de alimentos²¹³ e um impedimento matrimonial à celebração do casamento entre padrinho ou madrinha, conforme artigos 21.º e 22.º respetivamente.

Feito este enquadramento, ainda que a suscetibilidade de aplicação surja como elevada, atendendo aos seus objetivos, a verdade é que, apesar de beneficiar de um enquadramento jurídico maleável e amplo, a sua divulgação ainda é escassa, como temos mencionado, não obstante, o esforço jurisprudencial tem-se feito notar pela vontade de aplicar este regime.²¹⁴

²¹² “(...) dificuldade está bem denunciada na Lei do Apadrinhamento Civil (...), em que o legislador chega ao ponto de cismar uma adoção restrita entre uma hipotética relação virtual entre as famílias apadrinhante e natural.” vide CARLOS PAMPLONA CORTE-REAL, cit., p. 129.

²¹³ “Os sujeitos da relação de apadrinhamento estão vinculados a prestar alimentos nos termos do art. 21.º: os padrinhos ocupam a posição que cabe aos ascendentes em 1.º grau, no art. 2009.º, mas são precedidos pelos pais do afilhado em condições de satisfazer esse encargo; o afilhado ocupa a posição que cabe ao descendente do 1.º grau, no art. 2009.º, mas é precedido pelos filhos dos padrinhos em condições de satisfazer este encargo.” vide JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo*, p. 294.

²¹⁴ **A)** Ac. do TRL, processo n.º 2288/08.0TCLRS.L1-2, de 22-11-2012, relator JORGE LEAL; **B)** Ac. do TRL, processo n.º 5557/10.5TBCSC.L1-7, de 27-11-2012, relator ROQUE NOGUEIRA; **C)** Ac. do TRP, processo n.º 1495/11.2TMPRT.P1, de 13-10-2016, relator MADEIRA PINTO. Disponíveis em: <http://www.dgsi.pt>.

5. NATUREZA JURÍDICA

5.1. STATUS FAMILIAR VS. PARAFAMILIAR

Ora, situamo-nos à beira do momento colossal desta dissertação, estamos na posse de todos os elementos para erigir uma tomada de posição quanto à querela doutrinária acerca da natureza jurídica do instituto do apadrinhamento civil. Como em todos os debates ideológicos, existem complexos argumentativos com diferentes pigmentos, uns mais onerados que outros. Neste caso, podemos estar perante uma: i) relação jurídica parafamiliar²¹⁵; ii) relação familiar inominada²¹⁶; iii) relação jurídica quase-familiar²¹⁷; iv) figura jurídica intermédia²¹⁸; v) relação familiar²¹⁹.

Dos caracteres familiares contidos na generalidades das relações, os que consideramos indispensáveis são o carácter duradouro e afetoso, o sentido de pertença sai favorecido quando pensado a todo o tempo e no aconchego do amor. Contudo, as nuances que aos olhos de um jurista não podem escapar, com certeza irão revelar-se numa película bem integrada.

Dito isto, a configuração do conteúdo de potências operantes na relação jurídica de apadrinhamento ordena uma vinculação legal ao prumo do instituto, ou

²¹⁵ **Posição maioritária**, da qual são defensores: **1)** MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família*, p. 777 a 780; **2)** RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA, *cit.*, p. 551; **3)** SANDRA PASSINHAS, *O apadrinhamento civil: uma nova figura no Direito Português in Revista Fórum de Direito Civil – RFDC* 1, 2012, p. 178; **4)** ANA RITA ALFAITE/GERALDO ROCHA RIBEIRO, *cit.*, p. 120; **5)** TOMÉ D'ALMEIDA RAMIÃO, *cit.*, p. 5; **6)** CRISTINA M. ARAÚJO DIAS, *Algumas notas em torno do Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil*, pp. 191 e 192, nota de rodapé 80; **7)** HELENA BOLIEIRO/PAULO GUERRA, *cit.*, p. 589; **8)** MARIA RAQUEL GUIMARÃES, *cit.*, p. 480; **9)** ANA TERESA LEAL, *et. al., cit.*, p. 229; **10)** Exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 253/X.

²¹⁶ “[...] nova relação familiar inominada (a par da filiação por pma heteróloga). Aliás, o apadrinhamento civil é colocado na categoria das relações jurídicas familiares pelo art. 5.º da Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2016 de 29 de Fevereiro.” vide JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo*, p. 297.

²¹⁷ “Diremos mais: que o apadrinhamento constitui uma relação jurídica quase-familiar, porquanto os laços de solidariedade que lhe subjazem se mantêm para lá da maioridade do afilhado, sendo mais que um mero instituto de suprimento de incapacidade por menoridade.” vide ANA RITA ALFAITE/GERALDO ROCHA RIBEIRO, *cit.*, p. 120.

²¹⁸ “A adopção restrita (...) era raramente requerida. Provavelmente devido aos seus efeitos, à precariedade da decisão, que podia ser revogada, e à instabilidade emocional que pode ocorrer quando uma criança tem duas famílias, a família natural e a família adoptiva, (...) Será que o apadrinhamento civil virá ocupar o lugar deixado pela adopção restrita? (...) É uma figura jurídica intermédia.” vide DIOGO LEITE DE CAMPOS/MÓNICA MARTÍNEZ DE CAMPOS, *Lições de Direito da Família.*, pp. 419 e 420.

²¹⁹ FRANCISCO PEREIRA COELHO/GUILHERME DE OLIVEIRA/RUI MOURA RAMOS, *cit.*, p. 110. Vale a pena Cfr. GUILHERME DE OLIVEIRA, *Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil anotado*, p. 14.

seja, colmatar o exercício das responsabilidades parentais conjecturando, para o efeito, a materialização de uma relação de cuidado, por meio de um vínculo jurídico tenha um carácter afetivo. Trata-se, não só, de uma manifestação normativa do conceito de cuidado, enquanto obrigação material de conteúdo e vinculação jurídicos e não apenas morais, como também, parece fundar uma relação familiar típica. Não obstante tal evidência, nenhuma alteração do regime ordinário sucedeu entretanto, o elenco das fontes de relações jurídicas familiares permanece intacto, o que nos suscitou a atenção, terá sido intencionalmente afastado este regime? Atendendo à proximidade com a adoção restrita que, apesar de extinta, era uma derivação da adoção. Esta última é tida como uma das fontes primordiais, permitir-nos-á então incluir analogicamente o apadrinhamento como fonte de família? Note-se até que, o legislador confere a padrinhos e afilhados, *v.g.* obrigações recíprocas de alimentos e direitos assemelhados aos que existem entre pais e filhos em matéria de lei laboral, prestações sociais, assistência na doença e IRS, entre outras “*regalias*” de que uma família dispõe. Aparentemente, parece que estamos perante um laço efetivo com contornos jurídicos marcados por uma verdadeira vinculação familiar.

Para tomarmos posse do nosso assento, cogitamos acerca de questões, que aos nossos olhos, são deveras desconcertantes:

Importa esclarecer, qual o segmento de crianças que são apadrinhadas: em risco ou outros candidatos? O apadrinhamento, mais do que uma recurso progressista, visa exibir uma nova relação jurídica alternativa às respostas até agora existentes, de integração das crianças e jovens em meio familiar, erguendo-se, de resto, como medida tutelar tendencialmente definitiva e que não se encarreia exclusivamente às situações de crianças em perigo, muito embora este seja, por sublimidade, o seu público alvo. Concomitantemente, o apadrinhamento civil pode, de facto, elevar-se como reação para os casos de crianças e jovens que, não estando em perigo, parece mais ajustado proporcionar-lhes um ambiente propício ao desenvolvimento externo ao núcleo familiar biológico. A *ratio* inerente a este instituto é, precisamente, a participação da família biológica, sujeitando-a à magnetização para integrar este novo projeto de vida do menor, aderindo voluntariamente. Esta complementaridade dá a entender que, uma vez que as crianças e jovens não deixam de lado o contato com a família natural, os padrinhos

não serão um novo núcleo familiar, mas um apoio extrafamiliar. Não pode o apadrinhamento ser tratado enquanto modelo familiar jurídico, partindo deste pressuposto.

Por outra, o apadrinhamento civil incita a uma verdadeira relação de parentalidade, atentas as responsabilidades parentais instaladas na esfera jurídica dos padrinhos? De facto, o apadrinhamento afasta-se da parentalidade, é uma figura *tertium genus*, porquanto comporta aspetos convocáveis em sede familiar pura, bem como derivações menos substanciais que enfraquecem essa chance, desde logo, o próprio *nomen juris* do instituto é revelador de uma clara cisão entre o conceito de parentalidade e apadrinhamento, o que se pretende é uma convivência em comunhão entre as duas valências.

Nesse quadro, qual será a posição assumida pela família de origem, serão os pais «terceiros»? Esta questão é dúbio, para quem entenda que os pais do afilhado não são partes no apadrinhamento porque este vínculo se estabelece entre os padrinhos e afilhados, claramente que antevê os progenitores como elementos tangentes e que apenas têm uma participação residual no sentido de não se evaporarem por completo do campo de visão dos menores²²⁰; outros, apesar disso, almejam que, como a constituição deste relacionamento não quebra a relação existente entre o menor e os seus pais, estando perante uma relação familiar «convergente ou parcialmente sobreposta», diga-se o apadrinhamento e uma relação de parentesco em primeiro grau na linha reta, que fica comprometida e dependente desta relação triangular e das boas relações entre os diferentes intervenientes²²¹. Tendemos a concordar com a segunda visão, parece-nos que existe uma relação poliédrica com três intervenientes, contando que dois deles assumam um papel de relevo. Claro está que não descartamos a hipótese desta convivência assumir contornos de alguma virtualidade, pois que apesar de um afilhado civil, diferentemente de um adotado, não perder a filiação e ter espaço para privar com pais, tal pode não acontecer.

²²⁰ Cfr. MARIA RAQUEL GUIMARÃES, *cit.*, pp. 492 e 495.

²²¹ Cfr. CRISTINA M. ARAÚJO DIAS, *Algumas notas em torno do regime jurídico do apadrinhamento civil*, p. 181.

Temos a admitir que, os efeitos produzidos através da consagração deste vínculo são os que mais nos causam turbulências interiores. Tendo em conta soluções como as prescritas nos arts. 21º, n.º 1 e 22º, a saber: relação de ascendência e possibilidade de dispensa do impedimento pelo conservador civil – não estaremos perante indícios de uma lei precipitada e manifestações de *legislação do corta e cola*, baseada num instituto sem aplicação (uma vez mais, adoção restrita)?

Profundas são as considerações que tecemos. Ora, abordando em primeiro lugar o regime do art. 22º: estabelecimento de impedimento impediante à celebração de casamento entre padrinhos e afilhados (n.º 1), este é, no entanto, suscetível de dispensa pelo conservador do registo civil que a concede quando haja motivos sérios que justifiquem a celebração do casamento, ouvindo, sempre que possível, quando um dos nubentes for menor, os pais (n.º 2), sendo que, a sanção da infração do impedimento matrimonial é a incapacidade do padrinho ou madrinha de receber do seu consorte qualquer benefício por doação ou testamento (n. 3º).

Socorrendo-nos da perspicácia de *MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA*, apresentamos também nós reservas quanto a esta solução legal. Pode-se argumentar a favor da manutenção deste normativo a particularidade de a figura do apadrinhamento não desincorporar o afilhado dos seus progenitores, com efeito, o papel dos padrinhos só pode ser diverso dos pais. Sem embargo de que, o sistema jurídico não admite a possibilidade de celebração de matrimónio quando exista um prévio relacionamento fruto do exercício das responsabilidades parentais em situações em que este seja orientado pelo cônjuge ou unido de facto do progenitor. Não se afigura razoável que, nesta sede, os padrinhos que exercem funções equiparadas não estejam também eles obstados na mesma medida? É inteiramente verosímil que tal permissão coloque em causa a distribuição de posições atinentes a esta relação de apadrinhamento, não é por acaso que a regra consagrada é o impedimento matrimonial e salvo raras exceções é que pode o conservador dispensar esse circunstancialismo (tal como no regime ordinário, veja-se o art. 1609.º do CC). Outro problema que avistamos resulta desse intervencionismo, pois que basta uma atuação do conservador para que haja dispensa do impedimento, o que não nos transparece uma garantia de segurança jurídica, pelo contrário. Para esse efeito, a decisão deveria estar sobre a alçada do tribunal competente, ou seja,

nas mãos de uma “autoridade completamente isenta”. Numa posição que não contende com a exclusão absoluta da chance matrimonial, deveria haver, no entanto, uma aferição casuística e uma avaliação judicial para concluir se pode ou não existir casamento.

A manutenção de especial união que a LAC identifica entre crianças e os seus pais pode, eventualmente, contribuir para distinguir a imagem que o menor tem daqueles que são juridicamente responsáveis por si, mas nem sempre tal sucederá. Desde logo porque, a relação entre as crianças e os progenitores é desejável mas não é irrefutável, certamente não terá sido intenção do legislador subsumir este impedimento em detrimento de simples expectativas. De facto, se recuarmos no tempo reparamos que este registo legal era semelhante no que concerne ao vinculado em contexto de adoção restrita. Contudo, adverte-mos que, nessa época o regime das responsabilidades parentais não se apresentava na normatividade adveniente do art. 1602.º do CC. Conclui-se, confortavelmente, que a resolução desta incongruência passa por aceitar a existência de uma divergência insanável entre o regime geral das responsabilidades parentais e o regime que persiste na LAC, fundante de uma necessidade interpretativa renovada. A solução possível é uma de quatro alternativas: 1) revogação implícita de umas das normas, LAC ou CC; 2) interpretação ab-rogante do art. 1602.º, al. b) do CC; 3) prevalência do art.º 22 por ser especial face ao CC; 4) interpretação ab-rogante do 22.º. A última será a mais acertada!²²²

Perante o exposto, demarcamos que está consagrado na letra da lei um impedimento impediendo ao casamento no caso do vínculo de apadrinhamento civil (art. 22.º) e um impedimento dirimente relativo ao casamento em caso de relação anterior de responsabilidades parentais (art. 1602.º al. b) do CC). Nessa medida, consideramos que há um evidente erro na lei, a incongruência é notória: a lógica é de impedir uma confusão de sentimentos entre afilhado e padrinho, será esse o escopo de qualquer resultado normativo. Temos presente e por isso relembramos que, *“o exercício das responsabilidades parentais pode surgir dissociado de uma relação de consanguinidade, é este o caso. Mas, ainda assim, desde que rigorosamente*

²²² Em total consonância com MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família*, p. 775.

cumpridas, geram uma imagem educativa e social que se aproxima da imagem do progenitor ou do adoptante. Geram (...) uma imagem parental.” ²²³. Ora, estão em causa, além do mais, razões de ordem pública e perturbações no domínio psicológico entre aqueles que um dia se relacionaram como pais e filhos.

A título de provocação, inquirimos: existe exercício de responsabilidades parentais “de primeira” e “de segunda” que justifiquem esta flutuação de regime? Parece que algumas responsabilidades são mais densas do que outras, a lei não deveria ter feito uma equiparação se a lógica base é de que as responsabilidades variam conforme a relação em causa. O padrinho parece ser um educador, de quem o legislador espera uma relação afetiva, relação esta diferente de ascendente/descendente. Neste regime, o facto de existir exercício de responsabilidades parentais não parece dar aso ao incesto. Por tudo, urge reconhecer um enquadramento plausível: os padrinhos exercem poderes e deveres próprios do pais mas podem estar limitados e ter de dialogar com aqueles a fim de unanimemente providenciarem uma melhor resposta para o projeto de vida da criança; tanto que, ao não atribuir uma nova filiação ao vínculo estabelecido em sede de apadrinhamento e coexistirem duas fontes de garantia de exercício de responsabilidades, faz crer que existem duas gradações efetivas.

Conexamente, o regime do art. 21.º, n.º1, como antevimos, abarca também ele incongruências latentes: os padrinhos são considerados ascendentes em primeiro grau para efeitos da obrigação de prestar alimentos,²²⁴ ora, o legislador não foi cuidadoso nem ponderou todos os elementos em causa, aliás, é totalmente ilógico comparativamente com a solução do artigo que lhe sucede. São manifestações claras, todos estes problemas, de que a lei foi precipitada. Não pode num primeiro momento tratar a relação de apadrinhamento da mesma forma de uma relação de filiação, ao reservar lugar de ascendência aos padrinhos e descendência dos afilhados enquanto, ulteriormente, abre espaço para uma eventual relação matrimonial. Apesar de ainda conseguirmos atender, com algum espírito de benevolência, que o legislador quis desenvolver o melhor de dois mundos, não teve presente a perplexidade normativa que gerou.

²²³ Vide MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família*, p. 775.

²²⁴ Cfr. TOMÉ D'ALMEIDA RAMIÃO, *cit.*, p. 75.

Em suma, outro traço do regime da LAC que fazemos questão de debater é a sua possibilidade de revogação. Bem sabemos que, tradicionalmente as relações familiares eram suscetíveis de extinção nos casos em que a sua constituição era voluntária, mas circunscrevendo-se ao regime do casamento. Por outro lado, a adoção gera uma situação irreversível, exceto nos casos em que tenham ocorrido patologias do consentimento ou erros essenciais. Coloca-se, então, a questão: como se pode conceber que a integração familiar de padrinho/afilhado pode terminar quando deixe de existir afeto ou vontade de manter o relacionamento, abrindo portas à revogação do vínculo como resulta do art.25º? Por outras palavras, que não nossas, *“a possibilidade de revogação (...) que se fundamente (...) no comportamento subsequente do afilhado ou na perturbação ou malefício que a relação esteja a ocasionar na pessoa do padrinho, suscita a ponderação essencial que o instituto levanta: tratar-se-á de uma relação familiar?”*²²⁵.

Desde logo, corroborando a lógica de precaridade deste relacionamento, servem de indícios os termos resultantes dos arts. 2º e 24º (“constitui um vínculo permanente, salvo o disposto no artigo seguinte”, n.º 1), os quais admitirem que se trata de uma relação “tendencialmente de carácter permanente”, admitindo a sua revogabilidade.

Sucedaneamente e antes de avançamos com reparos mais aguçados, recuperamos o seguinte: este vínculo suporta-se em diretrizes muito específicas, notadamente, o carácter tendencialmente permanente, acabado de referir, que se reflete na composição de uma medida de colocação familiar permanente, a par do exercício de poderes e deveres próprios dos pais por parte dos padrinhos, que implique reais vantagens para os afilhados civis e que se coadune com o estabelecimento de vínculos afetivos. Tudo somado, traduz-se numa prática jurídica vocacionada para o bem estar da criança, assim, permitir uma extinção desse relacionamento em face de fundamentos estritamente egoísticos como os que constam no art. 25.º, n.º 1, als. d) e e)²²⁶, sendo que está em causa uma verdadeira

²²⁵ Cfr. MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família*, p. 777.

²²⁶ A saber: a criança ou jovem assuma comportamentos, actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os padrinhos se lhe oponham de modo adequado, e ainda, a criança assuma de modo persistente comportamentos que afectem gravemente a pessoa ou a vida familiar dos padrinhos, de tal modo que a continuidade da relação de apadrinhamento civil se mostre insustentável.

revogação unilateral, não se compadece com o respeito pelo superior interesse da criança. Abismamo-nos neste impasse, *“como se poderá conceber a integração familiar de padrinhos e afilhados, quando se dá por adquirido que os laços que os unem poderão sucumbir sempre que o afeto, justamente o fator que originou a relação, deixe de existir ou a vontade de manter o relacionamento não subsista?”*²²⁷. Com efeito, a constituição de uma relação baseada no critério do afetivo não é compatível com este tipo de fundamentos de cessação. Não se pretendeu que a essencialidade do regime do apadrinhamento se confundisse com o resultante da adotabilidade, em que a sua revogação é impensável, o que demonstra que o legislador estava consciente dessa cisão, estreitando alinhamentos, resulta que o apadrinhamento não detém a natureza familiar inquebrável de uma filiação ou de uma adoção. Vislumbramos que, está carimbado com tinta *ope legis* que *“o legislador, tomando por base os modelos da vida familiar, criou, final, uma estrutura jurídica que mais se aproxima, aí onde o modelo se mostra inoperante, das soluções da protecção administrativa, securitária, das crianças, como sucede com os regimes tutelares, do que da instituição familiar”*²²⁸.

O lugar que a família ocupa na vida de uma criança ou de um jovem é preponderante para a sua construção pessoal e determinação da sua personalidade, é a princípio, um lugar de aceitação, segurança, partilha e afeto, que nas entrelinhas deste instituto jurídico pode dar aso a um espaço vazio e sem sentido. Se apadrinhar uma criança pode ser entendido como um ato de espontânea solidariedade²²⁹, que adjetivo atribuímos à perda dessa vontade por parte do mesmo sujeitos que outrora imbuíram no espírito altruísta?

Assim sendo, tendemos a identificar o apadrinhamento civil como uma relação para-familiar, uma vez que invocada a axiologia da família, a ampliação da noção de família não deverá aproveitar aos casos em que a relação de responsabilidade parental é passível de extinção por motivos do estrito interesse do adulto enquanto padrinho. O papel dos padrinhos não pode ser equiparado ao de uma família quando estes podem subtrair-se do acompanhamento da criança ou

²²⁷ MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família*, p. 778.

²²⁸ MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família*, p. 780.

²²⁹ Cfr. HELENA BOLIEIRO/PAULO GUERRA, cit., p. 588.

jovem, “admitir que assim era, significaria que, afinal, a família pode ser circunstancial e eximir-se das suas funções para com as crianças em razão de fundamentos múltiplos, aleatórios; significaria também, admitir que o critério do superior interesse da criança pode não se afirmar em todos os momentos da vida familiar”.²³⁰

Com efeito, o Apadrinhamento civil constitui um recuo na constituição de relações familiares na aceção que acabámos de defender mas constitui um avanço enquanto medita tutelar nível alternativa à institucionalização de crianças e jovens. Por certo, quando os sujeitos envolvidos neste vínculo possuírem sentimentos transparentes e livres de pretensiosismos, saberão rumar para um envolvimento feliz e próxima de uma realidade familiar, pelo que não se torna evanescente o seu sucesso.

5.2. PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE

«Convoco a afetividade porque não me sacia uma definição formal de família, como aquela que resulta do disposto no art.º 1576.º, do Código Civil, ainda que atualisticamente interpretado. Porque a família não é forma, é substrato. E o substrato da família é o afeto, pelo que, quando este inexistente, já não existe família, com todas as consequências jussociológicas inerentes a esta premissa.»²³¹

Fazendo minhas as palavras de HUGO CUNHA LANÇA, as quais poderiam ter sido datilografadas da mesmíssima forma neste exato dia, perfazem a súmula perfeita do que acerrimamente creio.

Vivemos nos meandros de uma sociedade onde reina a crise do «modelo biologista» em confronto direto com a «verdade sociológica», se de um dos flancos a Lei portuguesa conserva uma sobrevalorização do critério biológico de definição

²³⁰ MARIA MARGARIDA SILVA PEREIRA, *Direito da Família*, p. 780.

²³¹ HUGO CUNHA LANÇA, *cit.*, pp. 21 e 22.

do vínculo parental sobre o critério afetivo²³², do flanco oposto “se havia um certo pudor em chamar os sentimentos para os terrenos do Direito, e não era costume usar a palavra amor, ou afeição, nos escritos jurídicos, a linguagem contemporânea – sobretudo as decisões judiciais – é mais propensa à consideração dos afetos.”²³³. Trata-se de uma decorrência do *modus operandi* das novas formas de organização familiar, sugestionam-nos a fitar a família na qualidade de comunidade de afetos. É notável a sua influência na idade de ser criança, altura em que se constroem personalidades para o futuro e, mais que nunca, faz falta oferecer às crianças um ambiente afetoso, saudável e equilibrado, onde crescer seja uma tarefa acompanhada e estruturada.²³⁴ Como tivemos ocasião de exprimir, o clima de paz, de livre desenvolvimento e, acima de tudo, felicidade, nem sempre é exequível pela família natural, é preciso ponderar o afeto quando entramos no processo de solucionamento de insuficiências familiares.²³⁵ Tanto assim é que, na eventualidade de se verificar uma falência dos vínculos afetivos com a família biológica é necessário encontrar uma família substitutiva que colmate essa falta em nome e em função dos interesses dos menores. Percebe-se que o princípio da afetividade é prevalecente nas relações das quais façam parte crianças e, mormente, que não são escassas as vias que pretendem

²³² “[...] a verdade é que a nossa doutrina reclama e continua a proclamar a pretensa preponderância dos critérios biológicos na definição da parentalidade (...) A nossa lei mantém-se realmente agarrada a critérios passadistas, sendo que a evolução em termos de direito comparado se vem fazendo no sentido do reconhecimento da igual valia jurídica da parentalidade dita afectiva, em nome de outro valor tido por mais relevante, que é o interesse superior da criança. (...) Do exposto decorre, concluindo, a incompletude e a infelicidade jurídica das soluções legais, num complexo normativo incoerente e retrógrado.” vide CARLOS PAMPLONA CORTE-REAL, cit., pp. 127 a 129.

²³³ GUILHERME DE OLIVEIRA, Critérios jurídicos da parentalidade, p. 278.

²³⁴ “A família é uma comunidade particularmente propícia à realização pessoal das pessoas, (...) enquanto comunidade visa o bem de todos e cada um dos indivíduos que a integram. (...) não é uma criação da sociedade e muito menos do direito, mas é ela que segrega, no seu campo específico, um certo tipo de sociedade e um certo tipo de direito. (...) como grupo global de indivíduos, comunidade ética substancial, é contemporânea da norma jurídica, segregando estas através do amor e solidariedade que constituem a sua razão de ser.” vide DIOGO LEITE DE CAMPOS/MÓNICA MARTÍNEZ DE CAMPOS, A Comunidade Familiar, pp. 10 e 11.

²³⁵ Palavras de um pedopsiquiatra acerca da dinâmica da família: “Família é o lugar da memória, da idealização e do desejo. Conforme as fases da vida e as vicissitudes da história de cada um, pode ser o lugar da decepção amarga, da satisfação e do bem-estar mais ou menos conseguidos, ou um projecto de futuro. Mas é sempre o lugar dos afectos. Remete-nos para a nossa infância (...) primeiras experiência de pertença a uma família. E quando se fala a sério da infância ninguém fica neutro, para bem ou para mal isso diz-nos respeito. Profundamente. Intensamente.” vide JOÃO SEABRA DINIZ, “Família lugar dos afectos” in Estudos em Homenagem a Rui Epifânio, Almedina, 2010, p. 143.

encaminhar à sua concretização, por isso mesmo, o afeto é procurado noutras formulações familiares, é, portanto, imprescindível.²³⁶

Aliás, *“curiosa e significativamente, o primado da verdade biológica no estabelecimento dos vínculos de filiação que se vem desenhando há algumas dezenas de anos tem caminhado a par da proteção legal crescente de situações familiares cuja raiz não é biológica mas sim puramente afectiva ou social. Ao lado de uma verdade biológica, assente sobre os vínculos naturais da descendência, pode falar-se numa verdade sociológica ou afectiva, nascida do investimento afectivo e do cuidado, da gratificação permanente e da identificação recíproca dos indivíduos. Normalmente o pai que dá a vida é o pai que alimenta mas estas duas paternidades podem não coincidir a evidência natural poderá ceder, juridicamente, em favor da realidade cultural.”*²³⁷, disse-o GUILHERME DE OLIVEIRA, a propósito da adoção, enquanto ligação puramente afetiva, não menos real do que a biológica. Acreditamos que semelhante conceptualização é plenamente extensível à figura do apadrinhamento civil, ainda que não se materialize num vínculo de filiação mas numa partilha de competência de parentalidade, sob a forma de exercício das responsabilidades parentais.²³⁸

Pode afirmar-se, enfaticamente, que o apadrinhamento civil pode figurar um regime de corresponsabilidades, será esse o objetivo, por forma a não romper os laços com a família biológica e permitir a sua influência positiva no crescimento do menor. Proferir esta frase, desde logo, faz-nos contemplar a bondade e altruísmo com que os padrinhos investem na relação com o afilhado, pois estão cientes de que não substituem os pais mas podem fazer a diferença nas suas vidas. No estremo

²³⁶ “Se os progenitores não estabelecerem com os filhos uma relação afetiva segura e estável encontram-se seriamente comprometidos os vínculos afetivos próprios da filiação. Os menores necessitam e têm direito a ter uma família com a qual possam estabelecer uma relação afetiva segura, com adultos que estejam presentes de forma contínua e que assumam na íntegra os seus cuidados, pois só desta forma poderão crescer com sentimentos de segurança e confiança nos outros e em si próprios. Verificando-se a falência da família natural, uma vez que os progenitores dos menores se mostram incapazes de lhes proporcionar um adequado desenvolvimento, donde a solução que melhor se ajusta ao seu caso, por ser a que mais se aproxima dessa família natural, é a do seu encaminhamento para a adoção e consequentemente para uma família substitutiva.” vide Ac. TRL, processo n.º 7195/12.9TCLRS, de 26-01-2017, sumário elaborado por ISABEL LIMA. Disponível em : www.pgdlisboa.pt.

²³⁷ Cfr. *Sobre a verdade e a ficção no Direito da Família*, p. 14.

²³⁸ “(...) é notória a dificuldade da nossa lei em superar o preconceito biologista, ou seja, a ideia perfeitamente ultrapassada de uma complementaridade heterossexual para um adequado exercício da função parental, sendo que tal dificuldade está bem denunciada na Lei do Apadrinhamento Civil (...)” vide CARLOS PAMPLONA CORTE-REAL, *cit.*, p. 129.

destas relações espera-se que o vínculo afetivo se estabeleça, ora, num circunstancialismo como este, o afeto será acima de tudo o elo entre esta nova família. O que só por si diz o que as palavras são capazes de descrever. Notoriamente, para a determinação da partilha de responsabilidades, releva a intenção de reforçar os laços de convivência e garantir a sua manutenção, no entanto, será o afeto o agente conciliador e apaziguador em todo o processo.

Repescando a discussão doutrinal entre a natureza familiar ou quase familiar do apadrinhamento civil, em que a possibilidade de extinção do vínculo, da qual avulta a perturbadora expressão de revogabilidade, a consequente quebra de perdurabilidade e os efeitos algo *sui generis* que desencadeia, tendem a distanciá-lo de uma família estruturada nos alicerces que a sociedade habitualmente reconhece, serão esses os caracteres superiores e onnipotentes? A irrefutável condição de gerar um vínculo afetivo neste instituto não será superlativa? O âmago da axiologia da família não é genuinamente fixado pela afetividade ou isso seria estreitar em demasia com relações de amizade, companheirismo, entre colegas de trabalho?

Não retirando primor às antecedentes considerações (ponto 5.1.) nem pondo em causa a bondade dos objetivos do instituto do apadrinhamento civil, impõe-se questionar: Mas até que ponto pode o vetor do afeto confluir num princípio superior, bastante para determinar que a unidade familiar pode ser produto somente de sentimentos e emoções?²³⁹ Num primeiro relance, uma associação entre Direito da Família e afeto mostra-se utópica, dado que o afeto diz respeito à intimidade e ao nosso interior, ao passo que o Direito visa regulamentar o que é exterior, as vivências sociais, o que parece sugerir uma incompatibilidade técnica entre as duas realidades. Sucede que, “*o sentimento enquanto facto psíquico puro não interessa ao Direito (...) mas, na sequência de uma exteriorização, o sentimento torna-se acessível*

²³⁹ “(...) importa saber se é viável um tratamento jurídico que contemple satisfatoriamente o papel dos sentimentos na vida familiar e o carácter único de qualquer pessoa ou grupo íntimo de que ela faça parte. Não é, afinal, o Direito caracterizado como uma ordem geral e abstracta que se destina a regular comportamentos, exteriorizações, e não pensamentos e emoções? A tentativa de construção de um Direito da Família animado pelos valores do afecto e da equidade não será até susceptível de criar insegurança e de legitimar um subjectivismo irracional e arbitrário de quem é chamado a decidir?” vide JORGE DUARTE PINHEIRO, *Afecto e Justiça do caso concreto no Direito da Família: Utopia ao alcance, poesia pura ou porta aberta para o caos?* in Estudos em Memória do Prof. Doutor J. L. SALDANHA SANCHES, Vol. II, Direito Provado, Processual e Criminal, Coimbra Editora, 2011, p. 322.

ao Direito.”²⁴⁰. É essa visão que pretendemos iluminar, pois que, a ordem jurídica tem progredido num bom sentido ao antever o conceito de pessoa como alguém que avoca responsabilidade pelos outros e pela coletividade, como alguém que se define como *ser em relação*, tal como identificámos nos primórdios deste percurso. À vista disso, expandiu a sua ala de forma a incluir as emoções na dogmática jurídica e deste ponto já não há retorno. Emoções estas que assumem uma dimensão cognitiva que pode ser marcante nas decisões judiciais²⁴¹, bem como na prática legislativa, no julgamento e na argumentação jurídica.²⁴²

Destarte, não pode proceder a conceção de que o Direito está inteiramente obstado a imiscuir-se na zona do sentimento, pelo poder de uma suposta limitação de semblante tecnocrático.²⁴³ A realidade é outra: a fraternidade, o amor e o afeto estão presentes na hermenêutica jusfamiliar, particularmente no Direito das Crianças e Jovens. Uma visão gráfica pode ser esclarecedora: a conceção revolucionária da família como lugar de realização dos afetos mostra a sua infalibilidade porquanto se traduz na derradeira força de satisfação do interesse superior da criança.²⁴⁴ *Tarefa hercúlea* tem o afeto! No entanto, não será suficiente para erguer um complexo familiar, outras condições têm de se verificar, mas falhando esta é quase certo que as demais serão feridas e enfermam por impraticáveis.²⁴⁵

²⁴⁰ JORGE DUARTE PINHEIRO, *Afecto e Justiça do caso concreto no Direito da Família: Utopia ao alcance, poesia pura ou porta aberta para o caos?*, p. 334.

²⁴¹ “Nesta linha, é interessante a sugestão da chamada Escola do afecto. Dada a associação entre família e sentimento, não será de eleger à valoração social do afecto como um factor a ponderar na resolução do caso concreto? Note-se que a proposta não é relativista. Estamos perante um pluralismo de pendor afectivo, uma tendência que conjuga o ideal de liberalidade individual com o do respeito pelo próximo, como decorre da construção brasileira da responsabilidade civil por abandono efetivo. A Escola do afecto seduz porque procura atender à essência do Direito da Família. Todavia, será exequível esta variante pluralista?” vide JORGE DUARTE PINHEIRO, *Afecto e Justiça do caso concreto no Direito da Família: Utopia ao alcance, poesia pura ou porta aberta para o caos?*, p. 332.

²⁴² Cfr. MARIA CLARA SOTTOMAYOR, *Temas de Direito das Crianças*, pp. 309 a 312.

²⁴³ Acerca destas reflexões cfr. JORGE DUARTE PINHEIRO, *Estudos de Direito da Família e das Crianças*, pp. 211 a 216.

²⁴⁴ “Não tem porque negar que a nova intenção da família contemporânea é a sua conciliação repousada na afetividade.” vide ANA PAULA ALVES DE MEDEIROS / ROCCO ANTONIO RANGEL ROSSO NELSON, *Da afetividade como base normativa para constituição da família no sistema jurídico brasileiro in Revista Fórum de Direito Civil (RFCD)*, ano 7, n.º 17, Belo Horizonte, 2018, p. 87.

²⁴⁵ Além dos aspetos que saltam imediatamente à vista, como o exercício adequado das responsabilidades parentais, a capacidade económica e financeira, o provimento de alimentos, vestuário e bens de primeira necessidade, a educação, outros aspetos têm de ser salvaguardados. E, numa visão de outro ordenamento jurídico, avulta a ética como aliada: “Ainda que tenha havido uma sensível mudança na concepção da família, não basta a inserção do afeto como elemento constitutivo dos vínculos familiares. Além do afeto, é impositivo invocar também a ética, que merece ser prestigiada

Por tudo quanto resulta exposto, importa admitir e reconhecer juridicamente os afetos, trata-se de um valor que a sociedade hodierna preza, por essa razão o intérprete e o aplicador da normatividade não se podem imiscuir da sua apreciação, apesar de não ser um princípio constitucional exposto, é implicitamente pronunciado, uma vez que eflui do primado da dignidade da pessoa humana, realidade à qual a CDirCR não é alheia.²⁴⁶ Se a verdade biológica serve para constituir a relação de filiação, a verdade sociológica serve para salvaguardar as situações de convivência consolidadas e favoráveis ao interesse superior das crianças, por meio de um substrato afetivo comum as todas as variantes familiares, equiparável à molécula portadora de informação genética responsável pela transmissão das características hereditárias nos seres vivos.

A nossa atitude perante o tema da familiaridade tem de passar pela compreensão da extensão da capacidade de amar e educar uma criança aliada ao bom desempenho dos papéis parentais ainda que em *segunda linha*, os quais são, por vezes, os mais difíceis e ingratos, destinam-se a sarar feridas e a cuidar de cicatrizes. Assim, não sendo uma relação familiar composta pelos caracteres estabelecidos na lei ordinária, o **Apadrinhamento civil é uma realidade afetiva, que só respeitada na sua plenitude é «familiar»!**²⁴⁷

VI – SÍNTESE CONCLUSIVA

A preocupação com a inserção de uma criança num ambiente familiar é um dos assuntos que nos move. Ao falar da conjectura legal que assegura esta realidade precisamos de antever a ideia central que se retira dos saberes das ciências da psicologia, psiquiatria e sociologia, de que o ser humano, sendo por natureza social,

como elemento estruturante da família. (...) O Direito tem um compromisso com o afeto. Entender o afeto destituído de sua tradução moral ou material é fazer do Direito uma ciência compreensiva antes de judicativa.” vide MARIA BERNICE DIAS, *A ética na jurisdição da família*, pp. 113 e 115.

²⁴⁶ “Apesar das dificuldades, não se pode desistir do afeto no Direito da Família. Por um lado, isso seria desistir do próprio Direito da Família. Por outro lado, o afeto é objecto de tutela constitucional – art. 26.º, n.º 1 (...)”. Mais, “a lei ordinária em matéria de família e aqueles que a aplicam têm de ser sensíveis ao afeto.” vide JORGE DUARTE PINHEIRO, *Afeto e Justiça do caso concreto no Direito da Família: Utopia ao alcance, poesia pura ou porta aberta para o caos?*, p. 336.

²⁴⁷ Cfr. MARIA CLARA SOTTOMAYOR, *Temas de Direito das Crianças*, p. 313 a 320.

tem absoluto carecimento de crescer e ser amado num ambiente que seja abrigo e berço de relações de vinculação, nas suas mais diversas manifestações. Desse modo, *“as relações de vinculação precoce construídas entre a criança e o prestador de cuidados, pais ou outra (s) figura (s) de referência, devem ser regulares e prolongar-se no tempo para que possam contribuir para o desenvolvimento sustentado e equilibrado da criança.”*²⁴⁸. É por esta máxima que nos regemos, é a sua verdade que sentimos.

Como muitos preveniram, só o tempo permite saber se as famílias estão suscetíveis ao apadrinhamento de crianças em dificuldade ou se este novo vínculo foi uma aposta perdida, porque apela para emoções e modos de vida que já não existem na sociedade²⁴⁹. Foi precisamente desse friso temporal que beneficiámos, pois que quase 10 anos de vigência são palmos de sabedoria a ter em conta. A generalidade dos escritos assumiu uma posição temperada entre relatos entusiastas e relatos maldizentes, a percepção que temos é que não foram elevados os números de casos efetivos mas o grau de sucesso tem margem para progredir, faz fé dessa clarividência o *«Caso do Tiago»*, que entrou numa instituição aos 5 anos, mas hoje *pode ter duas famílias*²⁵⁰. Fazemos votos de que realidades como esta se propaguem, só podem ser sintomáticas de que, com a intenção certa e muita resiliência, as famílias que quiserem ser uma alternativa séria e efetiva na vida de uma criança desfavorecida de afetos e paz, encontram neste instituto a oportunidade perfeita.

Juridicamente falando, continua a existir uma corpulenta incultura acerca desta providência e do seu impacto: num cosmos idealista, o apadrinhamento é a medida tutelar cível mais equilibrada.

«Família e sociedade terão uma evolução necessariamente interdependente, que dependerá do futuro que soubermos preparar para os afectos.»²⁵¹

²⁴⁸ NORBERTO MARTINS, *cit.*, p. 204.

²⁴⁹ Cfr. ELIANA GERSÃO, *cit.*, p. 102. Veja-se ainda, MARIA RAQUEL GUIMARÃES, *cit.*, p. 497: “A transformação do novo regime do apadrinhamento civil em law-in-action permitirá, certamente, aclarar a sua solução”.

²⁵⁰ **DIÁRIO DE NOTÍCIAS**, ANA MAFALDA INÁCIO, 04-05-2019. Disponível em: www.dn.pt.

²⁵¹ JOÃO SEABRA DINIZ, *cit.*, p. 145.

ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO

ALARCÃO, Madalena, *(Des)Equilíbrios Familiares*, 3.^a edição, Quarteto, 2006.

ALBUQUERQUE, Catarina de, *O princípio do interesse superior da criança in* Jurisdição da Família e das Crianças. Jurisdição Civil, Processual Civil e Comercial. Ações de Formação 2011-2012. Textos dispersos. Centro de Estudos Judiciários, 2013.

ALEXANDRINO, José de Melo, *Os Direitos das Crianças: linhas para uma construção unitária in* Problemas da Família no Direito, Belo Horizonte, 2012.

ALFAIATE, Ana Rita, *Apadrinhamento Civil: Aspetos essenciais do seu regime jurídico in* A Criança no processo de adoção - Realidades, Desafios e Mudanças. Prime Books, 2014.

ALFAIATE, Ana Rita/**RIBEIRO**, Geraldo Rocha, *Reflexões a propósito do apadrinhamento civil in* Revista do CEJ, 1.^o Semestre 2013, número 1.

AMARAL, Jorge Augusto Pais de, *A criança e os seus direitos in* Estudos em Homenagem a Rui Epifânio, Almedina, 2010.

_____, *Direito da Família e das Sucessões*, 5.^a edição, Almedina, 2018.

ASCENSÃO, José de Oliveira, *A dignidade da pessoa e o fundamento dos direitos humanos in* Revista da Ordem dos Advogados, Doutrina, Ano 68- Vol. I, Ano 2008, disponível em: <https://portal.oa.pt>.

_____, *Pessoa, Direitos Fundamentais e Direito da Personalidade in* Estudos de Direito da Bioética, Vol. III, APDI – Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Almedina, 2012.

BARROSO, Rosa, *A adopção e o direito da criança a uma família in* Jurisdição da Família e das Crianças. Jurisdição Civil, Processual Civil e Comercial. Ações de Formação 2011-2012. Textos dispersos. Centro de Estudos Judiciários, 2013.

BOLIEIRO, Helena, *O Direito da Criança a uma Família: algumas reflexões in* Estudos em Homenagem a Rui Epifânio, Almedina, 2010.

_____, *A criança vítima: necessidades de protecção e articulação entre intervenções in* JULGAR – Crimes no seio da família e sobre menores, n.º 12, Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Coimbra Editora, Novembro 2010.

BOLIEIRO, Helena/**GUERRA**, Paulo, *A Criança e a Família – uma Questão de Direito (s), Visão Prática dos Principais Institutos do Direito da Família e das Crianças e Jovens*, 2.ª edição, Coimbra Editora, 2014.

CADETE, Ana Lúcia, “*O Apadrinhamento Civil: As potencialidades do Instituto – O caso do Bruno in* Lex Familiae, Revista Portuguesa de Direito da Família, Centro de Direito da Família, Ano 10 – n.º 20 – 2013, Coimbra Editora.

CAMPOS, Diogo Leite de, *As Relações de Associação*, Almedina, 2011.

CAMPOS, Diogo Leite de/**CAMPOS**, Mónica Martinez de, *A Comunidade Familiar in* Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

_____, *Lições de Direito da Família*, 3.ª edição, Almedina, 2016.

CANECO, Sílvia, *Apadrinhamento civil. O Simplex da adoção?*, Associação Sindical dos Juízes Portugueses, novembro, 2010. Disponível em: <http://www.asjp.pt>.

CARMO, Rui do, *O Apadrinhamento Civil in* A Tutela Cível do Superior Interesse da Criança, Tomo II, Centro de Estudos Judiciários, Coleção de Formação Contínua, Julho de 2014.

COELHO, Francisco Pereira/**OLIVEIRA**, Guilherme de/**RAMOS**, Rui Moura, Centro de Direito da Família, *Curso de Direito da Família*, Tomo I, Vol. II, *Direito da Filiação*, Coimbra Editora, 2006.

_____, Centro de Direito da Família, *Curso de Direito da Família*, Vol. I, *Introdução, Direito Matrimonial*, 5.^a edição, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

CORDEIRO, António Menezes, *Tratado do Direito Civil*, vol. IV, 3.^a edição, Coimbra editora, 2011.

CORTE-REAL, Carlos Pamplona, *Relance crítico sobre o direito de família português in* Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

CORTE-REAL, Carlos Pamplona/**PEREIRA**, José Silva, *Direito da Família – Tópicos para uma Reflexão Crítica*, 2.^a edição atualizada, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa Editora, 2011.

DELGADO, Paulo, *A reforma do acolhimento familiar de crianças: conteúdo, alcance e fins do novo regime jurídico in* Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XLV, n.º 196, 2010.

DELGADO, Paulo/**GERSÃO**, Eliana, *O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas? in* Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 226, LIII (1.º), 2018.

DIAS, Catarina Miranda Soares da Costa, *A Competência das CPCJ no Apadrinhamento Civil e Comparação com a Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais a Favor de Terceiro e com a Adoção Restrita*, Dissertação, Mestrado em Direito Forense e Arbitragem, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2017.

DIAS, Cristina M. Araújo, *Algumas notas em torno do regime jurídico do apadrinhamento civil* in Obra coletiva Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Heinrich Horster, Almedina, 2012.

_____, *Da inclusão constitucional da união de facto: nova relação familiar* in Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda, Vol. VI, Coimbra editora, 2012.

_____, *A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e as novas formas de família* in IPJ, Revista Jurídica, n.º 15/2012, Editora Universidade Portucalense, Instituto Jurídico Portucalense, disponível em: <http://hdl.handle.net/11328/1102>.

DIAS, Maria Bernice, *A ética na jurisdição da família* in Revista Brasileira de Direito Constitucional, RBDC n.º 09, jan./jun., 2007. Disponível em:

http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-09/RBDC-09-107-Maria_Berenice_Dias.pdf.

_____, *Manual do Direito das Famílias*, 10.ª edição revista, atualizada e ampliada, Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, João Seabra, *Família lugar dos afectos* in Estudos em Homenagem a Rui Epifânio, Almedina, 2010.

FACHINI, Natália Rodrigues, *O pretense princípio da afetividade como base estruturante das relações jurídicas familiares*, Dissertação de mestrado, especialidade em Ciências Jurídico-Políticas/Direitos Fundamentais, FDUL, 2017.

FEREEIRA, Sandra, *Famílias – Há 320 crianças e jovens que vivem com padrinhos civis*, Imprensa Ordem dos Advogados, 16 de Janeiro de 2017. Disponível em: <https://portal.oa.pt>.

FERNANDES, Catarina, *Anteprojeto de Lei de processo das providências tutelares cíveis* in *Lex Familiae*, Revista Portuguesa de Direito da Família, Ano 11 – n.º 21-22 – 2014.

_____, *Breve explicação sobre um Anteprojeto de um processo tutelar comum e de processos tutelares cíveis in Lex Familiae*, Revista Portuguesa de Direito da Família, Ano 11 – n.º 21-22 – 2014.

FERREIRA, Fausto, *Centros de acolhimento e instituições destinadas a crianças in Direito das Crianças e Jovens: Actas do Colóquio*, Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA Lisboa)/ Centro de estudos judiciais (CEJ Lisboa), 20 e 21 de Abril, 2007.

FERREIRA, Maria Elisabete, *Algumas notas sobre o regime jurídico do apadrinhamento civil in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster*, Almedina, 2012.

GERSÃO, Eliana, *A Criança, a Família e o Direito*, 1.ª edição, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.

GONÇALVES, Ana Sofia, *Apadrinhamento Civil*, Mestrado em Direito – Jurídico-Forenses, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2012.

GONÇALVES, Diogo Costa, *Pessoa e Direitos de Personalidade – Fundamentação Ontológica da Tutela*, Almedina, 2008.

GONÇALVES, Helena, *A adopção e o direito da criança a uma família in Jurisdição da Família e das Crianças. Jurisdição Civil, Processual Civil e Comercial. Ações de Formação 2011-2012. Textos dispersos. Centro de Estudos Judiciais*, 2013.

GUERRA, Paulo *in Os novos rumos do direito da família e das crianças e jovens*, Blogue Família com Direitos, 2016, disponível em: <http://familiacomdireitos.pt>.

_____, *As novidades legislativas da revisão de 2015 da lei de protecção de crianças e jovens em risco in e-book Jornadas de Direito da Família, As Novas Leis: desafios e respostas*, Edição Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, 2016, disponível em www.oa.pt/lisboa.

GUIMARÃES, Maria Raquel, *O novo regime português do «apadrinhamento civil» (Lei nº 103/2009, de 11 de Setembro) in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster*, Almedina, 2012.

HELENA, Ana Catrina G., *A nova figura jurídica do apadrinhamento civil e a controversa questão da homossexualidade dos candidatos a padrinhos/madrinhas civis*, Dissertação, Mestrado Forense, Universidade Católica Portuguesa, Escola de Lisboa – Faculdade de Direito, 2012.

KREUZ, Sergio Luiz, *Direito à convivência familiar da criança e do adolescente*, Direitos Fundamentais, Princípios Constitucionais e Alternativas ao Acolhimento Institucional, Juruá editora, 2012.

LANÇA, Hugo Cunha, *Cartografia do Direito das Famílias, Crianças e Adolescentes*, 1.^a edição, Edições Sílabo, 2018.

LEAL, Ana Teresa, et. al., *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, 2^a Edição Revista, Actualizada e Aumentada, Quid Juris, 2010.

LEANDRO, Armando, *Família e seu Direito – Nos 30 anos da exortação apostólica – Familiaris Consortio in A Família e o Direito*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2013.

LOPES, Sónia R. da Cruz, *O Direito da Criança ao convívio com pessoas com quem tenha uma especial relação afetiva*, Dissertação de mestrado, especialidade em Ciências Jurídico-Forenses, FDUL, 2018.

LOWE, Nigel/**DOUGLAS**, Gillian, *Bromley's Family Law*, Oxford, University Press, 2015.

MARTINS, Norberto, *Os direitos das crianças para terem direito a uma família in Estudos em Homenagem a Rui Epifânio*, Almedina, 2010.

MARTINS, Paula Cristina, *A protecção das crianças e jovens em risco – traços e percursos* in Estudos em Homenagem a Rui Epifânio, Almedina, 2010.

MCCONNELL, Joyce E., *Securing the care of Children in diverse Families: Building on trends in Guardianship Reform*, Yale Journal of Law & Feminism, vol. 10, 1998. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/yjlf/vol10/iss1/3>.

MEDEIROS, Ana Paula Alves de/**NELSON**, Rocco Antonio Rangel Rosso, *Da afetividade como base normativa para constituição da família no sistema jurídico brasileiro* in Revista Fórum de Direito Civil (RFCD), ano 7, n.º 17, Belo Horizonte, 2018.

MENDES, João de Castro/**SOUSA**, Miguel Teixeira de, *Direito da Família*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1990/1991.

MONGINHO, Julieta, *Compatibilidade entre Providências Tutelares Cíveis e Medidas de Promoção e Protecção* in Revista do CEJ, n.º 2, 2.º semestre, 2017.

_____, *Conjugação entre Providência Cível e Promoção e Protecção* in Promoção e Protecção, Jurisdição da Família e das Crianças, CEJ, Novembro, 2018.

NEVES, José Moreira das/**MARTINS**, Norberto, *Direito da Família e dos Menores*, Editor INA – Instituto Nacional de Administração, 2007.

OLIVEIRA, Guilherme de, *Sobre a verdade e a ficção no Direito da Família* in Temas de Direito da Família 1, 2.ª Edição aumentada, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2001.

_____, *O Direito da Família* in Temas de Direito da Família 1, 2.ª Edição aumentada, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2001.

_____, *Protecção de Menores – Protecção Familiar* in Temas de Direito da Família 1, 2.ª Edição aumentada, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2001.

_____, *Apadrinhamento civil: uma iniciativa portuguesa, com certeza in* Revista do Advogado, São Paulo, ano 28, n.º 101(Dez.2008).

_____, *A Jurisprudência Constitucional Portuguesa e o Direito das Pessoas e da Família in XXV anos de Jurisprudência Constitucional Portuguesa*, Coimbra Editora, 2009.

_____, *Regime Jurídico do apadrinhamento civil anotado*, Observatório permanente da adoção, Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2011.

_____, *Critérios jurídicos da parentalidade in* Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

PASSINHAS, Sandra, *O apadrinhamento civil – uma nova figura no direito português in* R. Fórum de Direito Civil – RFDC, Belo Horizonte, ano 1, n.º 1, Setembro/Dezembro, 2012.

PASTOR, Isabel, *Apadrinhamento civil – constrangimentos, virtualidades e consolidação do instituto in* A Tutela Cível do Superior Interesse da Criança, Tomo II, Centro de Estudos Judiciários, Coleção de Formação Contínua, Julho de 2014.

PEREIRA, Carla Alexandra Cardoso, *Audição da Criança nos Processos de Promoção e Proteção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*, Dissertação, Mestrado em Ciências Jurídico-Civilísticas, Universidade de Coimbra, 2017.

PEREIRA, Maria Margarida Silva, *Direito da Família – Elementos de estudo*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa Editora, 2013.

_____, *Direito da Família*, 2.ª edição revista e actualizada, AAFDL Editora, 2018.

PEREIRA, Maria Margarida Silva/**PEREIRA**, Rui Soares, *Memória e presente de direito da família: dos novos sujeitos da dogmática jusfamiliar in* Estudos em homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia, Volume III, Coimbra Editora, 2010.

PINHEIRO, Jorge Duarte, *Afecto e justiça do caso concreto no direito da família: "utopia ao alcance, poesia pura ou porta aberta para o caos?"* in Estudos em memória do Prof. J. L. Saldanha Sanches, Vol. II, Direito Privado, Processual e Criminal, 1-ª edição, Coimbra Editora, 2011.

_____, *Estudos de Direito da Família e das Crianças*, Associação da Faculdade de Direito de Lisboa Editora, 2015.

_____, *Perspectivas de evolução do Direito da Família em Portugal* in Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

_____, *Atualidade e pertinência do Código Civil em matéria de família e sucessões* in Edição comemorativa do centenário do Código Civil, Universidade Católica Editora, 2017.

_____, *O Direito da Família Contemporâneo*, 6.ª edição, AAFDL Editora, 2018.

RAMIÃO, Tomé d'Almeida, *Apadrinhamento Civil*, anotado e comentado, Quid Juris Sociedade Editora, 2011.

RAMOS, Rui Manuel Moura, *O Direito Internacional Privado da família nos inícios do século XXI: Uma perspectiva europeia* in Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

REJANI, Juliana Lima, *Adoção restrita e apadrinhamento civil: filhos de segunda classe?*, Dissertação, Mestrado em Direito – Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010.

RIBEIRO, Alcina Costa, *Autonomia da criança no tempo de criança* in Estudos em Homenagem a Rui Epifânio, Almedina, 2010.

_____, *Participação e audição da Criança – o Direito de participação e audição da criança no ordenamento jurídico português* in *DataVenía*, Revista Jurídica Digital, Ano 3, n.º 4, Dezembro, 2015.

RIBEIRO, Diana Catarina Cunha, *Apadrinhamento Civil*, Dissertação, Mestrado em Direito – Ciências Jurídico-Forenses, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015.

ROCHA, Gelásio, *Os Direitos de Família e as Modificações das Estruturas Sociais a que respeitam in* Temas de Direito da Família – Ciclo de Conferências no Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, Livraria Almedina, 1994.

RODRIGUES, Anabela Miranda, *O superior interesse da criança in* Estudos em Homenagem a Rui Epifânio, Almedina, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (diretor científico)/**PEROSO**, João (coord.)/**GOMES**, Conceição (coord.), *Uma reforma da justiça civil em avaliação. A adopção: os bloqueios de um processo administrativo e jurídico complexo in* Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2002. Disponível em: <http://opj.ces.uc.pt>.

SILVA, Maria Helena Damião da, *Crianças e Jovens a cargo de Instituições: Riscos reversíveis/irreversíveis in* Crianças e Jovens em risco – da investigação à intervenção, Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, Almedina, 2004.

SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Quem são os ‘verdadeiros’ pais? Adopção plena de menor e oposição dos pais biológicos in* Direito e Justiça, vol. XVI, tomo I, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2002.

_____, *A Autonomia do Direito das Crianças in* Estudos em Homenagem a Rui Epifânio, Almedina, 2010.

_____, *Temas de Direito das Crianças*, Almedina, 2016.

SOUSA, Karollyne Kerol de, *Expectativas e frustrações no processo de apadrinhamento de crianças em situação de acolhimento institucional*, Programa de pós-graduação em psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

SOUSA, Miguel Teixeira de, *Apontamento sobre a família e o direito in A Família e o Direito*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2013.

_____, *Do Direito da Família aos Direitos Familiares in Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

SOUSA, Rabindranath Capelo de, *As alterações legislativas familiares recentes e a sociedade portuguesa in Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

TAYLOR, Hasseltine B., *Guardianship or Permanent Placement of Children in California Law Review*, vol. 54, issue 2, article 16, May, 1966. Disponível em: <https://scholarship.law.berkeley.edu>.

TESTA, Mark F., *When Children Cannot Return Home: Adoption and Guardianship in The Future of Children*, Vol. 14, No. 1, Children, Families, and Foster Care (Winter, 2004), pp. 115-129. Disponível em: <https://www.jstor.org>.

VALLE, Jorge F. del/**BRAVO**, Amaia, *Current trends, figures and challenges in out-of-home child care: an international comparative analysis in Psychosocial Intervention*, 22, 2013. Disponível em: <https://journals.copmadrid.org>.

VENADE, Lígia, *Providência tutelares cíveis in A Tutela Cível do Superior Interesse da Criança*, Tomo I, Coleção de Formação Contínua, CEJ, 2014.

VIEIRA, Marcelo de Mello, *Direito de Crianças e de Adolescentes à Convivência Familiar*, 1.^a edição, D'Plácido Editora, 2016.

WEISSMAN, Irving, *Guardianship: Every Child's Right in The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 355, issue 1, September, 1964. Disponível em: <https://journals.sagepub.com>.

XAVIER, Rita Lobo, *Da crise à desregulamentação da Família in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Jorge Ribeiro de Faria*, Coimbra editora, 2003, disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/5201>.

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

Acórdão *Salgueiro da Silva Mouta c. Portugal*, de 21 de Dezembro de 1999 – TEDH. Disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt>;

Acórdão *Schalk e Kopf c. Áustria*, de 24 de Junho de 2010 – TEDH. Disponível em: <https://hudoc.echr.coe.int>;

Acórdão doutrinário, proferido no processo n.º 30683, emitido pelo STJ e publicado no Diário do Governo n.º 65/1962, Série I de 23-03-1962, p.285. Disponível em: <https://dre.pt>;

Acórdão do TRL, processo n.º 9424/09.7TCLRS.L1-7, de 21-06-2011, relator MARIA DO ROSÁRIO MORGADO. Disponível em: <http://www.dgsi.pt>;

Acórdão do TRC, processo n.º 99/10.1TMCBR.C1, de 16-10-2012, relator ARLINDO OLIVEIRA. Disponível em: <http://www.dgsi.pt>;

Acórdão do TRP, processo n.º 1609/14.0TMPRT.P1, de 14-03-2017, relator MARIA CECÍLIA AGANTE. Disponível em: <http://www.dgsi.pt>;

Acórdão do TRL, processo n.º 5789/18.8T8LRS.L1-2, de 21-02-2019, relator JORGE LEAL. Disponível em: <http://www.dgsi.pt>;

Acórdão do TRL, processo n.º 2288/08.0TCLRS.L1-2, de 22-11-2012, relator JORGE LEAL. Disponível em: <http://www.dgsi.pt>;

Acórdão do TRL, processo n.º 5557/10.5TBCSC.L1-7, de 27-11-2012, relator ROQUE NOGUEIRA. Disponível em: <http://www.dgsi.pt>;

Acórdão do TRP, processo n.º 1495/11.2TMPRT.P1, de 13-10-2016, relator MADEIRA PINTO. Disponível em: <http://www.dgsi.pt>.

Acórdão do TRL, processo n.º 7195/12.9TCLRS, de 26-01-2017, sumário elaborado por ISABEL LIMA. Disponível em : www.pgdlisboa.pt.